

Em Janeiro de 1999

O que é preciso é discutir políticas. E como, e por quem, as pôr em prática. Em ano de eleições – para o PE e para a AR –, é o que importa começar – e já é tarde – a preparar. Urgentemente.

■ Sérgio Ribeiro

Pág. 24

Igualdade paridade quotas...

A igualdade (a igualdade real, entenda-se) não consente a companhia de outros epítetos como paridade e sistema percentual, porque se esquece (ou melhor: procura-se que outros esqueçam) que os problemas das mulheres resultam do não cumprimento de leis.

■ Odete Santos

Pág. 25

Fazer frente a Clinton e Blair

O poder que o sistema confere ao Presidente norte-americano e ao Primeiro-ministro britânico tem componentes perversas que chocam com os interesses globais da paz e da segurança no mundo.

■ Domingos Lopes

Pág. 26

TRABALHADORES

Governo com os patrões contra direitos e salários

A Comissão Executiva da CGTP-IN, num documento divulgado no final do ano, salienta que «um crescimento económico significativo» verificado em 1998 não levou à alteração das políticas de moderação dos salários. O processo de revisão da legislação laboral, desencadeado pelo Governo, também teve «incidências negativas muito profundas na negociação colectiva, porque incentivou a intransigência patronal».

Págs. 12/13

INTERNACIONAL

Repressão no Iraque

O Partido Comunista Iraquiano denuncia a perseguição que o regime de Saddam Hussein continua a mover aos comunistas e que provocou um elevado número de vítimas mortais nos últimos meses.

Pág. 15

Avante!

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 7 de Janeiro de 1998 • Preço: 180\$00 (IVA incluído) • N.º 1310 • Director: José Casanova

Construção europeia



Um debate à margem do povo

Pág. 5

O *secretismo* que rodeou a ratificação do Tratado de Amesterdão e as suas implicações para o País foram ontem denunciados na Assembleia da República por Carlos Carvalhas, Secretário-geral do PCP. Seguindo uma política de factos consumados, a AR mais não fez – acusou Carvalhas – do que «deitar uma pazadas de terra e cal sobre o escudo e a política monetária nacional e aprovar sem qualquer sobressalto de alma o Tratado de Amesterdão».

40.º aniversário da Revolução Cubana

Uma causa pela Humanidade

■ Miguel Urbano Rodrigues

Tem sido elevado em sofrimento e sacrifícios o custo da defesa da Revolução Cubana. Mas valeu a pena o esforço despendido. Para a compreensão da história recente tem por isso grande valor o exemplo das gerações que mudaram a vida em Cuba. O exemplo de Cuba é um guia na luta humanista contra a globalização capitalista neoliberal, que arrasta a humanidade para a beira do abismo. Cuba cumpre hoje um papel importantíssimo na batalha das ideias, numa frente que urge alargar, mobilizando energias e esforços a nível mundial.

Págs. 16 a 23

EDITORIAL

Nos corredores da morte



O mau tempo assolou todo o País

RESUMO

29
Terça-feira

O Sindicato dos Médicos Veterinários apresenta na Procuradoria-Geral da República uma queixa-crime contra o ministro da Agricultura e o secretário de Estado da Modernização Agrícola, por actuação ilegal durante a greve de 21 a 24 de Dezembro ■ Vários dirigentes socialistas contestam a decisão de Elisa Ferreira sobre a instalação das co-incineradoras em Souselas e Maceira ■ São localizados os destroços do avião que se despenhou na semana passada em Angola e que transportava pessoal das Nações Unidas ■ A Jihad Islâmica rapta quatro turistas ingleses no Iémen, exigindo a libertação de um dos seus dirigentes.

30
Quarta-feira

O grupo de trabalho interministerial envia aos parceiros sociais três propostas para a actualização do salário mínimo, a mais baixa das quais com um aumento de 3,22 por cento ■ O governo indonésio recusa o pedido de extradição do ex-presidente Suharto ■ Em Espanha, o Herri Batasuna exige um tratamento para os seus membros detidos igual a dos condenados do caso GAL, reivindicando a sua libertação ■ Os EUA atacam aviões iraquianos, quando estes passavam pela zona de exclusão aérea no sul do Iraque ■ Os combates em Angola entre o exército e a Unita alastram a novas zonas.

31
Quinta-feira

Na sequência do mau tempo que atinge todo o país, cerca de 130 pessoas ficam desalojadas em Moura e Sines e mais de uma centena de barcos afundam-se em Faro ■ A Indonésia anuncia a libertação de 42 presos políticos, entre os quais 26 timorenses ■ Kofi Annan pede ao Conselho de Segurança da ONU que ajude à reparação das infra-estruturas petrolíferas do Iraque.

1
Sexta-feira

O euro passa a constituir moeda oficial em 11 países da União Europeia, entre os quais Portugal ■ A GNR regista 417 desastres e três mortos durante o período do ano novo ■ Cuba comemora o 40.º aniversário da Revolução e da queda do regime de Fulgencio Batista ■ Fernando Henrique Cardoso inicia o seu segundo mandato como presidente do Brasil ■ O primeiro-ministro israelita ameaça o Líbano de represálias, caso o Hezbollah volte a lançar rockets contra Israel ■ Morre o jornalista Mário Neves, primeiro embaixador de Portugal na União Soviética ■ O antigo futebolista Vítor Baptista falece devido a um acidente vascular cerebral.

2
Sábado

A Coordenadora Nacional Contra os Tóxicos exige que o Governo pare o processo de co-incineração ■ Em entrevista à imprensa, o chanceler alemão Gerhard Schröder defende que a contribuição da Alemanha para a União Europeia tem de diminuir nos próximos anos ■ A Unita abate dois aviões no Huambo, um deles fretado pela ONU ■ O Iraque informa as Nações Unidas de que os funcionários americanos e britânicos que integram o seu programa humanitário não são bem-vindos no país.

3
Domingo

Um navio com bandeira de Antígua encalha na praia de S. Pedro, na Figueira da Foz, preocupando as autoridades marítimas com o eventual derrame do combustível ■ Um atentado a tiro no centro de Macau provoca um morto ■ As Nações Unidas anunciam a retirada gradual de todo o seu pessoal das zonas de conflito em Angola ■ A imprensa americana revela que uma prova genética determinou que Bill Clinton é pai de uma rapariga de 13 anos, filha de uma prostituta da cidade natal do presidente ■ Seis mineiros morrem num acidente numa mina da Ucrânia.

4
Segunda-feira

A CGTP-IN e a UGT rejeitam os três cenários propostos pelo Governo para a actualização do salário mínimo ■ A Frente Comum dos Sindicatos da Administração Pública revela que o Estado admitiu mais de 15 mil novos trabalhadores precários durante 1998 ■ A indústria farmacêutica afirma-se disposta a quebrar o protocolo assinado com o Ministério da Saúde devido à intenção do Governo de nivelar os preços dos produtos com o mesmo princípio activo ■ A Unita bombardeia a província angolana de Malange ■ Na Colômbia, as FARC reafirmam a sua disposição de iniciar o processo de paz.

5
Terça-feira

A CM do Barreiro anuncia iniciativas contra a decisão de instalar na cidade uma estação de pré-tratamento de resíduos industriais perigosos ■ O ex-presidente do Banco Português do Atlântico declara que quer alterar o seu depoimento à comissão parlamentar responsável pelo inquérito à privatização do BPA ■ A Sonae/Imoarea anuncia um investimento de 40 milhões de contos, nos próximos seis anos, na Torralta ■ Toma posse o novo governo de São Tomé e Príncipe, encabeçado por Posser da Costa.

Em 18 de Dezembro passado, o Parlamento Europeu votou favoravelmente uma resolução - proposta, nomeadamente, pela Esquerda Unitária Europeia, grupo de que fazem parte os deputados do PCP - reclamando a abolição da pena de morte em todo o Mundo.

Independentemente da eficácia imediata de tal resolução, é justo sublinhar a sua relevância e integrá-la na luta que milhões de seres humanos, através dos séculos, têm travado com esse objectivo.

Como se sabe, a pena de morte tem sido apresentada como um dos mais graves e complexos problemas do Direito Penal, dado o carácter irremediável, irreparável de que se reveste qualquer eventual erro cometido na sua aplicação. (Além de que, como também é sabido, nem todos os «erros» o são... muitas vezes acontecendo não passarem eles de meios para se atingirem inconfessáveis fins.) Mas para além disso, e independentemente disso, a pena de morte, em si, constitui uma brutal violação dos direitos do homem e, designadamente, do mais elementar de todos eles - o direito à vida -, pelo que, a luta pela sua abolição, se apresenta como um imperativo da nossa condição humana.

Abordagem desta matéria implica, necessariamente, uma referência ao facto de Portugal ter sido o primeiro país da Europa a abolir a pena de morte, em 1867, e que mereceu, então, o caloroso aplauso do grande escritor francês Victor Hugo. A dimensão da importância histórica e humana desta medida pode avaliar-se melhor se se tiver em conta que, nos fins de 1990, cerca de uma centena de países conservava e aplicava a pena de morte, cerca de três dezenas mantinha-a na Lei embora não a aplicasse e apenas 36 países a tinham abolido; e que, segundo a Amnistia Internacional, no ano de 1995 foram executadas 2932 pessoas em 41 países, e condenadas à morte 4165 em 79 países. E se é certo que posteriormente se verificaram evoluções positivas, a verdade é que em quase metade dos países do Mundo a pena de morte, na Lei ou na prática, continua a existir - e a exigir, portanto, a continuação e intensificação da luta pela sua total e definitiva abolição.

A resolução aprovada pelo Parlamento Europeu refere expressamente, e condena, o número de execuções que tem lugar todos os anos em países como a China, o Irão, a Arábia Saudita e, particularmente, os Estados Unidos da América. Aliás, é sintomático que a resolução tenha sido aprovada alguns dias antes da concretização, neste país, da 500.ª execução desde 1977. O texto aprovado realça muito justamente a situação do jornalista e activista afro-americano Mumia Abu-Jamal, acusado de ter morto um polícia no Estado da Pensilvânia e, por isso, condenado à morte em 1982 num julgamento fantecho - e que continua a ver sucessivamente recusados pelo Supremo Tribunal dos EUA os seus pedidos de revisão do processo.

O caso de Mumia Abu-Jamal - como, de resto, toda a situação existente nesta matéria nos EUA - é bem revelador da hipocrisia contida na expressão «pátria dos direitos humanos» utilizada pelos propagandistas norte-americanos para designar o seu país e com a qual pretendem esconder a brutal e permanente violação desses direitos. Nos EUA, à desu-

manidade intrínseca da pena de morte alia-se a adopção de critérios racistas e políticos, visíveis em factos como os seguintes: em 1994, os negros, que são cerca de 11% da população do país, constituíam 40% dos condenados à morte, e nessa mesma altura, na Pensilvânia, onde os negros são cerca de 9% da população, mais de 60% dos condenados à morte eram negros (!). Quanto a Mumia Abu-Jamal, ele é de facto um preso político, condenado à morte não por ter morto um polícia mas pelas suas actividades políticas e pelos seus escritos. Na realidade ele estava condenado há muito tempo, talvez desde os seus 20 anos de idade, altura em que a sua ficha no FBI rezava assim: «Trata-se de um indivíduo inteligente. Não tem cadastro policial mas a natureza dos seus escritos impõe que ele figure no registo nacional de segurança.»

Quando foi preso, Abu-Jamal era presidente da filial de Filadélfia da Associação de Jornalistas Negros. Activista político desde muito jovem na luta contra o racismo e os preconceitos políticos e raciais do sistema judicial norte-americano, foi membro dos Panteras Negras nos anos sessenta e, na década seguinte, enquanto jornalista radiofónico, tornou-se célebre pela acutilância das suas intervenções que lhe valeram a designação de «a voz dos que não têm voz». Na noite de 9 de Dezembro de 1981, foi espancado pela polícia em Filadélfia e, posteriormente, acusado de ter morto um polícia. Julgado por um juiz célebre por deter o record de condenações à morte nos EUA, Abu-Jamal foi vítima de um

escandaloso julgamento no qual valeu tudo para que o objectivo pretendido fosse atingido: foi, obviamente, condenado à morte e encontra-se há catorze anos no corredor da morte da prisão de Huntington.

Em vários países do Mundo foram criados comités de apoio a Mumia Abu-Jamal que desenvolvem múltiplas iniciativas solidárias. Angela Davis - a célebre activista dos direitos cívicos e militante comunista que em 1971 escapou a uma condenação à morte graças a um forte e amplo movimento internacional de solidariedade - deslocou-se a Estrasburgo em Dezembro passado a fim de pedir aos deputados europeus que intercedam a favor de Abu-Jamal e pela abolição da pena de morte nos EUA. Para Angela Davis, «salvar a vida de Mumia significa impedir outras execuções e travar um processo que se tem acelerado de há um ano a esta parte». E disse ainda: «Eu quero lançar um apelo apaixonado pela vida deste homem que simboliza simultaneamente o combate pela abolição da pena capital e o combate pela justiça. Eu não estaria aqui hoje, convosco, se um dia a minha irmã e Louis Aragon não tivessem desfilado em Paris com mais 100.000 pessoas para me salvar a vida.»

Tal como aconteceu com Angela Davis há 27 anos, a solidariedade e a pressão internacional constituem os meios mais eficazes para salvar a vida de Mumia Abu-Jamal e de vários outros que, como ele, habitam os desumanos corredores da morte da «pátria dos direitos humanos»...

(!) «Ao vivo do corredor da morte», Mumia Abu-Jamal, «Campo das Letras»

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português
Rua Socorro Pereira Gomes, 3
— 1600 - 196 Lisboa. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:
Rua Socorro Pereira Gomes, 3 — 1600 - 196 Lisboa
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis, 90, 7.ª A,
1100 Lisboa.
Capital social: 15 000 000\$000, CRC matriculada: 47058.
NIF — 500 090 440
Inscrição na Direcção Geral da Comunicação Social
N.º 102235

DISTRIBUIÇÃO:
DISTRIBUIÇÃO ADE's
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis, 90, 7.ª A,
— 1100 Lisboa
Tel. (01) 815 34 87/815 35 11
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:
Até às 17 horas de cada sexta-feira:
Tel. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTAPRESS

Delegação Lisboa:
Tapada Nova
Capa Rota - Linhão - 2710 Sintra
Tel. (01) 924 04 47

Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B Lt. 227 - 4470 Maia
Tel. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7.ª A 1100 Lisboa
— Tel. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90-7.ª A 1100 Lisboa
— Tel. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composição e Impressão
Heska Portuguesa, SA
Campo Raso
2710 - 139 Sintra
Depósito legal n.º 205/85

TABELA DE ASSINATURAS*

PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas)	EXTRA-EUROPA
50 números: 8 100\$00; 25 números: 4 200\$00	50 números: 46 100\$00
EUROPA	GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE e MACAU
50 números: 28 600\$00	50 números: 33 850\$00

* IVA e portes incluídos

Nome _____

Morada _____

Código Postal _____

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

Pobre, pobre Pacheco

Tenho para mim como coisa certa que, mais dia menos dia, Pacheco Pereira dá o berro, entra noutra, passa-se. Radica esta convicção na leitura de alguns dos últimos textos com que o ex-panegirista da chamada revolução cultural chinesa vem enfeitando o Diário de Notícias, ali espalhando múltiplos e preocupantes sinais de enervamento e descontrolo.

Há umas semanas, Pacheco desembainhou a esparvoada espada contra os autores do «Livro Negro do Capitalismo». E fê-lo não só seguindo um labiríntico e perturbado processo de análise mas também utilizando um argumentário de confrangedora indigência ideológica. A tese de que, ao contrário do comunismo, «o capitalismo não é uma ideologia» mas «um estado económico» constitui um monumento de inteligenciação só comparável à conclusão dela decorrente, e também saída do privilegiado cérebro pachecal, de que é graças ao capitalismo que o Mundo vive em democracia e em liberdade pelo que, «aquilo a que verdadeiramente os comunistas se opuseram e opõem não é ao capitalismo, é à democracia»...

Mais recentemente, e sempre no DN, empurrou-o o desespero para a execução sumária dos «inventores do pensamento único» que são, entre outros, «esse arqueológico 'Le Monde Diplomatique'» e, obviamente, «o PCP». E arrumando, por inútil, na gavetinha da direita, a poderosa lupa através da qual usa observar o Mundo, Pacheco confessa-se deste jeito: «Até hoje, estou para saber qual é esse pensamento que é único, que não descubro de lado nenhum. Nem como pensamento, muito menos como único - confissão que, pela sua carga autista e pelas evidentes semelhanças com a visão dos inquisidores de Galileu (esses pachecos que também não sabiam nada dessa coisa do pensamento único), muito há-de agradar aos donos da nova ordem mundial.

Mas o que mais desespera e perturba Pacheco é que, sendo a «invenção do pensamento único» uma manifestação de «saudades do comunismo», haja pessoas que, apesar de sempre terem combatido o dito «com coragem e mérito», apareçam agora, com más compa-

nhias, no «combate à praga do 'único'». Daí o apelo do preclaro analista a todos os que cometem o pecado de quererem «enunciar que são de esquerda» para que, ao menos, se afastem da turba demoníaca que aponta ao pensamento único objectivos como os de «justificar o capitalismo» e «combater a utopia e a esperança num mundo melhor»; daí a imperativa intimação desta sentinela vigilante da pureza capitalista, disparada contra a «esquerda que não quer o comunismo», para que «pense» em vez de se pôr «a repetir acriticamente estas injunções contra o 'pensamento único', que são um produto directo da orfandade dos comunistas».

Pobre, pobre Pacheco: historiador de porta aberta e tabuleta para a rua, com tudo concluído sobre a história e que vê a História rejeitar-lhe as conclusões; pensador de pensamento único e acabado e que se vê, de súbito, submerso pelo movimento imparável do Pensamento... Que descanse em paz. E que o DN lhe seja leve.

■ José Casanova

«Contudo ela move-se...»

O embandeiramento em arco em relação ao euro que marca o tom dos noticiários nacionais nos últimos dias tem remetido para um discreto segundo plano ou tem feito simplesmente desaparecer referências às análises de balanço surgidas na imprensa internacional em relação à economia no mundo e às perspectivas para o ano de 1999.

Não faltam porem os motivos de atenção e de nota.

Mesmo quando é admitido que o crescimento económico mundial, apesar da sua acentuada desaceleração, se manterá no decurso do ano de 1999, as cores sombrias e os motivos de incerteza irrompem em todas as previsões.

«O cenário pior não é de excluir» (...) «e uma deflação generalizada (uma baixa conjugada dos preços e da procura à maneira dos anos 30) alimenta os receios» - salienta, por exemplo, o *Le Monde*. E prossegue: «os indicadores da deflação vêm-se por toda a parte», «os lucros das empresas estão em baixa», «um conjunto de países representando 40% da economia mundial continuam em recessão».

O *The Wall Street Journal* salienta por seu turno que «tudo indica que os bons tempos da Europa estão a vacilar precisamente na altura em que o euro entra em vigor». E destaca as afirmações do sr. Callow, um economista da Dresdner Kleinwort Benson em Londres segundo o qual a «velocidade da deterioração das condições é mais rápida do que esperávamos».

As tentativas de compreensão da situação também se multiplicam.

O sr. Barton Biggs, da Morgan Stanley, por exemplo, adianta que o problema de fundo da economia mundial deriva dos «excessos de investimento que conduziram a excessos de capacidade um pouco por todo o lado», o que conduziu a uma concorrência terrível entre as empresas à escala mundial e à queda dos preços. Só uma recessão

pode eliminar esses excessos de capacidades e, por isso, ela parece-lhe «inevitável».

O sr. Ed Yardeni, economista-chefe da Deutsche Bank em Nova Iorque, salienta no mesmo sentido que «o mundo possui vendedores a mais e poucos compradores» e além da queda dos preços das matérias-primas, destaca também a queda a pique dos preços industriais, responsável nomeadamente pelo facto do índice dos preços no sector da indústria dos Estados Unidos ser o mais baixo dos últimos 16 anos.

Lucas Delattre, no *Le Monde*, critica a «economia de casino» e a passagem de um capitalismo industrial ou financeiro para um capitalismo especulativo, e acusa «os mercados, obcecados por exigências de rentabilidade excessivas, por terem acabado por constituir um travão aos investimentos e não estarem mais ao serviço de um crescimento durável».

Observada a situação mundial de outro ângulo, segundo dados recentemente divulgados pelas Nações Unidas, verifica-se que os 20% da população nos países de mais alto rendimento contribuem com 86% para as despesas de consumo privado totais e os 20% mais pobres com 1,3% apenas. E que nos próprios países industrializados cerca de 7 a 17% da população são pobres, com os Estados Unidos, que possuem o rendimento médio mais elevado, a apresentarem também a parcela mais elevada de população a viver numa situação de pobreza.

Não evidencia tudo isto que se está a aprofundar enormemente a contradição entre as possibilidades existentes de desenvolvimento das forças produtivas e as limitações impostas a esse desenvolvimento pelas relações de produção capitalistas? Ou dito por outras palavras e na linha da análise de Marx, que se acentua a necessidade do socialismo?

■ Edgar Correia

EURO

«revolução» e revolução

A entrada em vigor do «euro» foi acompanhada de um ruído cor de hossanas; de «momento histórico» a «revolução pacífica», não faltaram as tiradas propagandísticas grandiloquentes.

É porém significativo que, em comparação com a apologética sobre a missão do «euro» no processo de construção de uma U.E. federalista supranacional e na competição com os dois outros grandes pólos do imperialismo, as promessas relacionadas com as concretas condições de vida das massas sejam singularmente discretas. Não salta à vista nenhum compromisso solene de atacar e resolver o gravíssimo problema do desemprego e de outras chagas sociais que afectam a generalidade dos onze países da «Eurolândia» (!!!). O que, não obstante significativas nuances, diz bem da real natureza de classe da política da social-democracia que hoje pontifica em 13 dos 15 países da U.E. É certo que, por exemplo, Lafontaine, o controverso ministro das Finanças alemão e presidente do SPD, se referiu à necessidade de «uma estratégia comum de criação de empregos». O que não é de surpreender, dadas as promessas eleitorais do seu partido e os mais de 4 milhões de desempregados na próspera Alemanha. Mas mesmo aqui é legítimo perguntar em que «emprego» pensa, já que - ver entrevista a *«Le Monde»* de 15/16.11.98 - se não coíbe em elogiar o chamado «modelo americano», assente na flexibilidade da mão-de-obra e na debilidade da segurança social.

Emprego sem direitos, não obrigado. Sim, à redução do horário do trabalho sem diminuição de salário, à dinamização da actividade económica pelo aumento dos salários e do poder de compra dos trabalhadores, à defesa e reforço das funções sociais do Estado... Sim a um novo rumo de construção europeia, no interesse do homem e não do lucro, da valorização do trabalhador e do trabalho e não do reino do capital, da cooperação e não da competição exacerbada até «à guerra económica», da soberania nacional e não da imposição supranacional do poder dos mais fortes e poderosos. Um tal novo rumo não resultará de nenhuma dádiva, terá de ser conquistado pela luta contra esta Europa do grande capital e das grandes potências que os teólogos do «pensamento único» nos apresentam como inelutável, mas que na verdade, pelo seu próprio carácter de classe e natureza voluntarista artificial, enferma de fragilidades e contradições que podem ser exploradas na luta por uma Europa de paz, progresso e cooperação. Neste objectivo estão particularmente empenhados os comunistas e outras forças de esquerda e progressistas da Europa, que em breve divulgarão posições comuns.

A maior e mais evidente fragilidade desta construção europeia reside no seu carácter antidemocrático, opaco e sigiloso, imposto de cima para baixo, à margem de um real debate e participação popular. Este «momento histórico» apenas foi celebrado pelo sistema em cerimonial de circunstância, à revelia de qualquer expressão de genuíno regozijo e apoio popular. Se mobilização houve, não foi das massas mas dos «média», essa sim avassaladora e maciça. Esta «revolução pacífica» não só se processou à margem das populações, como tudo fez para as manter à distância. Fugindo, como em Portugal, à pública discussão e ao veredicto popular em referendo, apesar de assegurar, via «sondagens», que a opinião pública na U.E. é maioritariamente favorável à moeda única. De facto, a introdução do «euro» e tudo o que o acompanha (BCE, Pacto de Estabilidade, etc.) significam um novo e gravíssimo ataque, não apenas à soberania nacional de países como Portugal, mas à própria democracia tal como nós comunistas portugueses a compreendemos.

Enquanto na Europa ocidental se vitoritava uma (contra) «revolução pacífica» de tecnocratas, em Havana celebrava-se o 40.º aniversário de uma revolução (armada) verdadeira, porque libertadora, popular, socialista. Trazendo-nos, com as belas e convincentes palavras de Fidel e com o exemplo de dignidade e heroísmo de um povo, uma mensagem singela, mas capital. Sim, vale a pena lutar. Por uma vida mais livre e mais justa. Contra o sistema, necessariamente. Contra a corrente, as mais das vezes. «As soluções não virão da boa vontade dos que se apropriaram do mundo e o exploram» (Fidel).

■ Albano Nunes



Foto: Jorge Caria

SEMANA

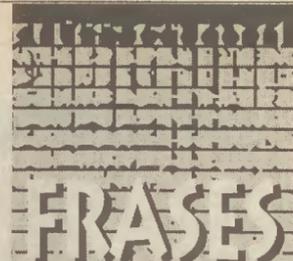
Navio carregado de gasóleo encalha na Figueira da Foz

O navio alemão *Kaaksburg* encalhou este fim-de-semana na praia da Figueira da Foz com 36 toneladas de gasóleo a bordo, cuja operação de bombagem estava a enfrentar algumas dificuldades, à hora do fecho desta edição. O navio, que é propriedade de um armador alemão mas ostenta o pavilhão de Antígua, partira de Sevilha e navegava para a Irlanda do Norte quando, a seis milhas do cabo

Mondego, sofreu uma avaria nas máquinas, pelo que começou a ser rebocado por um barco português até um ponto situado a duas milhas do porto da Figueira da Foz, altura em que o armador dispensou os serviços do rebocador, arriscando ficar ao largo à espera que o tempo melhorasse e a barra da Figueira fosse reaberta. A «poupança» do armador alemão resultou em tragédia: o tempo não

melhorou, a tripulação - constituída por cinco filipinos, um lituano e o comandante alemão - teve de ser evacuada em pleno mar por um helicóptero da Força Aérea Portuguesa e as vagas acabaram por atirar o cargueiro de 88 metros e 1900 toneladas para o areal da praia de Cova-Gala, onde se encontra com 36 toneladas de gasóleo a bordo e em risco de um derrame que constituiria um desastre ecológico. A opera-

ção de trasfega do combustível deve demorar pelo menos 24 horas e foi entregue à empresa espanhola Tecnosub, estando a ser vistoriada pelas autoridades portuárias da Figueira da Foz e por peritos da Direcção-Geral da Marinha de Combate à Poluição. Quanto ao navio, vai tentar-se desassoreá-lo e pô-lo a flutuar o que, se não for conseguido, deixa como alternativa o seu desmantelamento.



“A elaboração do Acordo Multilateral de Investimentos (AMI) não é uma negociação; a designação apropriada é a de conspiração contra o poder democrático dos cidadãos, porque determina o domínio de entidades não eleitas - impérios multinacionais de negócios e mecanismos supranacionais que os servem - sobre os governos eleitos”

(José Goulão, Vida Mundial, Janeiro/99)

“Não está em causa apenas a realidade quotidiana da pobreza, que deveria ser sempre dolorosa e insuportável. Está em causa também o facto de apenas 2% dos recursos financeiros que circulam no mundo corresponderem a economia real, e o resto ser especulação”

(Luís Sá, idem)

“O sistema fiscal português é hemiplégico. Tentar usá-lo para combater a fraude fiscal é como recorrer ao asilo de velhos de Marvila para combater incêndios”

(Saldanha Sanches, idem)

“Tudo leva a crer que a próxima proposta de Alberto João Jardim será para o PSD não entrar em eleições “enquanto o povo português não for mudado””

(Eduardo Prado Coelho, Público, 4.1.99)

“As urgências estão pejadas de falsas urgências, porque a população não tem alternativa. Não há vagas nas consultas dos médicos de família e as pessoas não podem recorrer à privada. Há hospitais com macas numeradas, onde os doentes estacionam durante dias”

(Strech Monteiro, idem)

“O euro tinha que ser caro para os alemães o engolirem e se impor face ao dólar. Por isso, as mercadorias europeias vão encarecer no mercado mundial mais do que as americanas ou as japonesas. Aumentará o desemprego (...) Todos os Estados-membros serão afectados. Alguns, porém, sê-lo-ão mais do que outros (...) Entre os quais Portugal”

(Luís Salgado Matos, idem)

“Não sei se hei-de desejar ao euro a melhor ou a pior sorte: se falhar, é uma desgraça; se triunfar, pode não ter graça nenhuma. O malogro significa miséria; o êxito, talvez, a guerra”

(João Carreira Bom, Diário de Notícias, 3.1.99)

“A nova versão do Tratado de Maastricht arrisca-se, também, a transformar a bancada do PP numa versão em miniatura da Bósnia-Herzegovina”

(J.A.L. Expresso, 31.12.98)

“Belmiro de Azevedo bate Pina Moura para figura económica do ano”

(Título de primeira página no Diário Económico, 31.12.98)

“Este é o governo liberal mais liberal que conheci nestes meus curtos cinquenta anos. Excepto na carga fiscal com que, de modo prepotente, nos oprime, pelo menos a nós, que pagamos impostos...”

(António Neto da Silva, idem)



ONU prevê mais fome para este ano de 1999

«Os prognósticos para 1999 indicam uma grande probabilidade do aumento do número de países que sofrem emergências e do número de pessoas a precisar de ajuda humanitária», afirmou Catherine Bertini, directora do Programa Alimentar Mundial (PAM) da ONU, com sede em Roma, sublinhando, como precedente para este previsível agravamento da miséria no mundo, o facto de ter ocorrido em 1998 uma combinação de grandes crises sem precedentes,

que fez elevar os níveis de fome no mundo, nomeadamente catástrofes climáticas, a queda de economias emergentes, o recrudescimento dos conflitos no Kosovo e em Angola e ainda os combates no Sudão. «Temos de entrar em 1999 com a consciência de que podemos enfrentar uma ameaça crescente de escassez, subnutrição e fome endémica», acrescentou Bertini, exemplificando que, na Indonésia, a crise económica repercutiu-se numa

grande falta de alimentos e medicamentos, à semelhança da crise russa, que criou graves carências alimentares.

Simultaneamente, alguns desastres naturais tiveram consequências graves em 1998 e repercutir-se-ão neste ano de 1999, como é o caso do furacão Mitch, o maior natural dos últimos 200 anos na América Central, e os efeitos do fenómeno climático «El Niño», que provocaram as maiores inundações do século no Bangladesh.

As duas barragens do El País

O diário espanhol *El País* noticiou esta semana que a convenção luso-espanhola sobre os recursos hídricos, assinada a 30 de Setembro último, prevê a construção de duas novas barragens nos rios ibéricos internacionais, uma no Erges (afluente do Tejo) e outra no Guadiana, junto a Pomarão. Segundo o diário espanhol, que cita fontes do Ministério do Meio Ambiente de Espanha, os dois governos estabeleceram um prazo de dois anos para determinar a viabilidade das duas barragens e o seu tipo de aproveitamento. Refira-se

que nenhuma destas barragens é, sequer, referida no acordo luso-espanhol assinado em Setembro. Entretanto, o presidente do Instituto da Água português, Pedro Serra, afirmou à Lusa não haver qualquer compromisso entre os dois países no sentido de executar estas obras, mas sim um acordo em estudar prioritariamente o «aproveitamento sustentável» dos troços internacionais dos rios Guadiana, junto a Pomarão, e do Erges, na bacia hidrográfica do Tejo, que consta do anexo ao protocolo adicional da convenção.

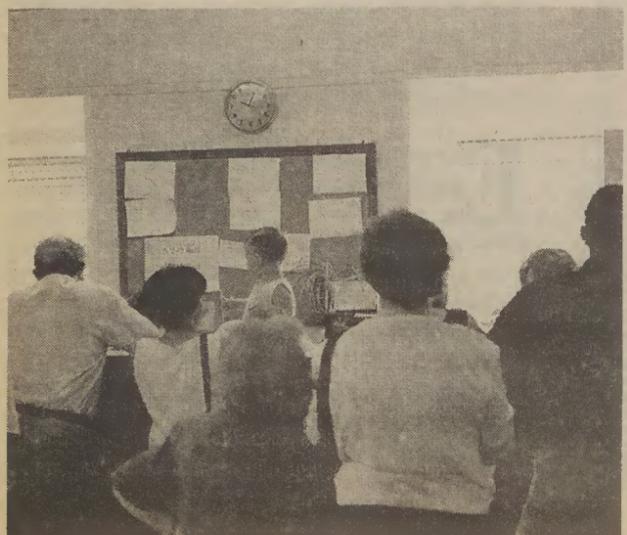
Que mais «anexos» desconhecidos o Governo português deixou «juntar» ao protocolo luso-espanhol, é coisa que não se sabe. O que fica claro é que este «aproveitamento sustentável» dos troços internacionais do Tejo e do Guadiana é visto pelos espanhóis como o caminho aberto para mais duas barragens, tal como se confirma que o Governo português continua, alegremente e ao contrário de Espanha, sem um plano hidrográfico sério, coerente e defensor dos interesses nacionais.



Greve self-service anula 30 mil consultas

Segundo dados recolhidos pela Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo (ARS), para apurar as consequências que a greve «self-service» dos clínicos afectos ao Sindicato Independente dos Médicos tem tido nos hospitais e centros de saúde da Região de Lisboa, esta contestada forma de paralisação, durante os meses de Outubro, Novembro e Dezembro, foi praticada por cerca de três mil médicos mas, em contrapartida,

provocou a anulação de mais de 30 mil consultas externas e o adiamento de mais de mil operações já marcadas e constando de longas filas de espera. Para agravar a situação, os médicos que estão a fazer a greve self-service exercem-na maioritariamente no serviço de consultas; bastando faltar um dia para bloquearem todo o sistema enquanto, em contrapartida, sofrem apenas pequenos cortes nos seus ordenados.



Morreu Mário Neves

Vítima de um acidente vascular cerebral, faleceu o jornalista e diplomata Mário Neves. Ia fazer 87 anos no próximo dia 18 de Janeiro. Mário Neves iniciou o seu brilhante percurso de jornalista no *Século* e, mais tarde, no *Diário de Lisboa*, ao serviço do qual testemunhou e relatou um dos mais impressionantes episódios do revanchismo franquista, no final da guerra de Espanha, o genocídio perpetrado pelos falangistas contra os republicanos na tomada de Badajoz. A extraordinária reportagem de Mário Neves - um dos raros e preciosos documentos a relatar este episódio monstruoso - foi totalmente censurada pela polícia política de Salazar, que desde então não mais deixou de vigiar e perseguir o seu autor. Mário Neves fundou A Capital em 1968, onde concluiu a sua brilhante carreira de 42 anos de jornalismo. Para trás ficou um acervo notável de reportagens e entrevistas que fizeram escola no nosso país e onde Mário Neves sempre operacionalizou uma intransigente defesa da verdade e o dever de o jornalista afirmar o seu ponto de vista, como direito de cidadania. Mas a actividade deste advogado, que exerceu com paixão e brilho a

reportagem e a entrevista, não se ficou pelo jornalismo: foi também um dos responsáveis pela Feira Internacional de Lisboa (FIL), então designada Feira das Indústrias e da qual foi vice-presidente e, mais tarde, logo após a Revolução do 25 de Abril, foi o primeiro embaixador português na União Soviética.



O seu funeral mobilizou uma grande multidão, onde avultavam numerosas e as mais diversas personalidades e figuras públicas. A delegação do PCP presente no préstito fúnebre foi encabeçada pelo secretário-geral do Partido, Carlos Carvalhas, integrando Albano Nunes, do Secretariado, Aboim Inglez, da Secção Internacional, e ainda o vereador do PCP na Câmara de Lisboa, António Abreu. Entretanto, o Secretariado do CC do PCP enviou uma mensagem de condolências onde se afirma: «Foi com profundo pesar que tomámos conhecimento do falecimento do Dr. Mário Neves, destacado jornalista e homem de letras, democrata e antifascista coerente, prestigiado diplomata. À sua família enlutada transmitimos os sentimentos pesados do Partido Comunista Português.»

«Construção Europeia»



Um debate à margem do povo

Carlos Carvalhas, Secretário-geral do PCP, denuncia o *secretismo* de que o Tratado de Amsterdão se rodeou e, alertando para a situação em que a aprovação do mesmo se verifica, defende uma reforma urgente do sistema monetário internacional. Foi ontem, na Assembleia da República, durante o debate em torno da ratificação daquele Tratado que, entre outras cláusulas, prevê a transferência de soberania para a UE em matérias relativas à livre circulação de pessoas.

«Numa situação que praticamente é a de factos consumados, com a população alheia ao que aqui hoje está na ordem do dia e num debate que mais parece uma daquelas cerimónias formais, com o PS e o PSD cada um a reivindicar quem mais contribuiu para que Portugal tivesse entrado para o clube do Euro e com um PP a dar o dito por não dito, e o não dito por dito, a Assembleia da República prepara-se para, quase sub-repticiamente deitar umas pazadas de terra e cal sobre o escudo e a política monetária nacional e aprovar sem qualquer sobressalto de alma o Tratado de Amsterdão.

Como esta "sessão" foi assim previamente definida e com o pouco tempo que nos foi atribuído, não vamos lembrar hoje que aqueles que se opuseram a que o povo português fosse consultado sobre o grande salto qualitativo que representou o Tratado de Maastricht, foram os mesmos que cozinham numa vergonhosa revisão constitucional, a manutenção a inevitabilidade de referendar qualquer coisa de substancial sobre a construção europeia (por exemplo, a moeda única e o Pacto de Estabilidade), apenas abrindo a porta ao pseudo-referendo sobre "questões europeias" que depois viriam a propor.

Nem vamos recordar que esses dois partidos durante mais de meio ano andaram a prometer solenemente que o Tratado de Amsterdão só seria debatido na Assembleia da República depois do povo se pronunciar maioritariamente no tal referendo nacional e sem nunca terem dito o que aconteceria se o "não" ganhasse!

Nem vamos hoje também gastar tempo com o facto de o mesmo secretismo e a mesma marginalização desta Assembleia da República se ter verificado nas negociações do agora congelado Acordo Multilateral de Investimentos, o célebre AMI, e sobre o "pacote" negociado a 18 de Maio directamente por Tony Blair, o Comissário Leon Brittan e Madeleine Albright em relação ao PET (Parceria Económica Transatlântica), ou seja, o acordo entre os EUA e a UE.

Nem nos vamos referir às pobres e frágeis economias da Inglaterra, Dinamarca e Suécia, que não estão como Portugal no "pelotão da frente do Euro"...



ram fora do clube do Euro sofreu mais ou sofreu menos as consequências da crise), nem o Euro, nem a Europa nos tem protegido, nem nos protegerão se continuar o efeito de bola de neve da "crise financeira".

A segunda é que neste quadro, em que a nossa situação face ao exterior é de grande fragilidade e de vulnerabilidade e em que tenderá a ser ainda maior face à liberalização do comércio da União Europeia com o resto do Mundo e ao alargamento comunitário a leste, se exige um novo rumo para a integração europeia.

A nossa posição crítica à marcha forçada para o Euro e ao rumo da integração europeia é uma contribuição de esquerda e no quadro da integração para o debate que entendemos ser necessário e urgente sobre o futuro da União Europeia e é a posição de quem sempre tem procura

rado defender os interesses nacionais e procurado potenciar a posição negocial de Portugal como aliás foi reconhecido publicamente quer pelos Governos de Cavaco Silva, quer pelo actual Governo do PS.

E é também a posição daqueles que pensam que a perda de moeda própria e da possibilidade da utilização da taxa de câmbio nos torna muito mais vulneráveis para reagir a efeitos externos de perda de competitividade. E que a nossa prematura adesão ao Euro é ainda mais complexa, frágil e perigosa numa economia globalizada. Aliás a fixação do câmbio do escudo em relação ao "Euro" já se traduziu numa nova revalorização da nossa moeda. E a tendência para um euro caro em relação ao dólar e ao Yén atingirá de forma diferente as exportações alemãs e as portuguesas... com o conseqüente reflexo no emprego e no tecido produtivo.»

PCP defende novo rumo

Não ao desemprego e às desigualdades

«Não somos daqueles que mandando às urtigas tudo o que disseram no passado, se limitam a dizer agora que "a AD oblige", que "a realidade" hoje é o Euro e que só porque foram "críticos do processo no passado" não podem tomar hoje uma posição triunfalista», lembrou Carlos Carvalhas, reafirmando algumas das linhas que os comunistas propõem para «um novo rumo para a "construção europeia"». «Um rumo mais progressista que rejeite o fundamentalismo neoliberal, as concepções nacionalistas e xenófobas, que não aceite como uma fatalidade a acentuação das desigualdades sociais e regionais e que se indigna perante os milhões de desempregados e de pobres que esta "construção" tem produzido.» Ou seja, para uma «construção europeia que responda no concreto, não aos interesses egoístas do capital financeiro, mas às aspirações dos trabalhadores e dos povos europeus e à cooperação e solidariedade internacional».

Entendendo que, no plano internacional, «Portugal deve juntar a sua voz àqueles que defendem uma urgente reforma do sistema monetário internacional e que, no quadro da União Europeia, se deve aproveitar estes três anos de transição para o Euro como moeda de facto, para se acompanhar as consequências, tomando as medidas que

os interesses nacionais exigem e procurando simultaneamente alterar o rumo da integração», Carvalhas apontou alguns eixos a que essa reforma deve obedecer:

«1 - Numa renegociação e alteração da lógica do "pacto de estabilidade", transformando-o num pacto de emprego e convergência real das economias; na modificação do papel do Banco Central Europeu e no seu controlo pois esta instituição que tem poderes exorbitantes não pode estar acima das escolhas dos governos e dos parlamentos nacionais;

2 - Na concretização do princípio da **coesão económica e social, o que implica:**

a) o **nivelamento por cima** e de forma progressiva das conquistas sociais alcançadas nos diversos países europeus, no combate ao desemprego e ao trabalho precário, na redução do horário de trabalho sem perda de direitos e de salário;

b) a taxação das transacções financeiras e dos movimentos de capitais especulativos (taxa Tobin);

c) uma **não diminuição dos fundos estruturais** para os países com economias mais débeis bem como a criação de mecanismos, nomeadamente pelo financiamento da própria união que possam compensar os países como o nosso, que fiquem sujeitos a choques externos que lhe diminuam

a competitividade da economia em geral ou de importantes sectores exportadores.

O nosso caso exige também um estatuto especial para a Região de Lisboa e Vale do Tejo no quadro da negociação de um pacto global em relação aos fundos e uma reforma da Política Agrícola Comum que tenha em conta a especificidade da nossa agricultura;

3 - **Na luta por mais democracia**, combatendo os chamados défices democráticos, fornecendo mecanismos de intervenção acrescidos dos Parlamentos Nacionais e assegurando uma interpretação descentralizadora do princípio da subsidiariedade, aproximando os cidadãos das decisões; aumentando os poderes do Parlamento Europeu com uma diminuição qualitativa das prerrogativas da Comissão e a preservação da possibilidade de recurso do direito de veto no Conselho desde que os interesses nacionais de um país estejam em causa;

4 - Nas medidas que dêem tradução ao respeito e valorização das culturas nacionais e ao diálogo e enriquecimento mútuo; à defesa dos equilíbrios ecológicos; à construção de uma Europa de solidariedade, de cooperação e de paz assente numa segurança colectiva confiada não à NATO mas a uma OSCE operativa e actualizada.»

Duas questões

No momento em que PS e PSD se preparam para aprovar o novo Tratado da União Europeia, é de sublinhar duas questões.

«A primeira é que a aprovação deste Tratado, com as cláusulas marcadamente neoliberais e monetaristas que lhe são inerentes e inserida como está numa lógica envergonhada mas efectivamente federalista, se verifica num quadro de uma grave situação da nossa agricultura, das nossas pescas e de importantes sectores e subsectores da nossa indústria, com um crescente domínio do capital estrangeiro e uma preocupante "derrapagem" na balança comercial e na balança de transacções correntes. Em que mesmo o crescimento económico que se tem verificado pode ficar comprometido, pois, ao contrário do que se tem afirmado (nenhum dos países na União Europeia que fica-

ODIVELAS

Um concelho adiado?

Terminou em 29 de Dezembro o prazo apontado pela Lei de Criação do Concelho de Odivelas para o início de funções da Comissão Instaladora, continuando esta, por razões que se desconhecem, sem tomar posse.

Quando da aprovação do município, em 19 de Novembro, o Governo solicitou aos partidos que, de acordo com os resultados eleitorais, indicassem os respectivos membros na Comissão Instaladora, o que o PCP fez prontamente em relação aos seus dois elementos.

A Comissão Permanente de Odivelas do PCP exige, assim, que o Governo clarifique se o atraso que se está a verificar «é por razões técnicas ou, antes, por problemas internos em outros partidos, bem visíveis em declarações públicas de dirigentes locais do PS». E que, a exemplo de Trofa, a Comissão Instaladora do Município de Odivelas seja aprovada e entre em funções.

PÓVOA

Prossegue luta por estação condigna

Na sequência da entrega dos abaixo-assinados «Póvoa, Por uma Estação Condigna», no passado dia 22 de Dezembro, ao Conselho de Administração da REFER (CP), as Comissões de Freguesia do Forte da Casa, Póvoa de Santa Iria e Vialonga do PCP realizaram ontem uma reunião com esta administração e o director do Projecto Linha do Norte, para abordagem e resolução dos problemas existentes na estação.

Apesar de, à hora do fecho da nossa edição, se desconhecer ainda o resultado da reunião, sabe-se que, para além dos problemas já apresentados - a falta de bancos e de papeleiras, o mau funcionamento das escadas rolantes e elevadores e danos e prejuízos dos comerciantes -, foram colocados os problemas relacionados com os relógios, informação/instalação sonora, equipamento e plano de segurança, acesso rápido pelos bombeiros aos cais de embarque, acesso e saída dos passageiros dos cais de embarque e dificuldades na aquisição de bilhetes.

Para dar a conhecer o resultado da reunião, o PCP convocou, também para ontem, ao fim da tarde, na estação, um Encontro com a população e utentes.

VILA FRANCA DE XIRA

CP contra liberdade de expressão

Relativamente à convocatória para o Encontro acima referido, a Comissão Concelhia de Vila Franca de Xira do PCP denuncia publicamente a tentativa de impedimento de distribuição da mesma à população e utentes.

De facto, o PCP manifesta a sua «surpresa» por um funcionário da CP, afirmando ser portador de instruções no sentido de impedir a distribuição de documentos à população, tentar mesmo que ela não se realizasse.

«Só a persistência e firmeza dos militantes comunistas» contrariou os intentos do referido funcionário que, não desistindo, chamou a GNR. Esta, deslocando-se à estação, identificou os militantes do PCP, um deles vereador na Câmara Municipal de Vila Franca de Xira e outro membro do Executivo da Junta de Freguesia do Forte da Casa.

O PCP repudia, assim, esta tentativa «de impedir a liberdade de expressão» e reafirma a sua disposição de continuar a fazer uso dos direitos, liberdades e garantias que a Constituição lhe confere.

AÇORES

Visita pouco clara

Em comunicado à opinião pública, o PCP/Açores condena «a organização (e perversão)» do carácter da visita que, na terça-feira passada, o Primeiro-Ministro fez a Santa Maria. Uma visita que «sendo institucional pela sua origem, pela sua forma e pelas despesas públicas que a suportam», se revelou, pelo seu conteúdo, «uma visita partidária e de homenagem pessoal». Na visita e no seu programa foram ignoradas, em benefício do PS e no incumprimento de «obrigações protocolares elementares», as restantes forças políticas, decisivas para a aprovação na Assembleia da República da Resolução que frustrou a tentativa de transferência do NAV II para Lisboa, que o Governo PSD e a ANA-EP procuravam levar a cabo. Foi, aliás, a partir da intervenção do deputado comunista João Amaral que a proposta de Resolução saiu e do trabalho «aturado e vigilante» de um outro deputado comunista, Lino de Carvalho, que o processo não foi novamente invertido. Daí que o PCP condene vivamente o comportamento das entidades responsáveis pela visita e considere que a população mariense não deve agradecimentos ao «cidadão» António Guterres, que se limitou a levar por diante este processo quando ascendeu a Primeiro-Ministro.

Aveiro

1998 – ano negro para a agricultura

Fazendo o balanço a 1998, a Direcção da Organização Regional de Aveiro do PCP considera que ele foi um dos mais negros anos dos últimos tempos para os agricultores.

Acentuou-se a diminuição da produção agrícola regional e nacional assim como dos rendimentos dos que delas vivem, numa tendência que, em consequência da adesão de Portugal ao Mercado Comum e das políticas antilavoura dos Governos do PSD e do PS, subsiste há mais de dez anos.

Ao contrário do que se passa com o preço dos produtos necessários à actividade agrícola (sementes, adubos, rações, combustíveis) - que têm subido -, continuam a baixar os preços médios pagos à produção pelo leite, carne ou cereais. Esta situação, associada à invasão do mercado nacional por produtos estrangeiros - de qualidade duvidosa - tem levado ao abandono da actividade, à desertificação rural de algumas zonas do distrito e ao desaproveitamento das suas capacidades humanas e naturais, indispensáveis ao desenvolvimento sustentado da região de Aveiro.

Fruto ainda destas políticas, da concorrência desleal e da quase ausência de apoios técnicos, também muitas estruturas do sector cooperativo ameaçam falência, o que, a verificar-se, significaria o desemprego de centenas de trabalhadores e a ruína de muitos agricultores.

O sector de produção de leite e carne atravessa uma das suas mais graves crises, sofrendo, para além dos baixos preços, os efeitos cruzados do embargo às exportações de carne bovina, injustamente decretado pela União Europeia, particularmente no Baixo Vouga, e, no caso concreto dos suínos, os da inundação do nosso mercado pelos excedentes comunitários.

Por outro lado, a rede pública de abate - cada vez mais afastada da produção animal -, continua a degradar-se e a levar ao

crescente domínio dos grandes intermediários, não passando, hoje, o sector de abate de um «mero sorvedouro de dinheiros públicos e comunitários», sem reflexos positivos na produção e no consumo. Quando, afinal, o que a pecuária do distrito necessita é do efectivo aproveitamento das estruturas públicas existentes, nomeadamente as da PEC-Lusa, e a sua reaproximação aos produtores.

Porém, segundo o PCP, também outros sectores da produção, como as culturas arvenses e hortícolas e a vitivinicultura, sentem dificuldades acrescidas,

resultantes de sucessivos maus anos agrícolas provocados pelas intempéries.

Ou seja, uma situação que está a conduzir à quase total descapitalização da agricultura e da pecuária, onde é cada vez mais difícil investir. Entretanto, as medidas de resposta a esta crise são «manifestamente insuficientes e, em muitos casos, desadequadas da realidade do distrito». Na opinião do PCP, as ajudas e juros bonificados deveriam ser, na situação actual, ajudas a fundo perdido.

De facto, a isenção de três meses no pagamento das prestações para a Segurança Social não passam de «um mero paliativo» e o fundo de calamidade para além de não cobrir a realidade distrital

(responde, por exemplo, a «eventuais prejuízos na produção - inexistente - de vinho ou de pêra, na Murtosa, mas não contempla as culturas forrageiras locais), pressupõe a adesão prévia aos seguros de colheita, a que muitos não recorrem por dificuldades financeiras ou, precisamente, porque o seguro não cobre os riscos mais prováveis.

A DORAV do PCP, juntando a sua à voz dos pequenos e médios agricultores em defesa da produção nacional e da valorização do mundo rural, apela à sua atenção e intervenção na fase final da discussão da Reforma da PAC, integrada na Agenda 2000 da União Europeia, que se decide nos próximos meses.



Trás-os-Montes e Alto Douro

Governo esquece cultura

«O Governo despreza culturalmente Trás-os-Montes e Alto Douro», afirmam as Direcções de Organização Regional de Bragança e Vila Real do PCP face aos critérios de atribuição de subsídios para 1999 do Instituto Português das Artes do Espectáculo.

Para os comunistas a decisão de não atribuir qualquer subsídio ao Teatro em Movimento, com vinte anos de actividade, e de atribuir uma verba ridícula ao Teatro Filandorra, únicos grupos de teatro profissional existentes em Trás-os-Montes e Alto Douro, é bem revelador desse desprezo.

A importante actividade teatral destas compa-

nhas na região deveria merecer do Governo um forte apoio. Porém, espelhando uma «política cultural fortemente centralizadora e desajustada da realidade nacional», o Ministério da Cultura, de um Orçamento de quase 37 milhões de contos, propõe-se atribuir a ridícula verba de 12 mil contos para a actividade na região.

«É inadmissível», diz o PCP, que, em mais de três anos de mandato, o ministro da Cultura não tenha visitado a Região; que as duas capitais de distrito, Bragança e Vila Real, não disponham ainda de uma sala de espectáculos condigna; que a Delegação Regional de Cultura do Norte (sediada em Vila Real) não demonstre qualquer capacidade reivindicativa, admitindo inclusive a sua extinção.

A situação actual exige uma nova política cultural «que não se fique praticamente e só por Lisboa e Porto», dizem os comunistas, considerando que o apoio governamental às actividades culturais será «um factor determinante para o progresso e desenvolvimento de Trás-os-Montes e Alto Douro».

Assim, o PCP «tudo fará para inverter a actual situação, procurando com todas as forças interessadas, construir uma alternativa que rompa com o passado e o presente de políticas culturais miserabilistas para as regiões do Interior», seguidas pelos governos do PSD e do PS.

CAMARADA FALECIDOS

Joaquim Felício Loureiro

Com 52 anos de idade, faleceu recentemente o camarada Joaquim Felício Loureiro, membro do Partido desde 1974. Foi vereador da Câmara Municipal de Sintra, entre 1980 e 1997. Actualmente era membro do Conselho de Administração da Escola Profissional de Recuperação do Património de Sintra. Era vice-presidente dos Bombeiros Voluntários de Queluz. Pertencia à Comissão Concelhia de Sintra do PCP.

José Brás

Faleceu, na penúltima semana de Dezembro de 1998, com 77 anos de idade, o camarada José Brás, empregado bancário, de Lisboa. Membro do PCP desde os anos 60, foi um dos componentes fundadores do Coro da Academia dos Amadores de Música, que se tem distinguido como grande colectivo do cancionero popular e de intervenção e que exerceu um importante papel, no seu terreno de acção, no quadro do movimento antifascista português.

Manuel Acácio Quaresma Júnior

Faleceu recentemente, com 82 anos de idade, o camarada Manuel Acácio Quaresma Júnior, operário reformado da EDP. Estava actualmente organizado na freguesia de Santa Maria, em Setúbal.

Maria Amália Gaião

Faleceu recentemente, com 77 anos de idade, a camarada Maria Amália Gaião. Militante do Partido desde 1974, estava organizada na freguesia de Aqualva-Cacém. Destacada militante antifascista, desempenhou várias tarefas na organização do Partido. Era irmã do destacado dirigente do Partido, Alfredo Dinis, «Alex», que a PIDE assassinou.

Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

AM de Matosinhos Mesa impede discussão

A Comissão Concelhia de Matosinhos do PCP realizou na terça-feira passada uma conferência de imprensa com o objectivo de dar a conhecer documentos e opiniões que o eleitos na CDU foram impedidos de expressar na reunião da Assembleia Municipal, de 28 de Dezembro, para discussão do Plano de Actividades e Orçamento para 1999.

O comportamento do vereador substituto do Presidente da Câmara, ao alterar as regras de discussão e impossibilitar o esclarecimento dos membros da Assembleia Municipal antes da intervenção final para definir o sentido do voto, chegou mesmo a levar os eleitos da CDU a ponderarem o abandono dos trabalhos.

Desde a recusa da palavra a um membro da CDU que pretendia responder a uma intervenção do Presidente da Junta

de Freguesia de Matosinhos, «demagógica e deturpada de posições da CDU», à retirada da palavra a um outro que pretendia esclarecer a posição sobre uma votação, a Mesa da Assembleia tudo se permitiu, inclusive deixar sem reparo a «ruidosa claqué» que apoiou as palavras do Presidente da Junta de Matosinhos.

Assim, os eleitos da CDU consideram que «a discussão dos objectivos traçados no Plano de Actividades para 1999

e os números inscritos no Orçamento não foram suficientemente debatidos e esclarecidos».

Entretanto, o voto contra da CDU, entre muitas razões, ficou a dever-se à inscrição de verbas escassas em áreas e obras fundamentais, como a educação Pré-Ecolar e a marginal de Leça de Palmeira; ao sucessivo adiamento de obras previstas em planos anteriores, como o Cemitério Municipal de S. Mamede de Infesta e do Parque Desportivo de Leça de Palmeira; ao «desaparecimento» de obras que constavam no anterior Plano de Actividades e que haviam sido «profusamente propagandeadas no período de campanha eleitoral», como as passagens desniveladas (túneis) nos cruzamentos de

algumas avenidas. Por outro lado, em sectores essenciais, como o da habitação e o desenvolvimento económico, as verbas orçamentadas ou foram reduzidas ou quase esquecidas.

Por fim, a Concelhia de Matosinhos do PCP denuncia o facto de duas sugestões concretas da CDU não terem sido acolhidas nos documentos apresentados e que, em sua opinião, «assumem muito claramente um cariz eleitoralista», já que prevêem para 2001 (ano de eleições autárquicas) a concretização e inauguração de grandes obras como o Museu da Arquitectura, o Núcleo Cultural do Centro Cívico de Matosinhos, o Parque Desportivo e Recreativo de Peça da Palmeira, e a aquisição de habitação social no âmbito do PER.

Vila Franca de Xira Faltam obras e ideias

No dia 30 de Dezembro, os vereadores do PCP em Vila Franca de Xira foram confrontados com um programa de «comemorações», distribuído pelos serviços da Presidência da Câmara e a decorrer a partir de 5 de Janeiro, a maioria das quais não havia sido objecto de qualquer discussão no Executivo, nomeadamente o «Encontro Sobre o Futuro do Concelho de Vila Franca».

Já em Dezembro, a Presidente da Câmara Municipal, em entrevista a um jornal regional, havia anunciado a apresentação pública, no dia 5 de Janeiro, de um «Plano Estratégico de Desenvolvimento do Concelho», sem que o mesmo tivesse sido sequer abordado no Executivo Municipal.

Face, pois, a «este estilo de gestão arrogante e autoritário», os vereadores do PCP, denunciando o desrespeito pelo funcionamento democrático do órgão Municipal, dizem que a Presidente «não pode nem deve confundir a sua qualidade de dirigente do PS com a de Presidente duma autarquia», onde estão representadas forças políticas que, como o PCP, não aceitam ser seu «pau mandado».

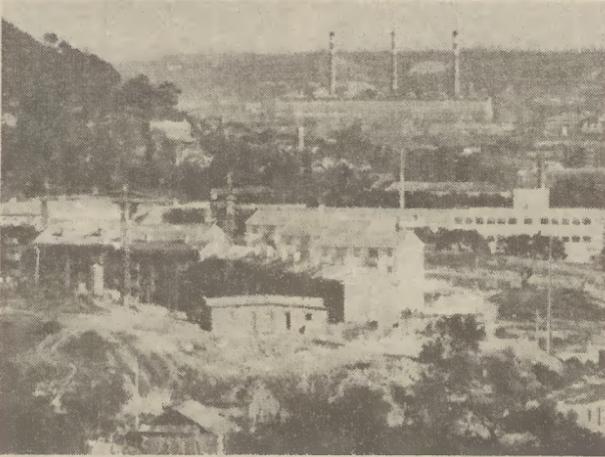
A Comissão Concelhia de Vila Franca do PCP diz que o PS pode fazer as comemorações que quiser mas... a nível partidário e sem recurso à utilização de meios públicos.

Ainda em relação ao programa de «comemorações», o PCP chama de «ridículo» de o PS atenele incluir - como já o fez em campanha eleitoral -, a apresentação pública de um «pré-projecto» de piscinas para a Calhandriz, em vez de um projecto em fase adiantada de execução como a população esperaria.

Quanto ao lançamento das duas primeiras pedras do bairro do PER, no Bom Retiro, e do Mercado Retalhista de Vialonga, trata-se de obras que, tal como a inauguração da 2.ª fase do Mercado Retalhista de Alhandra, estavam já em fase adiantada no mandato da CDU e que o Executivo do PS tem vindo a arrastar.

Aliás, o mesmo se passa com a Escola Fixa de Trânsito em Castanheira do Ribatejo, uma obra que vinha do mandato da CDU e agora é aproveitada para encher o programa.

É caso para concluir, afirma finalmente a Concelhia do PCP, que «passado um ano de gestão PS/PSD, as "comemorações" deixam muito a desejar, porque as ideias não abundam e as obras não acontecem».



Trofa Jantar comemora passagem a concelho

No passado dia 19 de Dezembro, um mês depois da aprovação pela Assembleia da República do concelho de Trofa, a Comissão Concelhia de Santo Tirso do PCP promoveu um jantar-convívio em Guidões para comemorar o evento.

Na ocasião, José Alberto, em nome da Concelhia, e Vítor Augusto, membro da Comissão Promotora *Trofa a Concelho*, realçaram o papel do PCP naquela iniciativa.

«Não fomos os primeiros a tomar posição em relação a este concelho. O nosso apoio foi devidamente discutido e ponderado... mas uma vez tomada decisão favorável, ela foi sem dúvida a mais coesa, a mais firme e a mais consequente». Foi um trabalho colectivo que envolveu todo o Partido desde a base ao topo e ficou a dever-se, antes de mais, à clara percepção de que era essa a vontade da população, «não ficando o PCP dependente de matemáticas eleitorais como outros fizeram», explicou ainda Vítor Augusto que terminou apelando à participação de todos na busca de um centro de trabalho na freguesia-sede do concelho de Trofa.

A palavra foi, então, dada a alguns convidados da Comissão Promotora que, a título pessoal, acederam ao convite do PCP. Aníbal Costa, também membro do PSD, Adélio Serra, do Secretariado local do PS, e Costa Ferreira proferiram algumas palavras de reconhecimento e louvor pela forma coerente e exemplar como o PCP actuou ao longo de todo o processo.

Finalmente, Emídio Ribeiro, membro da Comissão Política, agradeceu em nome do PCP as palavras dos intervenientes anteriores que, não se identificando politicamente com o PCP, são entretanto capazes de reconhecer que, em várias situações da vida política portuguesa, «contra ventos e marés», é o PCP quem firmemente, mesmo que solitariamente, defende princípios e opções que, por vezes, só muito mais tarde são percebidas e aceites.

A existência do novo concelho de Trofa - disse - é um passo importante mas não resolve por si só os problemas de fundo das freguesias. São problemas herdados de anteriores gestões, que deixaram por realizar obras fundamentais e básicas - saneamento, certas vias de comunicação, estruturas culturais e desportivas - e tornam indispensável a intervenção do PCP, dos seus meios e capacidade, a favor das populações.

Face, pois, a muitas promessas e propostas que certamente vão surgir a propósito das eleições para o Parlamento Europeu e para a Assembleia da República, Emídio Ribeiro apelou aos novos municípios de Trofa para que procurem ver, com mais rigor e confiança, o real valor do Partido Comunista Português.

Campanha de fundos já arrancou

Arrancou, no dia 1 de Janeiro, a Campanha Nacional de Fundos que o Comité Central lançou para fazer face às despesas extraordinárias que as eleições para o Parlamento Europeu e para a Assembleia da República este ano vão colocar.

Tema já obrigatório de reuniões e iniciativas do Partido, a campanha desafia, neste momento, a criatividade e capacidade de realização das organizações locais.

Em 1977, igual desafio se colocou ao PCP, aos seus militantes e simpatizantes.

Então, a campanha - com a meta de 50 mil contos - destinava-se à compra de uma sede central para o Partido. A sede que hoje se mantém, na Rua Soeiro Pereira Gomes.

Em cima, uma fotografia na Baixa lisboeta ilustra uma recolha de fundos promovida pelos bancários do Sul. De facto, todo o Partido se empenhou activamente na campanha e os 50 mil contos não só foram atingidos como ultrapassados.

Em declarações recentemente feitas ao «Avante!», Henrique de Sousa, membro do Secretariado do Comité Central, defendia que «a recolha de fundos deve deixar de ser uma actividade envergonhada», pois «é da tradição e da natureza do nosso Partido que sejam os trabalhadores, aqueles que nos apoiam, a sustentar e garantir a autonomia política do PCP».

Sempre assim foi e sempre assim será.



Maceira e Souselas contra co-incineração

Em véspera da prometida reunião do primeiro-ministro com delegações de Maceira (Leiria) e Souselas (Coimbra), os protestos voltam à rua. A lembrar que as populações mantêm a contestação à decisão do Ministério do Ambiente de impor a co-incineração de resíduos industriais tóxicos, ao arpejo da sua vontade expressa.

Em Coimbra, artistas e grupos de música e poesia participaram, terça-feira numa *noite de protesto* na baixa da cidade. Uma acção de contestação organizada pela Pro Urbe - Associação Cívica de Coimbra, que inclui ainda uma sessão de debate, dirigida pelo seu presidente, o sociólogo Boaventura Santos.

Os riscos da co-incineração de resíduos tóxicos foram debatidos na noite de segunda-feira, na Junta de Freguesia de Maceira, numa sessão de esclarecimento promovida pelo Movimento Maceira Saudável (MMS). Na noite de ontem, numa concentração à entrada da cimenteira da Cecil, os populares aguardaram os resultados do encontro dos autarcas e associações com o Guterres.

Desenvolvimentos actuais de um processo de luta que vem detrás, quando se iniciou uma consulta pública que, tudo indica, não passou de acto formal para cumprir a lei, e explodiu em manifestações de profundo descontentamento, quando do anúncio da ministra do Ambiente, dia 28 de Dezembro.

De lembrar que as duas cimenteiras escolhidas para a co-incineração dos resíduos industriais perigosos - a Cimpor de Souselas e a Cecil de Maceira - ficarão responsáveis por queimar as 16 mil toneladas de resíduos industriais tóxicos incineráveis produzidos anualmente em Portugal, de um total de 120 mil toneladas classificadas como lixos perigosos.

O processo será gerido pela Scoreco, constituída pela Ecoresíduos (Cimpor e Cecil) e pelo grupo internacional Scori.

Logo que a decisão do Ministério do Ambiente foi conhecida, a reacção das populações foi imediata.

Em Maceira, centenas de populares concentraram-se frente à fábrica, vedando as entradas com faixas negras e caixões simbólicos, enquanto a linha de caminho-de-ferro que liga a fábrica à estação de Martingança, era barrada com pinheiros e uma fogueira.

O bloqueio à cimenteira prolongou-se pela madrugada de dia, com *comes e bebes*, música, champanhe e bandeiras pretas.

Entretanto, a Assembleia Municipal de Leiria aprovou um voto de *repúdio* pela forma como decorreu o processo de selecção das cimenteiras para a co-incineração de resíduos tóxicos. Os maceirenses contam ainda com a solidariedade das autarquias vizinhas, como

é o caso da sede de concelho (Leiria) e da Batalha.

Em Souselas, as manifestações, acompanhadas de cortejos dos acessos rodoviários e ferroviários à cimenteira da Cimpor, apenas foram interrompidas na expectativa dos resultados da reunião com Guterres.

Dia 29, a Assembleia Municipal de Coimbra transformou-se em comício. Quase quatro horas de debates terminaram num significativo momento de unidade. As moções, aprovadas por unanimidade, foram entregues pelos autarcas, acompanhados de populares, no Governo Civil.

Em causa estão tanto os riscos que esta decisão governamental comporta como o próprio carácter antidemocrático de todo o processo.

A moção apresentada pelo eleito da CDU Carlos Fraião, além da revogação da deliberação de Elisa Ferreira, reclama a abertura de «um verdadeiro e amplo processo de debate público». Considerando que se «pôs seriamente em causa o futuro de Coimbra» nomeadamente «afrontando as suas potencialidades como espaço de excelência na área da saúde», a moção apresentada pelo PS vinca a proximidade, cerca de sete ou oito quilómetros, entre a cimenteira de Souselas e as principais unidades hospitalares de Coimbra, agravada com a ocorrência de ventos norte.

Processos de luta que irão ter continuidade.

Solidariedade

«Sem atender à opinião e à vontade das populações, o governo avançou com uma solução não suficientemente fundamentada, sem um estudo e medidas concretas de redução, reciclagem e tratamento de resíduos industriais», denuncia a União dos Sindicatos de Setúbal, em nota de imprensa em que manifesta a sua solidariedade com as populações de Maceira e Souselas.

Denunciando a opção do governo, de prioridade aos interesses económicos, a União dos Sindicatos de Setúbal afirma igualmente a sua solidariedade com a população do Barreiro e considera «absolutamente inadmissível sobrecarregar o Barreiro com uma lixeira industrial em plena cidade, com todos os riscos associados à perigosidade dos transportes e ao próprio processo de tratamento».

Esta uma de entre das múltiplas posições de solidariedade que se têm registado por todo o país.

A Associação de Municípios da Alta Estremadura (AMAE) escreveu ao primeiro-ministro e à ministra do Ambiente manifestando «o seu desagrado» pela escolha da cimenteira da Maceira para a co-incineração de resíduos tóxicos.



A utilização das cimenteiras para co-incineração de resíduos perigosos é uma opção fortemente contestada

PCP toma posição

Em nota de imprensa divulgada dia 29 de Dezembro, o PCP considera que a decisão tomada pelo governo relativamente à localização dos centros de recolha e armazenamento dos resíduos industriais tóxicos (Estarreja), de tratamento físico-químico (Barreiro) e das cimenteiras onde irá decorrer a co-incineração destes resíduos (Souselas e Maceira-Liz) foi «incorrecta por extemporânea, pouco fundamentada e mal esclarecida».

«Sem contestar a imperiosa necessidade de se proceder a um rápido e esclarecedor estudo e definição de soluções concretas para o tratamento de todo o tipo de resíduos», o PCP considera que o governo «errou nestas decisões».

Errou, antes do mais, «ao pôr na mão de grupos econó-

micos a execução do tratamento dos resíduos industriais perigosos». Assim, «critérios economicistas foram os determinantes essenciais do resultado a que se chegou, em claro detrimento de uma análise focalizada predominantemente nos aspectos técnico-ambientais».

Errou ainda porque optou por decidir desde já, «desprezando as posições assumidas no relatório da Comissão Nacional de Ambiente e do Desenvolvimento Sustentado e opiniões expressas por outras entidades responsáveis do sector, que apontavam inequivocamente a necessidade de adiamento da decisão, ainda que a curto prazo, por forma a corrigir erros e a avançar com maior fundamentação.»

Errou porque «continuou a pautar a sua actuação com uma total ausência de estratégias políticas coerentes para o sector», não dispondo ainda «de um Plano Estratégico Sectorial de Gestão de Resíduos Industriais cuja elaboração prevê apenas para o próximo ano».

Errou também - sublinha a nota do PCP - «porque muitas das questões levantadas durante o período de consulta pública ficaram e estão ainda por esclarecer».

- a disparidade entre as quantidades de produção de resíduos industriais tóxicos e as previsões de quantidades a incinerar;

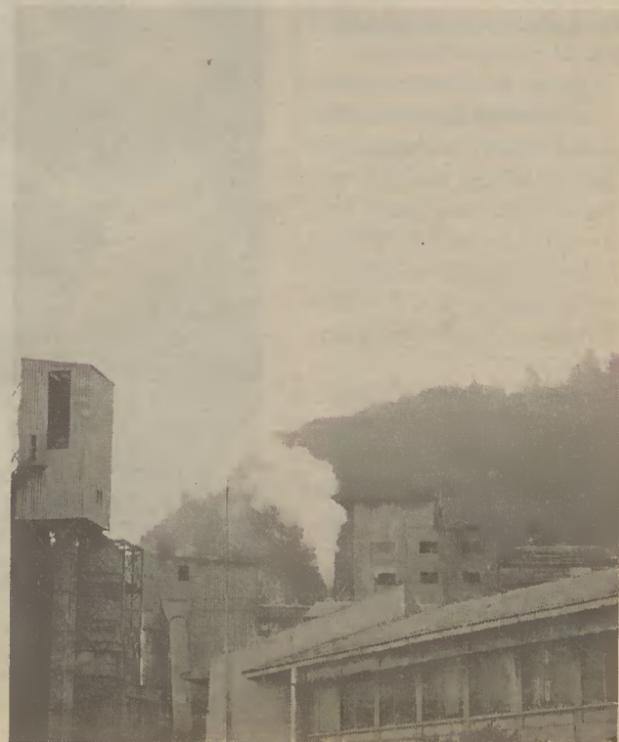
- a omissão quanto aos indiscutíveis riscos de transporte dos resíduos tóxicos no interior dos aglomerados urbanos com elevada densidade populacional;

- a pretensão de co-incinerar produtos que a tecnologia corrente permite já rege-

- a aplicação de medidas essenciais à melhoria da qualidade do ambiente local - designadamente a colocação de filtros de mangas nas cimenteiras - só agora reconhecidas e apenas previstas para as unidades que irão fazer a co-incineração».

Neste quadro, PCP reafirma claramente «a necessidade de adiar este processo mal iniciado», ao mesmo tempo que manifesta «a imperiosa necessidade de serem encontradas correctas soluções para o tratamento dos resíduos industriais que até este momento não foram fundamentadamente explicitadas».

A concluir a nota, o PCP renova «a sua solidariedade activa a todas as populações directamente afectadas e manifesta a sua disponibilidade para, junto destas e com os organismos responsáveis, participar na procura das melhores soluções para a resolução deste grave problema».



Uma decisão insensata

O anúncio do Governo de que o processo de queima dos resíduos industriais, incluindo os tóxicos, passa pela co-incineração nas cimenteiras de Maceira e Souselas, localizando-se a estação de transferência em Estarreja e a estação de tratamento no Barreiro, merecem uma severa crítica por parte da Direcção da Organização Regional de Setúbal do PCP.

A decisão agora anunciada, privilegiando os interesses económicos das cimenteiras, vem provar que, afinal, este Governo não coloca as pessoas em primeiro lugar, nem é um governo de diálogo. Pelo contrário, o que demonstra é falta de bom senso e desrespeito pela opinião das instituições, das Associações ambientalistas e das próprias populações.

O Governo está enganado se pensa que o período de festas escolhido para o anúncio da decisão vai evitar a resposta das populações, diz ainda o PCP, exortando as populações dos concelhos do Barreiro e Moita à continuação da luta em defesa do seu bem-estar.

Urge estratégia ambiental

Também a Comissão Concelhia de Setúbal do PCP «não se sente descansada nem triunfante» com a decisão do governo a propósito da co-incineração de resíduos industriais.

Sendo certo que a luta das populações de Setúbal e a posição dos órgãos autárquicos e de uma parte da comunicação social obrigaram o Governo a «ponderar» a co-incineração da serra da Arrábida, a verdade é que a ministra do Ambiente anunciou também que para a Secil irão resíduos tóxicos, sem designar quais as suas características.

Por isso, a Concelhia de Setúbal «não se congratula» com a decisão «nem considera que os outros locais é que são os indicados». Como sempre, o que defende é a necessidade de uma estratégia política ambiental que passe «pela redução da produção de tais resíduos, que sejam tratados na origem» e com fiscalização reforçada.

Não à co-incineração em Souselas

Para a Comissão Concelhia de Coimbra do PCP, a escolha da cimenteira de Souselas para a co-incineração de resíduos industriais perigosos e não perigosos «ofende profundamente os interesses e direitos do povo e do concelho de Coimbra».

Trata-se, aliás, de uma imposição que «contraria todas as posições assumidas pelos órgãos autárquicos» e que «não é sustentada do ponto de vista técnico e ambiental», prossegue, considerando que nesta «péssima decisão» pesaram «sobretudo as estratégias territoriais» do partido do Governo.

Assim, solidária com as populações mais directamente afectadas, a Concelhia do PCP e salientando que este não é um problema dos moradores de Souselas mas sim de todo o Concelho de Coimbra, exige do Governo a «pronta revogação desta decisão».

«Vale a pena lutar»

Por sua vez, a Comissão Concelhia de Vila Franca de Xira do PCP congratula-se com a «vitória» alcançada pela população do concelho, especialmente os moradores da freguesia de Alhandra, na luta contra a intenção do Governo de queimar na Cimpor de Alhandra os resíduos perigosos e tóxicos.

Saudando o executivo da Junta e a Assembleia de Freguesia de Alhandra pela vontade e firme determinação demonstradas na condução desta luta, o PCP considera, entretanto, ter sido igualmente a «valentia e persistência» da população que obrigou o Governo a recuar numa decisão já tomada, confirmando «que vale a pena lutar».

Também o executivo da JCP de Vila Franca valoriza a luta da população lembrando, entretanto, que, num futuro próximo, poderá a Cimpor vir a queimar resíduos industriais.

Os jovens comunistas exigem do Ministério do Ambiente e da Câmara «uma proposta técnica de requalificação ambiental do local de Alhandra, nomeadamente um processo de controlo sistemático e obrigatório das fontes poluidoras da Cimpor e a definição de arranjos técnicos capazes, no imediato, de filtrar convenientemente as emissões poluentes para a atmosfera».

«Decisão indigna»

A decisão do governo PS - uma «decisão indigna», como é sublinhado pela Comissão Concelhia do Barreiro do PCP - é «tanto mais grave quando traduz um visão do poder exercido contra as populações, ignorando as suas justas aspirações, e subjugada aos interesses económicos».

Uma denúncia com sérios fundamentos, pois esta decisão foi tomada contra «a opinião expressa de cerca de 40000 cidadãos do Barreiro, traduzidas nas assinaturas recolhidas e entregues ao primeiro-ministro no passado dia 20 de Novembro; os cerca de 4000 estudantes que numa gigantesca manifestação de protesto invadiram as ruas da cidade no dia 21 de Outubro; a opinião unânime da população do Barreiro claramente expressa na sessão de consulta pública promovida pelo IPAMB (Ministério do Ambiente), no dia 23 de Outubro».

Área Metropolitana de Lisboa quer maior protagonismo

A elaboração de estudos com vista a uma maior e mais concreta intervenção em áreas fundamentais ao desenvolvimento da região, nomeadamente na área do planeamento e ordenamento do território, contitui uma das linhas estratégicas de intervenção da Área Metropolitana de Lisboa (AML) para o ano de 1999.

Neste ponto do Plano de Actividades aprovado no dia 28 de Dezembro pela Assembleia Metropolitana de Lisboa, com os votos favoráveis do PS e da CDU e a abstenção do PSD, inscreve-se igualmente o propósito de criar a Autoridade Metropolitana de Transportes, bem como o reforço de competências e atribuições políticas à Junta Metropolitana e à Assembleia Metropolitana.

Outra linha estratégica que pautará a acção da AML é a sua própria promoção na componente do desenvolvimento económico e social, através, entre outras formas, da participação em feiras e congressos, em colaboração com os operadores nacionais, e, bem assim, da sua participação em empresas intermunicipais de vocação estruturante ao desenvolvimento da região.

Uma terceira linha estratégica passa por acções de divulgação e promoção institucional da



Área Metropolitana de Lisboa e dos 18 concelhos que a integram, dando, simultaneamente, maior visibilidade ao órgão político que existe desde 1991.

De acordo com uma nota aos órgãos de comunicação social, o valor total do Plano de Actividades da AML para o ano em curso é de 766.100 contos, distribuídos por oito objectivos, representantes das suas áreas de intervenção. Este montante corresponde a um acréscimo de cerca de 50 por cento relativamente a 1998, o que revela um planeamento mais ambicioso em relação às médias verificadas em anos anteriores.

O reforço financeiro é proveniente do Orçamento Geral do Estado, mantendo-se o valor financeiro de comparticipação das autarquias que integram a AML, isto é, cerca de 120.000 contos/ano.

Problemas mobilizam Comissão de Utentes da Linha de Sintra

A Comissão de Utentes da Linha de Sintra recebeu da entidade que superintende aquela via ferroviária suburbana a garantia de que a actual falta de pontualidade dos comboios resultante das obras em curso estará em princípio resolvida em meados deste ano. Em comunicado emitido após reunião recentemente com a Unidade Suburbana da Grande Lisboa, aquela Comissão de Utentes informa igualmente que a reposição dos comboios Amadora-Sintra deverá ocorrer em Março, estando, por outro lado, a ser estudada a possibilidade de colocar em circulação um serviço ao fim-de-semana com destino à Gare do Oriente.

Questões ligadas à segurança e limpeza das carruagens, bem como ao conforto dos passageiros nas estações e cais de embarque, foram também abordadas no decorrer da reunião com a USGL, que se comprometeu ainda a assegurar a ligação entre a estação de Campolide e de Alcântara através de autocarros, a expensas suas.

Linha do Vouga Mais um encerramento à vista?

Fortemente prejudicadas com o sucessivo encerramento de diversos troços da Linha do Vouga que tem vindo a ocorrer nos últimos anos, as populações daquela região vêem-se de novo confrontadas com o possível fecho de mais um percurso. As notícias sobre esta eventualidade estão a gerar uma onda de preocupação entre as gentes da região, para quem aquela linha ferroviária é desde há vários dezenas de anos um equipamento fundamental para a sua vida e trabalho.

A inexistência de informações exactas sobre o que pensa a administração da CP para o futuro da Linha do Vouga, bem como das consequências para as populações quaisquer que sejam as medidas que venham a ser adoptadas, levou já entretanto o deputado do PCP Bernardino Soares a requerer ao Governo informações sobre as suas intenções em relação a esta matéria.

Recordando as «largas tradições» de luta das populações em defesa desta linha, que radicam em primeiro lugar na própria importância que ela tem para as suas vidas, o parlamentar comunista chama a atenção para os graves prejuízos para os

utentes daquele meio de transporte que resultarão de qualquer novo encerramento.

É de prever, pois, que uma tal medida não deixe de encontrar a firme oposição das populações locais, tanto mais que, como assinala Bernardino Soares no texto do requerimento, existe entre elas um largo sentimento de que têm sido duramente penalizadas com a política prosseguida para a Linha do Vouga, patente, entre outros transtornos, não apenas no encerramento de diversos troços, como na ausência de investimento na qualidade do serviço, ou até no desencontro dos horários de transbordo.



Federação das Colectividades acusa Inatel de ingerência e exige apoios dignos

A Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio (FPCCR) acusou o Inatel de aliciar os dirigentes das colectividades com apoios comunitários para a constituição de uma «federação» de bandas.

Em comunicado subscrito pelo seu presidente, Alfredo Flores, a FPCCR considera de «particular gravidade as recentes manobras para formar federações de bandas», interpretando-as como mais uma tentativa de intromissão no movimento associativo por parte do Inatel, que não se coíbiu mesmo de procurar garantir o apoio de algumas colectividades «a troco de parques subsídios».

«Este Inatel continua a ser uma ponta de lança do Governo que, tal como os que o antecederam, em nada apoia o movimento associativo», acusa a direcção da Federação Portuguesa das Colectividades, que garante não

aceitar que, «por conveniência governamental» aquele organismo «avance à força para a constituição de uma qualquer federação cujo efeito mais óbvio seria a divisão do movimento associativo popular».

«Não poderemos nunca aceitar que, para ganhar o apoio dos dirigentes das colectividades, o Inatel «venha acenar com "apoios comunitários" ilusórios, que só poderão surgir a partir do ano 2000», acrescenta o texto, que deplora ainda a atitude do Inatel por não ter dado uma palavra sobre esta matéria à FPCCR.

Reconhecendo inteira legitimidade ao desejo das colectivi-

dades com bandas verem «definida uma linha de acção que exija respostas para os problemas específicos que a todas elas são comuns», a FPCCR recorda que em todos os espaços onde desenvolve a sua actividade tem sido portadora destas preocupações e salienta que «o debate e trabalho para a organização específica das bandas deve continuar a ser feito pelas próprias colectividades com banda, no amplo âmbito da FPCCR e sem peias nem favores do Governo, qualquer que seja a sua cor».

«O Inatel e outros mecanismos do Estado devem ser utilizados não para dividir, mas sim para estimular o desenvolvimento autónomo e genuíno das bandas populares, que desenvolvem um trabalho social de grande mérito», conclui o comunicado.



Inatel quer constituir uma «federação» de bandas

Menores em risco têm acompanhamento no Barreiro

O Ministério da Justiça e a Câmara Municipal do Barreiro assinaram um protocolo para a instalação e funcionamento da Comissão de Protecção de Menores correspondente à área administrativa do concelho. Firmado no passado dia 30 de Dezembro, em acto público realizado na Biblioteca Municipal daquela cidade, o protocolo define os termos em que o Ministé-

rio da Justiça, através do Instituto de Reinserção Social, participa com o Município do Barreiro nas despesas relativas à instalação e funcionamento daquele organismo vocacionado para o acompanhamento de menores em situação de risco.

Criada em 1991, a Comissão de Protecção de Menores iniciou as suas funções em Novembro de 1996, no edifício da Câmara

Municipal do Barreiro, que assegura, também, o apoio logístico ao seu funcionamento.

Desde então, a Comissão intervém em situações de menores em risco, nomeadamente por maus tratos, abandono familiar, negligência, disfunção familiar, abandono escolar, toxicod dependência e prostituição. Neste período cerca de 100 casos foram já objecto de acompanhamento.

Da Comissão fazem parte representantes do Ministério Público, do Município, do Centro Regional de Segurança Social, dos Serviços Locais do Ministério da Educação, do Instituto Português da Juventude, das Instituições Particulares de Solidariedade Social, do Centro de Saúde, da Polícia de Segurança Pública e das associações de pais.



Almada promete e cumpre

A execução no ano em curso de vários projectos em áreas tão diversas como a educação e juventude, terceira idade e turismo, cultura e desporto, ambiente ou acessibilidades vai possibilitar uma nova melhoria da qualidade de vida dos cidadãos de Almada. Quem o garante é a Câmara Municipal que neste início de mais um ano de mandato anunciou um conjunto de acções constantes do seu Plano de Actividades e Orçamento para 1999.

De entre os vários projectos, segundo uma nota da Divisão de Informação e Relações Públicas da autarquia, destaque para a ampliação da rede escolar do 1.º ciclo e Jardins de Infância, para a recuperação de Escolas Centenárias, criação do Gabinete da Mulher e de Centros Comunitários e de apoio a idosos.

Relevo merecem também a construção do Museu da Cidade, do novo Teatro Municipal, de um Estádio Municipal, e de uma ETAR no Portinho da Costa. O desenvolvimento do Plano Municipal de Ambiente e a criação da Agência Municipal de Energia são ainda duas direcções de trabalho a que o Município prestará particular atenção.

Açores sem política ambiental

A Quercus de S. Miguel acusou o Governo açoriano de «dar continuidade às más políticas dos anteriores executivos» na área do ambiente, demonstrando «ineficácia» nas medidas de conservação da natureza das ilhas.

Num balanço de 1998, divulgado no último dia do ano, aquela associação ambientalista sustentou que a «política ambiental na região

continua a ser um pobre apêndice da pecuária, espelhada em um por cento do espaço que lhe é dedicado no programa de governo».

«Em termos ambientais, os Açores estão cada vez pior, pois o que se faz é demasiado pouco e lento face ao ritmo crescente com que se está a delapidar a qualidade ambiental, ainda invejável, das ilhas», sublinhou a Quercus.



Nos Açores, como em todo o país, está por definir uma política ambiental eficaz

Convicta de que a «política ambiental da região só surgirá quando os governantes o quiserem (ou os governados o exigirem), através da implementação de medidas integradas e estruturantes», a Associação de Protecção da Natureza defende, por isso, a necessidade de «avaliar alternativas, identificar e negociar interesses para que se possa diminuir os danos ambientais e minorar conflitos».

Segundo a Quercus, «o planeamento e os projectos não devem ser feitos contra ninguém, mas cabe à administração tomar a seu cargo o bem público e a defesa das futuras gerações».

TRABALHADORES

«Self-service»

A paralisação convocada pelo Sindicato Independente dos Médicos e conhecida como greve de «self-service» foi criticada pelo coordenador da CGTP, por pôr cada vez mais em causa o direito à greve. Na opinião de Carvalho da Silva, em declarações proferidas após uma reunião com a ministra da Saúde, a 30 de Dezembro, há que destringir as reivindicações justas de alguns médicos e os interesses corporativos e privados de outros. Para o dirigente sindical, citado pela Lusa, o SIM está a pôr em causa o prestígio e o crédito dos médicos, o que exige do Governo medidas para resolver a situação.

No final do encontro com a CGTP, Maria de Belém revelou que o parecer pedido aos juristas Jorge Leite e Gomes Canotilho confirma haver uma anomalia relativa ao enquadramento jurídico da greve «self-service» dos médicos, que não previne o enquadramento jurídico da lei da greve no sentido da utilização de determinados instrumentos, nomeadamente o pré-aviso.

Mondorel

O cancelamento da venda da empresa, marcada para 20 de Janeiro, foi exigido na semana passada pelos trabalhadores da têxtil de Coimbra «Mondorel», que fundamentam o seu apelo à Administração Fiscal no facto de esta ser uma empresa lucrativa e a execução fiscal lançar no desemprego duas centenas de pessoas.

Em plenário realizado a 29 de Dezembro, os trabalhadores exigiram explicações da administração sobre as verdadeiras razões que determinam a decisão das Finanças. No final, foi divulgado um comunicado que admite que a localização da fábrica «faz acreditar nos rumores que têm vindo a circular de poderem vir os seus terrenos a servir interesses de especuladores imobiliários». Os trabalhadores tencionam realizar na próxima quinta-feira, dia 14, um novo plenário, e avançarão para a greve no dia 20, se até lá não for cancelada a venda.

Torraltá

Vão realizar-se plenários nos locais de trabalho, a nível nacional, para analisar a situação da Torralta e formas de intervenção dos trabalhadores em defesa dos seus direitos e interesses. A decisão foi tomada numa reunião de ORTs, que teve lugar no Algarve antes do período de Natal e Ano Novo, e onde foi denunciado o «clima de forte instabilidade e insegurança» e a «redução substancial de postos de trabalho», levada a cabo pela gestão da Imoaria/Sonae.

STAL marca greve para dia 20

Governo não cumpriu pagamento de retroactivos

Não foi publicado o decreto regulamentar que aplicaria aos trabalhadores das autarquias a revisão das carreiras da Administração Pública, atitude que para o sindicato é «no mínimo, estranha e discriminatória» e vai contra os compromissos do Governo.

A greve tem início marcado para as zero horas de dia 20. Após a entrega do pré-aviso, o Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local desencadeou «um processo de auscultação junto dos trabalhadores das autarquias, com o sentido de determinar os contornos do

processo de luta, nomeadamente em relação à duração da greve».

Segundo a nota de imprensa divulgada dia 30 de Dezembro pelo STAL, a paralisação «surge, assim, como uma imperiosa atitude que vem no sentido de condenar uma autêntica discriminação a que os trabalhadores da Adminis-

tração Local estão a ser votados, fruto de uma política em que impera uma clara falta de vergonha».

O sindicato recorda que a revisão do regime de carreiras da Administração Pública «só recentemente conheceu uma conclusão definitiva, com a publicação do DL N.º 404-A/98, com data de 18 de Dezembro, mas efectivamente distribuído pela Imprensa Nacional no dia 23». O respectivo decreto regulamentar, que aplicaria o decreto-lei às autarquias, não foi publicado na mesma altura, «contrariando todos os compro-

missos que os responsáveis governamentais haviam assumido».

A Secretaria de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território foi questionada pelo STAL sobre tal atraso, mas respondeu apenas que o assunto fora remetido para publicação no «Diário da República».

A indignação do sindicato encontrou mais uma forte justificação no facto de o Governo ter distribuído «uma circular para todos os serviços da Administração Central, na qual solicitava a tomada de medidas com vista a garantir o pagamento dos retroactivos já em Janeiro», deixando por satisfazer uma proposta do STAL para que igual procedimento se aplicasse também aos trabalhadores da Administração Local.

«As autarquias irão enfrentar problemas orçamentais, porque o pagamento dos retroactivos não está contemplado no Orçamento para 1999», previu um dirigente do STAL, em declarações à Lusa.

Para a Direcção Nacional do sindicato, o comportamento do Governo representa, «pura e simplesmente, uma tentativa de sonegar um direito dos trabalhadores, nomeadamente o da igualdade de tratamento». «Quais as intenções deste Governo e a quem servem», interroga-se na nota do STAL.



O sindicato acusa do Governo de ter discriminado os trabalhadores das autarquias (foto de arquivo)

Tesourarias fecharam a mais de 80 por cento

Foi superior a 80 por cento a adesão dos trabalhadores das tesourarias da Fazenda Pública ao último dia da greve convocada pelos sindicatos da Função Pública, contra a retirada do abono para falhas, contra a falta de pessoal e pela revisão da lei orgânica.

Segundo a federação sindical do sector, no dia 31 de Dezembro encerraram 13 das 15 tesourarias da cidade de Lisboa e todas as 7 tesourarias do Porto. Fecharam ainda 17 tesourarias no distrito de Coimbra (num total de 19), 21 em Aveiro (num total de 26) e 15 em Leiria (num total de 18). A

adesão foi superior a 90 por cento em Santarém, enquanto em Beja atingiu os cem por cento.

A greve do pessoal das tesourarias prolongou-se, de forma faseada, durante toda a semana do fim de ano: segunda-feira, no Norte; terça-feira, no Centro; quarta-feira, no Sul e Açores; quinta-feira, a nível nacional.

Numa nota de imprensa divulgada ao final da manhã do último dia de 1998, a FNSFP/CGTP afirmava que «a postura autista do Governo face a estas questões é reveladora da falta de vontade política para resolver problemas de fácil resolução». «Caso o

Governo mantenha a sua posição, o conflito agravar-se-à no início do ano», prevê a federação.

Veterinários

A Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública protestou formalmente, junto do ministro da Agricultura, contra a decisão deste membro do Governo de contratar pessoal para substituir os médicos veterinários que recorreram à greve na penúltima semana de Dezembro.

A decisão de Capoulas dos Santos «constitui uma atitude ile-

gal» e «pôs em causa a saúde pública, ao permitir que pessoas não habilitadas autorizassem abates de animais sem observância das normas sanitárias», afirma a Frente Comum, numa nota de imprensa que divulgou dia 28 de Dezembro.

No documento, a Frente Comum exprime a sua solidariedade para com o Sindicato Nacional dos Médicos Veterinários e declara público apoio aos procedimentos que este irá acionar «tendo em vista o sancionamento das ilegalidades verificadas e a punição dos respectivos responsáveis».

OEM/Grundig em «estado de luta»

Durante esta semana, os 140 trabalhadores da OEM, de Braga, podem entrar em greve, se não obtiverem garantias de pagamento dos salários de Dezembro, bem como relativamente ao futuro da empresa e dos postos de trabalho.

Os trabalhadores exigem também da Grundig o cumprimento do protocolo assinado com os sindicatos, que prevê diversas medidas de reestruturação da empresa que não foram concretizadas, frisou o sindicalista Ramos Lopes, em declarações à Lusa.

O acordo, assinado em Outubro de 1998 na sequência da luta dos trabalhadores e com intervenção do Governo Civil de Braga, prevê, entre outras medidas, a abertura de uma conta bancária para garantir as indemnizações em caso de despedimento e a introdução de novos produtos do sector de alta-fidelidade na OEM.

«Nada disto se realizou até hoje, pelo que, se as coisas continuarem na mesma, entraremos em greve», garantiu segunda-feira Ramos Lopes, acrescentando que

os sindicatos já colocaram o pré-aviso legal até 29 de Janeiro.

A OEM vive dificuldades permanentes de tesouraria, o que levou os trabalhadores a exigirem, no Tribunal de Trabalho, a sua reintegração na Grundig, empresa que concessionou em 1997 a produção de aparelhos áudio à fábrica norueguesa. A OEM anunciou então um investimento de 1,5 milhões de contos na aquisição de instalações no Complexo Grundig/Blaupunkt, tendo em vista a produção de

aparelhos de alta-fidelidade e material de telecomunicações.

No âmbito deste negócio, a Grundig e a OEM subscreveram um acordo mediante o qual a multinacional norueguesa se radicou em Braga a partir de 1 de Janeiro de 1998, ficando com a produção de aparelhos de alta-fidelidade da Grundig. O acordo regulou a transmissão da produção e também a manutenção na OEM de 145 trabalhadores que deveriam conservar os direitos adquiridos como funcionários da Grundig.

Camisolas

Para pagar o subsídio de Natal, o patrão da Marcoborda entregou entre 30 e 40 camisolas a cada uma das trabalhadoras. Perante o protesto das operárias, Joaquim Constantino Pereira da Silva impediu-as de trabalhar, enquanto uma trabalhadora, objecto de maus tratos pelo patrão, rescindiu o contrato. A denúncia foi feita pela União dos Sindicatos de Braga, que participou o caso à Inspeção do Trabalho e anunciou que vai também acionar o Ministério Público, com conhecimento ao secretário de Estado da Segurança Social. Segundo a USB/CGTP, a empresa de bordados da Tapada de São Clemente de Sande (no Vale do Ave) empregou desde 1989 raparigas com apenas 12 anos de idade e não tem procedido ultimamente ao envio das contribuições para a Segurança Social. A União salienta que, em dez anos de existência, a empresa já se chamou Fel Têxteis, Taipas Têxteis, Borda Taipas e, agora, Marcoborda, funcionando sempre no mesmo local, com os mesmos trabalhadores e a mesma entidade patronal.

Comércio

O recurso abusivo e generalizado aos contratos a prazo e aos «part-times», bem como as condições precárias de higiene e segurança, o incumprimento dos horários de trabalho, o não pagamento de trabalho suplementar, e o trabalho clandestino são alguns dos graves problemas que o Sindicato do Comércio e Serviços do Norte quer apresentar à Inspeção do Trabalho, em Braga, para exigir a sua intervenção. A decisão foi tomada na última reunião de 1998 da Comissão Executiva do CESNorte, dia 29 de Dezembro. Em nota de imprensa distribuída dia 28 de Dezembro, o Sindicato dos Trabalhadores do Comércio e Serviços de Portugal contestou afirmações «muito graves» do secretário-geral da CCP, sobre a não existência de trabalho precário no País. O CESP/CGTP refuta as declarações de Luís Faria e contrapõe que «o comércio e serviços, em especial as grandes cadeias e organizações, caracterizam-se pela grande mobilidade e precariedade dos vínculos contratuais».

Enfermagem

As alterações à carreira de enfermagem, resultantes das negociações entre os sindicatos dos enfermeiros e o Ministério da Saúde, foram finalmente publicadas em «Diário da República» no dia 30 de Dezembro. Ao congratular-se pela publicação, o SEP recorda que há outros compromissos assumidos pela ministra e que deverão ser objecto de negociação imediatamente.

TRABALHADORES



CGTP faz o balanço da contratação colectiva em 1998 Governo esteve com os patrões no ataque aos direitos e salários

A Comissão Executiva da CGTP-IN, num documento divulgado no final do ano, salienta que «um crescimento económico significativo» verificado em 1998 não levou à alteração das políticas de moderação dos salários. O processo de revisão da legislação laboral, desencadeado pelo Governo, também teve «incidências negativas muito profundas na negociação colectiva, porque incentivou a intransigência patronal».

No ano findo, a negociação colectiva exerceu-se «num contexto complexo, em que se cruzaram diversos factores de natureza oposta», que a central analisa em quatro pontos:

«Um primeiro aspecto, à partida favorável, é o de um crescimento económico significativo. No entanto, não se alteraram as políticas de moderação dos salários, o que

dificultou a negociação colectiva.

«Essas dificuldades foram exacerbadas por uma posição patronal de ataque aos direitos contratuais, visando liquidar o direito de contratação colectiva, o que foi conjugado com a existência de um processo de revisão da legislação de trabalho, com incidências negativas muito profundas na negociação colec-

tiva, porque incentivou a intransigência patronal.

«Um terceiro aspecto respeita a um ascenso de iniciativa reivindicativa e de lutas, num quadro de crescente disponibilidade e de mobilização dos trabalhadores.»

Como «exemplos significativos» deste ascenso, a CGTP aponta «o longo conflito nos sectores têxteis contra a eliminação das pausas, que veio a ser resolvido por acordo em Fevereiro; as greves nos principais hotéis no segundo trimestre, com resultados salariais positivos; a greve dos motoristas de transportes rodoviários de mercadorias perigosas, em Julho, da qual resultaram importantes resultados, nomeadamente o prémio de risco e o seguro por morte e invalidez.»

Lutas e resultados

Para a CGTP, os resultados da contratação colectiva em 1998 «podem considerar-se positivos, sendo fruto sobretudo do envolvimento e das lutas desenvolvidas pelos trabalhadores, ainda que insuficientes face aos objectivos traçados e à necessária e urgente aproximação às condições de vida e de trabalho praticadas na generalidade dos países comunitários».

É colocado particular ênfase no combate à generalização dos casos de bloqueamento e às afirmações de que a contratação colectiva não faria evoluir as condições de prestação de trabalho, «quando o que está em causa é a regressão de direitos».

Ao fazer o balanço da contratação colectiva, a CGTP regista que foi feita a **revisão global** de convenções em diversos sectores e empresas (Madeiras, Restaurantes, Celulose do Caima, Lactínios, Cantinas, Hotelaria do Norte, Lusosider, Marconi), o que contradiz a ideia de que as revisões se limitam à matéria salarial.

Foram negociadas **novas convenções** colectivas, ou a sua negociação está em vias de conclusão (casos da Parmalat, Clube de Campismo de Almada, Hospital Amadora-Sintra, etc.).

Foi alargada a intervenção a **novos domínios** de regulação, sendo representativo o acordo na Expo'98, realizado em Abril.

Resolveram-se, por via de acordo, importantes conflitos (são referidos os exemplos da CP, dos têxteis, dos transportes rodoviários de mercadorias, dos médicos representados pela FNAM).

Vários direitos contratuais ameaçados

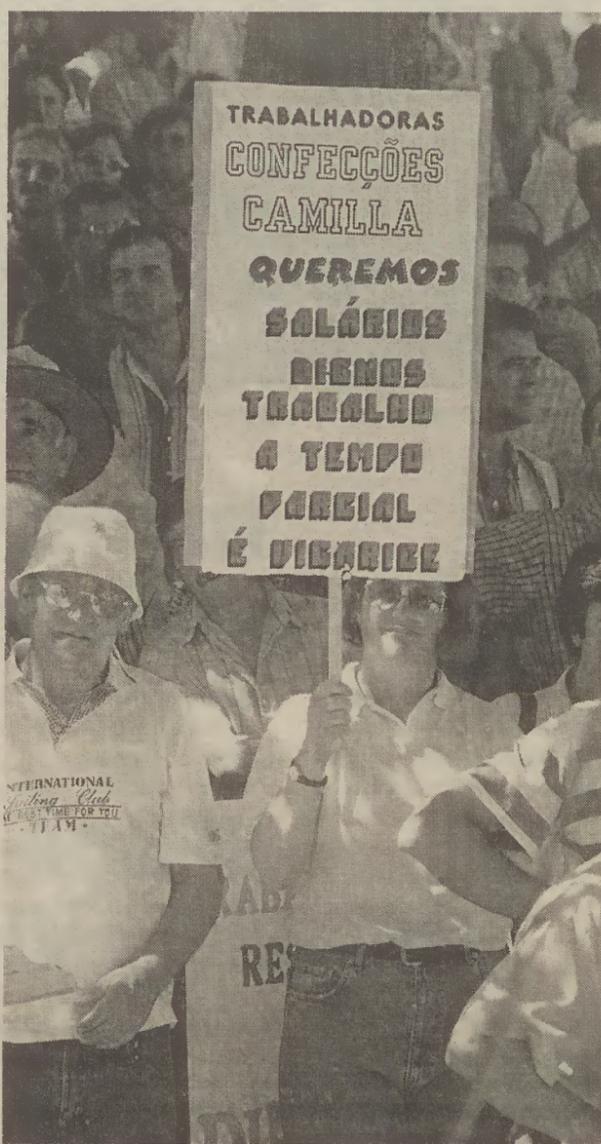
foram mantidos e alguns tiveram mesmo melhorias, como no que respeita à **redução da duração do trabalho** e a outros conteúdos do tempo de trabalho. Nos sectores têxteis e de vestuário, o acordo conseguido em Fevereiro salvaguarda as pausas, a redução para as 40 horas semanais e a regulamentação dos turnos especiais. No sector do vidro (embalagem) foi acordado um calendário de redução das 40 para as 35 horas, a alcançar progressivamente até 2002. Outros casos significativos de redução para as 40 horas registaram-se nas madeiras, no calçado, nos transportes (automóveis ligeiros), nas bolachas, no comércio de Braga.

A reivindicação de dois dias de descanso semanal, que em princípio deverão ser o sábado e o domingo, teve resultados positivos em processos como a hotelaria da Madeira e as cantinas.

Foi conseguido o aumento do número de dias de férias, nomeadamente na Borealis, Celbi e Liga de Futebol.

O **aumento médio salarial** nas convenções colectivas foi de 3,3 por cento, valor que «será superior à inflação de 1998, o que representa uma variação positiva, ainda que modesta, do poder de compra das tabelas salariais contratuais». Na Administração Pública, onde não se registou acordo, o aumento salarial foi de apenas 2,8 por cento.

Na sequência do processo iniciado em 1996, foi publicado o novo quadro legal da negociação colectiva da Função Pública, que, «embora ficando aquém do que era reivindicado», introduziu melhorias.



Os trabalhadores mostraram-se mais disponíveis para lutar, salienta a CGTP (foto de arquivo)

O ano de 1998 fica «também marcado por **uma acentuação das reivindicações ligadas ao tempo de trabalho**, nas suas múltiplas dimensões: duração semanal, horários de trabalho, pausas, etc.», destacando-se, nesta área, «a luta pela redução para as 40 horas sem perdas de direitos, quer a nível geral quer no plano da acção reivindicativa sectorial e de empresa», e «a fixação pela CGTP-IN, em 1 de Outubro passado, do objectivo da semana de 35 horas, a alcançar progressivamente».

Malefícios do pacote

O processo de revisão de legislação de trabalho «incenti-

bloqueamento na contratação colectiva e ainda a pressionar por novas alterações da legislação», acusa a CGTP.

No balanço da acção reivindicativa de 1998 a central faz questão de reafirmar que os projectos de diplomas do *pacote* laboral «visam regular matérias, em vários casos controversas, que devem ser negociadas, nos sectores ou nas empresas», e «contêm disposições gravosas que correspondem a pretensões inaceitáveis do patronato, nomeadamente no emprego a tempo parcial, no conceito de retribuição, nos contratos a prazo, no regime de férias, no trabalho nocturno e noutras».

Durante o ano findo, «manteve-se uma forte pressão patronal para liquidar os direitos contratuais constantes das convenções colectivas». Neste quadro, «a posição do Governo, de revisão da legislação de trabalho e de apoio implícito, mas real, às posições patronais, conduziu a que, em vários sectores, se não tenha desbloqueado a contratação colectiva». A CGTP nota que «esta situação é, por sua vez, explorada para pôr em causa os direitos e a liberdade de negociação colectiva» e denuncia a utilização do tema do «impasse na negociação colectiva» «como arma com vista a criar condições para impor regimes menos favoráveis através de legislação».

vou o patronato a não negociar e a introduzir novos factores de

Prioridades para 1999

Na acção reivindicativa que, aos vários níveis, as estruturas da CGTP vão desenvolver no corrente ano, a Comissão Executiva da central aponta como prioridades, «para além do emprego e do combate à precariedade»:

- o aumento significativo dos salários reais, por forma a que haja uma aproximação à média dos salários europeus, conforme a promessa do Governo;
- o aumento do salário mínimo para 62 500\$00;
- o prosseguimento da luta pela redução progressiva do horário de trabalho até às 35 horas semanais;
- o combate à sinistralidade laboral e a eleição dos representantes dos trabalhadores para as comissões de higiene e segurança no trabalho;
- a valorização da contratação colectiva, «como sede privilegiada para regulamentar as condições de prestação de trabalho».

Proposta de salário mínimo não garante «vida decente»

Ao fundamentar a recusa das hipóteses avançadas segunda-feira pelo Governo, a CGTP-IN põe mais uma vez em evidência o importante papel do salário mínimo nacional, que devia ser um meio de valorização do trabalho e de combate à pobreza e às desigualdades.

Na reunião do Conselho Permanente de Concertação Social estiveram em análise três hipóteses, avançadas num relatório que o Governo enviou aos parceiros sociais nas vésperas da passagem de ano. Os valores indicados para o salário mínimo em 1999 situam-se entre 60 800 e 61 600 escudos, o que representa, no máximo, um aumento de 4,4 por cento.

A CGTP recusou tais valores e reafirmou a sua proposta de fixação do ordenado mínimo em 62 500 escudos.

«Apesar de não estar fixado o valor do salário mínimo, este relatório indicia que se pretende tornar ainda mais restritiva a política salarial, no que respeita aos trabalhadores de mais baixos salários, o que terá efeitos negativos no agravamento das desigualdades salariais e na pobreza», afirma a central, na análise do relatório governamental.

É alvo de crítica o facto de o Governo «nem sequer colocar a hipótese de um acompanha-

rio médio de base degradou-se de 1986 a 1996, tendência que terá continuado em 1997 e 1998. «Isto significa que o princípio consensuado na concertação social em 1991, segundo o qual o salário mí-

nimo deveria crescer acima do salário médio, continua a não ser cumprido pelo Governo», denuncia a Intersindical Nacional.

A comparação com o salário médio é mais desfavorável se for feita com base no *ganho* (que engloba outras componentes além do salário de base). O relatório do Governo mostra que o salário mínimo representava apenas 44 por cento do ganho médio, em 1996 (quando era de 49,4 por cento em 1991).

A *Inter* salienta que «esta relação é muito importante, porque é utilizada para aferir o grau de eficácia e a justiça social na fixação do salário mínimo» e «para avaliar em que medida uma dada sociedade assegura um salário que garante um nível de vida decente», conceito que está consagrado na União Europeia (na Carta Comunitária dos Direitos Sociais Fundamentais dos Trabalhadores) e em instituições internacionais como o Conselho da Europa (na Carta Social). «O Conselho da Europa interpretou mesmo o

Evolução económica e do salário mínimo nacional

	1986/90	1991/95	1996/98
PIB	5,0%	1,6%	3,9%
Variação real do SMN	0,8%	0,6%	1,5%
Produtividade	3,0%	1,4%	2,3%
SMN/salário-base	60,8%	53,9%	52,0%*

Fonte: CGTP-IN, a partir de dados oficiais.

*Dados de 1996.

mento do salário mínimo em relação à evolução da produtividade». Por outro lado, «não é realista manter» o referencial de inflação de 2 por cento, protesta a CGTP, lembrando que em 1998 «a inflação está nos 2,8 por cento e a previsão comunitária (naturalmente com valores fornecidos pelo Governo português) é de 2,4 por cento».

Baseando-se nos dados do relatório, a CGTP defende que, além de ser justo, é possível proceder a uma actualização do salário mínimo para valores superiores: o Governo prevê para 1999 um crescimento que poderá atingir os 4 por cento e um aumento da produtividade que poderá atingir 3,4 por cento. Se o salário mínimo acompanhar o crescimento da produtividade, não tendo em conta outros factores, o aumento será de 62 316\$00 (2,4% de inflação mais 3,4%). A este valor deve acrescentar «alguma revalorização, tendo em conta a evolução passada», reclama a central.

Menos «decente»

Analisando a evolução desde 1986, a CGTP conclui que se verificou «um crescimento real do salário mínimo muito fraco» e que foi constantemente inferior à variação da produtividade. Houve também «um distanciamento muito acentuado do salário mínimo face ao salário médio». Esta relação entre o salário mínimo e o salá-

rio médio de base degradou-se de 1986 a 1996, tendência que terá continuado em 1997 e 1998. «Isto significa que o princípio consensuado na concertação social em 1991, segundo o qual o salário mí-

nimo deveria crescer acima do salário médio, continua a não ser cumprido pelo Governo», denuncia a Intersindical Nacional. A comparação com o salário médio é mais desfavorável se for feita com base no *ganho* (que engloba outras componentes além do salário de base). O relatório do Governo mostra que o salário mínimo representava apenas 44 por cento do ganho médio, em 1996 (quando era de 49,4 por cento em 1991).

A *Inter* salienta que «esta relação é muito importante, porque é utilizada para aferir o grau de eficácia e a justiça social na fixação do salário mínimo» e «para avaliar em que medida uma dada sociedade assegura um salário que garante um nível de vida decente», conceito que está consagrado na União Europeia (na Carta Comunitária dos Direitos Sociais Fundamentais dos Trabalhadores) e em instituições internacionais como o Conselho da Europa (na Carta Social). «O Conselho da Europa interpretou mesmo o

Pinochet, o vilão de uma peça de Molière

Na América Latina, a euforia provocada pela prisão de Pinochet em Londres já se dissipou.

O velho ditador inspira repugnância. Mas os debates travados no Continente, do México à Patagónia, contribuíram durante a longa espera para que a alegria inicial cedesse gradualmente lugar a sentimentos de apreensão.

Não passou despercebida a rapidez com que em diferentes países europeus foi também pedida a extradição de Pinochet. Estranha e não esperada unanimidade.

A esquerda latino-americana (!) comenta igualmente artigos publicados em Espanha em que políticos e escritores de direita perguntam por que não foi detido Fidel Castro quando em Outubro visitou a Extremadura, após a Cimeira do Porto?

A atitude ambígua assumida pelos EUA envolve outro convite à reflexão. O Governo assiste, adoptando uma postura que o «New York Times» define como opção oficial de baixo perfil. Mas Madeleine Albright, secretária de Estado e porta-voz dos sectores mais conservadores da sociedade norte-americana, mandou desclassificar documentos secretos relativos ao assassinio de Letelier. Porquê? Inesperadamente admitiu que os EUA cometeram graves erros no Chile. As complicitades no desenvolvimento da famosa «Operação Condor» começam a vir à tona. Confirma-se assim a previsão de Fidel segundo a qual as administrações norte-americanas, para limparem a imagem, tendem periodicamente a pedir desculpa por crimes cometidos por outras. Já assim aconteceu quando a actual desclassificou documentação secreta relativa a planos de agressão armada contra Cuba...

A decisão dos Lordes foi recebida sem surpresa, e a do secretário do Interior também não provocou reacções de espanto. A Câmara dos Lordes é uma instituição muito conservadora apesar da sua composição multipartidária. Os seus magistrados reflectem-lhe o espírito. A dualidade de critérios traduz o seu fari-saísmo. Nunca, que se saiba, a Câmara dos Pares Britânica se manifestou, através dos seus juizes, a favor do julgamento dos ministros e procónsules imperiais ingleses responsáveis por crimes de genocídio e chacinas medonhas cometidos nos últimos três séculos, em incontáveis lugares do mundo, desde a Índia ao Quênia, da China à África do Sul, do Sudão à Malásia.

Porquê, então, Pinochet?

Não é por acaso que nos *media* europeus se multiplicam apelos sugerindo a extradição, quando tal for possível, não apenas de ex-ditadores latino-americanos, como o argentino Videla, mas de chefes de Estado em exercício como o jugoslavo Milosevitch, o líbio Kadhafi e o iraquiano Sadam Hussein. A apologia da extraterritorialidade pela direita europeia carece de espontaneidade; não brota de um sentimento de amor à liberdade, de respeito pelo Direito. Não. As suas motivações são outras. Não é por acaso que os incondicionais de Maastrich e Amsterdão participam do coro. A defesa da extraterritorialidade prenuncia ameaças à soberania dos povos de contornos ainda nebulosos.

O juiz espanhol Baltazar Garzón actua como

um magistrado com fome de palco. Li algures que disfarça mal tendências megalómanas.

Não me consta que em momento algum tenha manifestado a intenção de meter na prisão para posterior julgamento ex-ministros e generais franquistas, responsáveis por cadeias de crimes e actos violadores dos direitos humanos.

A vaga de euforia que a prisão de Pinochet desencadeou inicialmente pelo mundo fora não oculta uma evidência: os interesses e objectivos que em muitos países levam as forças do *establishment* a apoiar a prisão e a extradição de Pinochet são totalmente alheios à problemática da defesa dos direitos humanos.

O general Augusto Pinochet deixará na história o seu nome ligado a uma ditadura militar que, no desenvolvimento de uma contra-revolução que visava a *perfeição*, cometeu crimes medonhos. Mas não foi um criador, apenas o comandante que zelou pela execução de um plano concebido, no fundamental, em Washington. Cumpriu o papel de instrumento. Querem fazer dele agora, com objectivos inconfessáveis, um bode expiatório.

Entretanto, juiz algum, em Espanha ou no Reino Unido, de Garzón aos lordes-juristas, ousou até hoje levantar o dedo acusador contra os verdadeiros responsáveis pela orgia de violência irracional que se abateu sobre o Chile a partir do 11 de Setembro de 1973. Porquê? Porque entre eles figuram ex-presidentes dos EUA, secretários de Estado, generais e almirantes daquele país.

Nesse silêncio está a chave da dramática farsa jurídico-institucional em curso. Ninguém se atreve, em Espanha e na Inglaterra, a colocar sequer a hipótese da punição (mesmo póstuma) dos grandes responsáveis pelos crimes do Chile.

O efeito Chile

Um aspecto do caso quase esquecido pelos *media* europeus é aquele a que poderíamos chamar o *efeito Chile*. A direita, na pátria de Recabarren e Allende, tirou dividendos da prisão do seu herói. A decisão do secretário do Interior britânico tornou os generais mais arrogantes. Não estão criadas, por ora, condições para um golpe militar. Mas a esmagadora maioria do Corpo de Oficiais, sobretudo no Exército, reagiu com indignação ao gesto de Londres. Sentimentos antiespanhóis e antibritânicos manifestam-se em provocações e arruaças. A campanha sensibiliza sectores da pequena burguesia distanciados da direita. Pinochet começa a surgir como mártir aos olhos de sectores sociais que ultrapassam a clientela habitual da direita. A democracia tutelada do Chile principia a pagar a factura da *Operação Pinochet*.

O destino de Augusto Pinochet é, na peça em exibição, de desfecho desconhecido, secundário. Mas parece útil recordar que segundo a lei espanhola um cidadão com a idade de Pinochet não pode - se a memória não me falha - ser condenado a qualquer pena de prisão.

O juiz Garzón não terá levado em conta esse *pormenor*. Conseguiu o que pretendia. O seu nome anda de boca em boca em todos os continentes. A popularidade conquistada não oculta o óbvio: este juiz comporta-se como o Tartufo de Molière numa moderna farsa em que a Hipocrisia se esconde sob o manto respeitável da Lei.

(!) No Chile, o Partido Comunista, por motivos compreensíveis, apoiou desde o início o pedido de extradição.

Islamitas matam na Argélia

Desde o início do Ramadão mais de setenta civis e militares morreram na Argélia na sequência de ataques de grupos islâmicos. Os últimos assassinatos ocorreram na noite de sábado com a morte de 22 pessoas, todas pertencentes à mesma família, na província de El Bayedh, no sudeste do país. Na semana passada, 15 soldados e cinco polícias morreram em dois atentados, pouco tempo depois de outras 16 pessoas terem sido assassinadas numa aldeia a 120 quilómetros de Argel. Apesar dos ataques, os Ramadões dos anos anteriores foram mais violentos. Em 1998, registaram-se 1200 assassinatos.

FHC inicia novo mandato

O presidente brasileiro Fernando Henrique Cardoso tomou posse para o seu segundo mandato, na sexta-feira passada em Brasília. Um dos principais temas do seu discurso foi o programa fiscal que o presidente se comprometeu a realizar perante o Fundo Monetário Internacional em troca de um empréstimo no valor de 41 500 milhões de dólares. Este programa prevê a implementação de um plano de austeridade com o aumento de impostos e grandes cortes no orçamento federal, medidas duramente criticadas pela oposição de esquerda. FHC pretende ainda concretizar uma reforma política, que, a realizar-se, põe em perigo a sobrevivência dos pequenos partidos.

Al lembra ditadura brasileira

A secção brasileira da Amnistia Internacional defendeu que os líderes da ditadura militar que esteve à frente do Brasil durante 20 anos devem explicações ao país. «A sociedade espera explicações e não justificações», afirma o presidente da secção, Ricardo Balesteri. «Aqueles que tomaram o poder após a ditadura passaram uma borracha no passado, agindo como se não tivéssemos vivido num regime de excepção», acusou a Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos.

Angola

Confrontos alastram ao Norte

A província angolana de Malange é o novo alvo dos ataques da Unita, depois da cidade de Huambo e do Cuíto. A ONU já anunciou a retirada gradual de todo o seu pessoal das zonas de conflito, ao mesmo tempo que apela à cooperação das duas partes para facilitar o acesso às zonas de despenhamento dos aviões.

O número de vítimas dos ataques da Unita não pára de aumentar. A última contagem apontava para 220 mortos e quase 500 feridos só na cidade do Cuíto. A população civil é a principal visada. Mais de 98 mil pessoas abandonaram as suas terras de origem, agravando os problemas de escassez de alimentos e de acesso a água potável.

A artilharia da Unita bombardeia continuamente a cidade do Huambo, capital do planalto central, e a cidade do Cuíto, capital do Bié, evitando confrontos directos com o exército. Quatro localidades da província de Malange foram atacadas no domingo, mas as Forças Armadas, a polícia e a defesa civil conseguiram repelir as tropas de Jonas Savimbi.

Na província do Zaire, no norte de Angola, registaram-se também confrontos. «Temos vindo a assistir a grandes movimentos de forças e meios da Unita não só nesta província, como também nas de Uíge, Malange e Cuanza Norte, visando realizar acções militares que terão como alvo os principais objectivos económicos e estratégicos locais», referiu o comandante da Frente Militar Norte, general Marques Correia.

O presidente angolano comprometeu-se a dar «a devida resposta às agressões e acções de destabilização em curso» da autoria da Unita. «Sem recorrer ao estado de sítio ou de emergência, o governo vai adoptar medidas especiais para a gestão da crise político-militar», declarou José Eduardo dos Santos no discurso de ano novo.

«A incerteza, a desconfiança e a confusão instalaram-se de novo nos espíritos e corações de algumas pessoas por causa dos inimigos da paz»,

dentro de uma vivência pacífica e democrática», concluiu o presidente, citado pela agência Lusa.

ONU pressiona Unita

As Nações Unidas continuam a pressionar a Unita e o Governo no sentido de garantir a segurança dos seus funcionários deslocados para chegar ao local dos destroços dos dois aviões que se despenharam no território angolano. O último, um C-130 fretado pela Missão de Observação em Angola da ONU (MONUA), transportava quatro tripulantes e dez passa-

geiros que se julga ainda estarem vivos.

O governo angolano acusa a Unita de ter abatido os dois aviões, argumentando que os desastres ocorreram em áreas sob o controlo de Savimbi. Entretanto o executivo respondeu favoravelmente ao pedido de ajuda das Nações Unidas, embora a hipótese do cessar-fogo de 48 horas requerido não se deva concretizar.

«Este tipo de trégua costuma servir para a reorganização de forças e o reabastecimento logístico por parte do inimigo. Nós sabemos isso e também a Unita, pelo que será difícil alguma das partes aceitar tal compromisso», afirmou um oficial à agência Lusa.

O Conselho de Segurança da ONU aprovou por unanimidade uma resolução a exigir à Unita que permita o deslocamento da sua equipa de salvamento, dando um prazo até à próxima segunda-feira. A partir dessa data serão tomadas «medidas» não especificadas contra o movimento.

Manifestando a sua «viva preocupação» com o aumento de desaparecimentos de aparelhos «enquanto sobrevoavam território controlado pela Unita», o Conselho de Segurança exige que Jonas Savimbi «responda imediatamente aos apelos das Nações Unidas e garanta todas as condições de segurança e as acções necessárias».



Eduardo dos Santos pretende aumentar os produtos nacionais e criar emprego para melhorar condições de vida das populações

Nova política económica para 1999

No discurso de Ano Novo, o presidente angolano anunciou a implementação de «políticas económicas mais eficazes» no país. Para isso já tiveram início consultas com vários sectores da sociedade.

«Queremos romper decididamente o círculo vicioso que se criou a nível da economia, para que se criem novas e melhores perspectivas para o futuro», declarou José Eduardo dos Santos, afirmando a intenção do seu governo se pôr fim a uma gestão «descoordenada, lenta e perdulária».

«O desempenho da nossa economia nos últimos anos não nos tem permitido resolver satisfatoriamente os problemas das populações», referiu o presidente. «A melhoria das condições de vida das populações não passa apenas pelo combate à inflação, sendo

importante implementar também medidas conducentes ao aumento da oferta de produtos nacionais, uma forma de criar emprego e alargar o mercado interno. Não podemos melhorar a qualidade de vida dos cidadãos enquanto a economia de Angola estiver em recessão, em crise financeira e cambial e com uma produção interna em colapso», defendeu.

Para tal, o presidente prevê a contenção das despesas públicas como forma de evitar o descontrolo da inflação e a descida do já fraco poder de compra dos angolanos.

Para Eduardo dos Santos, a responsabilidade da situação económica do país cabe principalmente aos atrasos na implementação do processo de paz e às ofensivas da Unita.

Mafia

Assassinato colectivo na Sicília

A Sicília voltou a ser palco da violência mafiosa, num assassinato colectivo que chocou a Itália. Cinco homens entre os 20 e os 30 anos foram mortos na tarde de sábado por supostos rivais de um clã mafioso da zona de Ragusa.

Segundo a polícia, trata-se de um ajuste de contas do Carbonaro-Dominante, pertencente à Stidda, um braço da Cosa Nostra que gere a distribuição de droga e a extorção aos camponeses nesta área da Sicília.

O assassinato ocorreu num café de uma estação de serviço e foi rematado com um tiro na nuca de cada vítima, depois de estas já mortas. O único sobrevivente contou que os dois assassinos começaram a disparar sem qualquer aviso e fugiram num automóvel conduzido por um terceiro cúmplice.

Duas das vítimas foram mortas acidentalmente. «Conhecíamos-nos desde sempre. Tinham empregos normais, um trabalhava no mercado de flores e o

outro numa oficina», declarou o filho do gerente do café.

O chefe fiscal da cidade de Catania afirmou que o café deveria ter câmaras e microfones ocultos, visto ser um local habitualmente frequentado por Angelo Mirabella, uma das vítimas que era seguido pela polícia por ser o actual chefe do Dominante-Carbonaro. No entanto, nenhum equipamento tinha sido montado.

«Cada vez que temos de montar um dispositivo de escu-

tas temos muitos problemas, porque faltam meios para levar a cabo a tarefa. Às vezes somos obrigados inclusivamente a alugar o equipamento necessário para efectuar as intercepções», explicou Mario Busacca.

Apenas um mês depois da detenção de 60 membros da Cosa Nostra, a polícia dificilmente conseguirá prender os responsáveis pelo crime. O seu principal inimigo é a «omertà», a lei de silêncio entre os mafiosos.

As autoridades já receberam uma dezena de chamadas anónimas, mas nenhuma com importância para a investigação.

Esta barreira é de tal forma difícil de ultrapassar que um dos párocos da ilha se ofereceu para servir de intermediário das testemunhas ou de pessoas que tenham alguma coisa para contar, comprometendo-se a não revelar nomes e a transmitir integralmente as suas declarações.

Iraque

Regime de Saddam persegue comunistas

O regime iraquiano de Saddam Hussein continua as perseguições aos comunistas. Em Novembro do ano passado, 17 comunistas morreram na prisão de Abu Ghaib devido a doações de sangue exageradas.

O Partido Comunista do Iraque (PCI) refere num comunicado que as vítimas se encontravam entre o grupo de 160 presos que foram obrigados a dar sangue pelas autoridades. Os seus corpos foram enterrados no cemitério daquela localidade sob a supervisão de unidades da Força de Segurança Especial.

Os comunistas iraquianos revelam ainda que o director da prisão transferiu 11 condenados à morte para a ala das execuções. Todos eles foram acusados de participar na revolta popular de 1991 contra a ditadura.

Estas informações são fruto da cooperação de militantes e simpatizantes do PCI. A sua

divulgação pública provocou a criação de um comité de investigação que visitou a prisão de Abu Ghaib em Setembro passado, encarregada de identificar os responsáveis. Um grande número de funcionários administrativos e de guardas prisionais foi interrogado.

Incidentes aéreos

A Liga Árabe qualificou de inaceitável o facto de aviões militares americanos atacarem uma bateria de mísseis anti-aéreos iraquianos no Sul do Iraque no dia 30. «A Liga Árabe recusa o princípio do recurso à força para resolver

conflitos e considera inaceitável a acção norte-americana/britânica.»

Afirmando que «a atitude norte-americana e britânica não se fundamenta sobre qualquer legitimidade internacional», a Liga Árabe defende que os disparos dos aviões aliados «constituem uma represália às declarações do vice-presidente iraquiano Taha Yassine Ramadan, que afirmou que o seu país recusa estas zonas e ameaçou atacar os aviões que as sobrevoassem».

Entretanto, o secretário-geral da ONU, Kofi Annan, apresentou ao Conselho de Segurança uma lista de peças sobressalentes no valor de 300 milhões de dólares que permitam ao Iraque reparar as suas infra-estruturas petrolíferas.

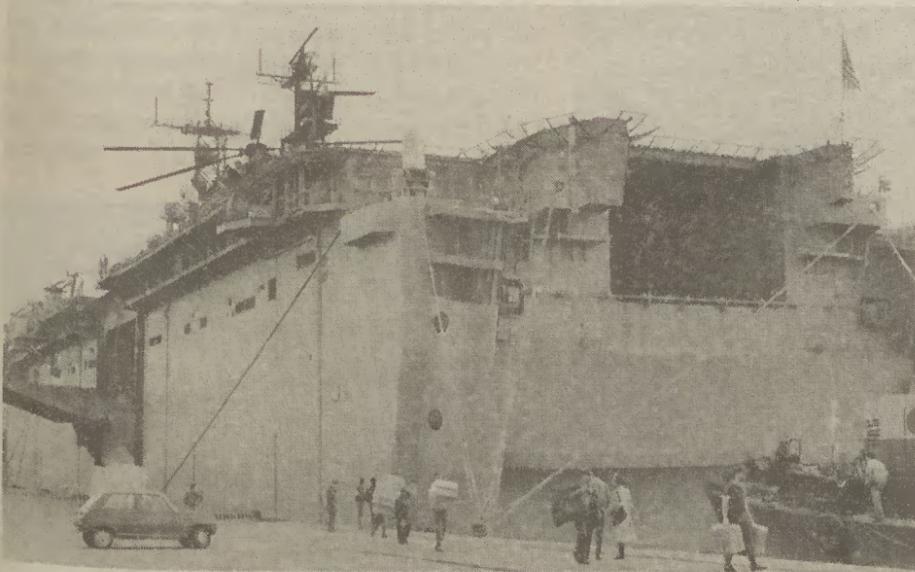
«Se as peças sobressalentes e os equipamentos essenciais não forem fornecidos rapidamente, poderá ser difícil man-

ter o actual nível de produção e exportação de petróleo», lê-se no pedido de Kofi Annan,

baseado num relatório de um grupo de peritos independente.



Onze participantes na revolta popular de 1991 contra Saddam foram transferidos para a ala de execuções



Clinton pede 12 mil milhões de dólares suplementares para a Defesa

EUA

Gastos militares disparam

Bill Clinton anunciou a sua intenção de aumentar o orçamento para a Defesa em 12 mil milhões de dólares adicionais para a modernização e o reforço das Forças Armadas norte-americanas.

Este valor consiste no maior aumento do orçamento desde 1991, ou seja, desde o fim da «guerra-fria» e da Guerra do Golfo. A partir dessa data, o orçamento para a defesa manteve-se sempre ao mesmo nível.

Uma das propostas defendidas por Bill Clinton durante a campanha para as eleições presidenciais de 1992 foi inclusivamente a aposta dos recursos públicos dos EUA nos assuntos internos, em particular na melhoria das condições de vida dos americanos.

Mas, agora, Clinton cede às pressões do Pentágono no sentido de incrementar o valor destinado aos gastos militares, com os argumentos relacionados com o «envelhecimento» dos arsenais, a participação americana

na Bósnia, os ataques ao Iraque e o aumento dos salários dos militares em 4,4 por cento (o maior desde 1982).

No total, Clinton pedirá ao Congresso 100 mil milhões de dólares para um prazo de seis anos. O orçamento, a ser aprovado, entrará em vigor no próximo Outono. Quase 1,5 milhão de soldados estão ao serviço dos Estados Unidos, dos quais 250 mil encontram-se no estrangeiro.

425 contos por hora

Para que um candidato às eleições presidenciais americanas tenha uma hipótese mínima de ganhar precisa de mais de 20 milhões de dólares, ou seja, 3,4 milhões de contos. Este valor é apontado pelo analista George Will, citado pela agência Lusa, que afirma que qualquer pessoa que pretenda ser eleito presidente nas eleições do ano 2000 tem de angariar esse dinheiro até ao fim de 1999 para a sua campanha eleitoral.

Para Stan Hucceby, director de uma empresa de contabilidade ligada a anteriores campanhas do Partido Republicano, são precisos 22 milhões de dólares, o que quer dizer que os candidatos têm de juntar 2500 dólares por hora (425 contos), 24 horas por dia, desde 1 de Janeiro até 31 de Dezembro.

Outro analista, Herbert Alexander, sobe a tabela para os 25 milhões de dólares, acrescentando que «ter esse dinheiro não significa que se vai ganhar. Significa apenas que se tem uma hipótese de ganhar».

«Angariar fundos no ano pré-eleitoral é hoje em dia uma eleição primária invisível», defende John Green, director da Faculdade de Política Aplicada da Universidade de Akron.

Os estudos de Herbert Alexander revelam que, desde 1976, os candidatos que angariaram mais fundos antes das eleições primárias foram eleitos pelos seus partidos para se candidatarem às presidenciais.

Timor

Jovem morto a tiro

Um militar indonésio assassinou com um tiro um jovem timorense na noite da passagem do ano «sem nenhuma razão aparente». A informação foi veiculada pela União Democrata-Cristã de Timor (UDC) num comunicado de imprensa que revela que o incidente teve lugar em Baguia, na região timorense de Matebia, quando Julião Gonzaga comemorava o início de 1999 dançando «teda», uma dança tradicional de Timor-Leste.

O Conselho Nacional da Resistência Timorense tentou enviar um médico a Baguia para a realização de uma autópsia ao jovem assassinado, mas até 1 de Janeiro, data do comunicado, ainda não tinha sido «possível encontrar um médico disponível». Juntamente com o funeral, está prevista a realização de uma manifestação que se estenderá a Dili «para clamar pela justiça e exigir a punição do autor deste assassinio».

Referindo que os responsáveis da Divisão da Região Militar se encontram incomunicáveis, a UDC adianta que Manuel Carrascalão se disponibilizou para outras diligências para o contacto com os representantes do exército.

Entretanto, o Governo indonésio libertou 42 presos políticos, entre os quais 26 timorenses. Comentando a iniciativa, o presidente da Comissão Nacional para os Direitos Humanos da Indonésia, levantou algumas dúvidas sobre as verdadeiras intenções das autoridades. «Resta saber se a libertação tem como base razões administrativas ou se é simplesmente uma manobra política», afirmou Marzuki Darusman.

6 mortos na Indonésia

Seis civis morreram e várias dezenas ficaram feridos na província indonésia de Aceh, no norte da ilha de Sumatra, na sequência de confrontos entre a população e as forças de segurança.

O incidente ocorreu no domingo quando a polícia e o exército abriu fogo sobre um grupo de manifestantes que se preparavam para atear fogo num edifício oficial da cidade de Kandang. A noite foi marcada pelo corte das ruas por parte dos soldados e pelo sobrevoar contínuo de helicópteros sobre a área. A província é agora patrulhada por milhares de militares.

Segundo organizações humanitárias, nos últimos nove anos multiplicaram-se os casos de execuções sumárias, torturas e violações nesta província independentista. Em Agosto, o exército pediu desculpa pelo desrespeito dos direitos humanos e anunciou a retirada das tropas, medida ainda não concretizada.

Na segunda-feira, o presidente Yusuf Habibe apelou ao fim da violência, num discurso em que criticou a «falta de paciência entre certas camadas da sociedade».

A detenção de Augusto Pinochet e o seu pedido de extradição pela justiça espanhola reacendeu a discussão sobre a ditadura militar brasileira. O general João Baptista Figueiredo, presidente de uma das juntas militares que governaram o Brasil, é um dos acusados de cumplicidade pelo juiz espanhol Baltasar Garzon.

Violência em França

Como já vem sendo habitual, a noite da passagem do ano em França foi marcada por violentos actos juvenis, considerados pelos analistas uma expressão da necessidade de se exprimirem. Durante a noite, 38 carros foram incendiados em Estrasburgo, 13 nos subúrbios de Paris, 12 em Nantes, 11 em Maulhouse e seis em Marselha. Cabines telefónicas, hipermercados e caixotes do lixo foram também destruídos. «São jovens que têm algo a dizer e que não podem expressar-se», afirmou um sociólogo ao jornal *El País*. «Constatámos uma correlação de causa-efeito entre a mediatização do fenómeno e o número de veículos queimados», declarou por seu lado o Prefeito da Alsácia.

Menos jornalistas mortos em 1998

No ano passado, 19 jornalistas morreram no cumprimento na sua profissão, menos sete do que em 1997. De acordo com o último relatório da organização «Repórteres Sem Fronteiras», em 1998, 487 jornalistas foram detidos, 697 agredidos ou ameaçados e 501 órgãos de informação sujeitos a censura. A Colômbia é o país onde se registaram mais mortes (quatro) e foi na Turquia que houve mais detenções: 260 jornalistas foram presos, 60 agredidos e 10 torturados. Os «Repórteres Sem Fronteiras» afirmam que a liberdade de imprensa foi «totalmente espezinhada por regimes autoritários de 30 países onde vivem dois mil milhões de pessoas», embora o número de jornalistas mortos tenha vindo a diminuir desde 1994. Este facto é atribuído ao fim de conflitos como os do Ruanda, da ex-Jugoslávia e da Tchetchénia.



40.º aniversário da Revolução Cubana

Fidel fala ao mundo

do mesmo balcão onde há 40 anos proclamou a vitória da Revolução

texto de Miguel Urbano Rodrigues

Desde as grandes jornadas do Abril português que não festejava pela noite adentro a vitória de uma Revolução. Aconteceu agora em Santiago no cenário caribenho capital do Oriente cubano. A escolha nasceu da história real. A primeira República Cubana foi proclamada na Província de Santiago após a libertação dos escravos por Carlos Manuel de Céspedes, o pai da pátria. Foi ali que se travaram as grandes batalhas da guerra dos Dez Anos, iniciada em 1868. Foi no Oriente que Martí, Maceo e Máximo Gomez desembarcaram em 1895 na arrancada da Segunda Guerra de Libertação. É também no Oriente que se localizam o Quartel Moncada e a Sierra Maestra, cenário de uma saga que abriu o caminho à primeira revolução socialista da história das Américas.

Santiago é, por direito histórico, a cidade-herói de Cuba, berço de uma cadeia de revoluções. Ninguém lhe contesta o título.

Cabia-lhe, portanto, ser sede dos festejos comemorativos do 40.º aniversário da vitória da Revolução Cubana.

Da Praça Céspedes se dirigiu Fidel Castro ao mundo e aos cubanos na noite do primeiro dia do último ano do milénio. Falou

do balcão azul onde apareceu há quatro décadas, de verde olivo, em plena juventude, para anunciar o triunfo da Revolução e o fim da ditadura que oprimia o povo.

O cenário não mudou. Mas os belos edifícios históricos foram restaurados e apresentam-se rejuvenescidos. A fachada austera da Casa de Diego Velasquez - o primeiro palácio construído na América pelos espanhóis - contrasta com a brancura faiscante do velho *Ayuntamiento*, e com o amarelo forte da catedral barroca.

Tudo na harmoniosa praça colonial empurra para a meditação sobre séculos de uma história sempre tempestuosa desde o desembarque de Colombo nas praias de Holguín, em 1492. Tudo teve na festa o toque da simplicidade.

Na abertura, um talentoso pianista cubano executou peças clássicas enquanto em dois ecrãs gigantes desfilavam imagens que permitiam reviver fases da epopeia revolucionária. Entre os convidados, vindos dos quatro cantos do mundo, havia gente de trinta países. Revolucionários como o português Vasco Gonçalves, o

salvadorenho Shaffick Handel, da Frente Farabundo Martí, o italiano Fausto Bertinotti, da Refundação Comunista Italiana. Entre grandes escritores que trouxeram a sua solidariedade à Revolução Cubana, dois Prémio Nobel: José Saramago e Gabriel Garcia Marquez. Presentes também pintores de prestígio mundial como o equatoriano Guayasamin.

Muitos, talvez a maioria dos convidados, estrangeiros e cubanos, eram homens e mulheres que mantêm uma relação directa ou indirecta com a história. A meu lado, à direita, sentava-se Ramón Pez Ferro, participante do assalto a Moncada, hoje deputado à Assembleia Nacional do Poder Popular e presidente da Organização de Solidariedade dos Povos da África, Ásia e América Latina (OSPAAAL). À minha esquerda tinha uma jovem boliviana de beleza deslumbrante. Era a sobrinha de José Arana Campero, o Chapaco da guerrilha do Che, cujas ossadas haviam sido colocadas dias antes, em cerimónia nacional, no Mausoléu de Santa Clara. Outros familiares de peruanos e bolivianos da guerrilha de Nancahuazu estavam igualmente na Praça, convidados pelo governo cubano. A Revolução cultiva a memória dos seus mortos e daqueles que, como internacionalistas, assumiram os ideais do povo de Martí.

Fidel Castro apareceu sozinho, como em Janeiro de 1959, no balcão do centro, que domina a praça. Nas duas sacadas laterais,

também de pé, membros da Comissão Política do CC do Partido Comunista de Cuba.

Fidel pronunciou um discurso austero, simples pela linguagem, denso pelo conteúdo. Falou durante hora e meia.

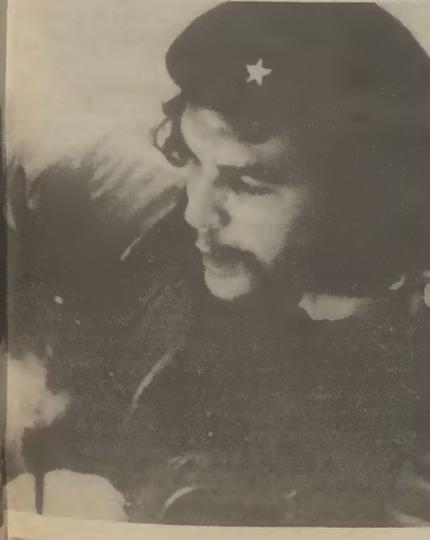
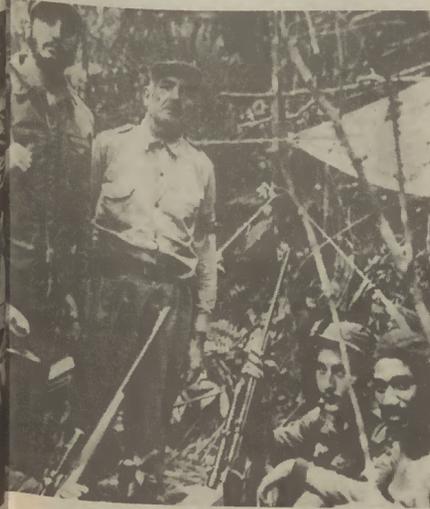
A noite da vitória

Numa atmosfera de silêncio absoluto, Fidel principiou por recordar a noite em que há exactamente quarenta anos, daquele mesmo balcão, anunciou a vitória sobre a tirania de Batista e o início de uma revolução que se prefigurava profunda, radical.

Parecia então impossível aquilo que estava a acontecer. Fidel evocou os trágicos episódios que assinalaram o começo do choque militar com a ditadura. Após o desastre de Alegria del Pio, as duas dezenas de expedicionários do «Granma» que, dispersos, escaparam ao massacre, dispunham apenas de 7 fuzis. E, contudo, o impossível fez-se realidade com o tempo. Esse punhado de sobreviventes foi o núcleo do chamado Exército Rebelde que em menos de 24 meses derrotou as Forças Armadas de Batista, financiadas e armadas pelo imperialismo norte-americano.



Na Cuba de 1959, 30% da população era analfabeta; na Cuba do final do milénio o analfabetismo foi erradicado. O ensino, antes privilégio de uma minoria, é hoje obrigatório até ao nono ano, e totalmente gratuito, bem como os cuidados de saúde. Os cubanos têm motivos de sobra para estar orgulhosos da sua Revolução. O exemplo de Cuba é um guia na luta humanista contra a globalização capitalista neoliberal que dia a dia arrasta a humanidade para a beira do abismo



Como tão pouca gente conseguiu ganhar a guerra contra um inimigo poderoso?

As armas escassearam sempre. Mais de 90% foram tomadas ao inimigo. Do estrangeiro, contrariamente ao que a propaganda contra-revolucionária afirmava, chegaram pouquíssimas. A única excepção foi uma remessa de fuzis oferecidos pelo almirante Larrazabal, após o derrubamento da ditadura na Venezuela.

E, contudo, era tal a determinação de lutar e tamanha a certeza da vitória que imediatamente depois de derrotada a ofensiva de Verão do exército de Batista, o Che saiu rumo a Escambray no comando de uma coluna de 140 homens, e Camilo Cienfuegos à frente de outra com uma centena. O fecho dessa campanha foi a tomada de Santa Clara na sequência de uma caminhada de 400 quilómetros realizada em condições inimagináveis através de territórios controlados pelas tropas do governo de Batista.

Dos actuais 11 milhões de habitantes da Ilha, mais de 7 milhões não haviam nascido. Fidel sabe que fala para gerações que não viveram aqueles acontecimentos. Os jovens de hoje não existiam quando - após 761 dias de guerra - a ditadura se desmoronou sob os golpes do Exército Rebelde.

Um mundo diferente

Fidel fez questão de dar ênfase às diferenças. Produziram-se no mundo transformações prodigiosas, umas boas, outras muitas inquietantes. A URSS desmoronou-se. A revolução tecnológica e científica abre ao homem possibilidades quase infinitas de melhorar a vida das grandes maiorias. Mas isso não está a ser feito.

Fidel tinha 32 anos quando entrou vitorioso em Santiago; hoje tem 72. Adquiriu uma sabedoria que surpreende até os seus inimigos. Ele próprio lembrou que não é o mesmo homem que há quatro décadas se dirigira ao povo daquele balcão. Estava vestido da mesma maneira e as suas convicções são as mesmas. Mas hoje o seu discurso e a sua mundividência reflectem as mudanças ocorridas em Cuba e na Terra.

Na Cuba de 1959, 30% da população era analfabeta; na Cuba do final do milénio o analfabetismo foi erradicado. Citou números, contrapondo o panorama de miséria, podridão, ignorância e desigualdade social que Cuba então exibia ao oferecido hoje por uma sociedade socialista onde mais de 600 000 cidadãos têm diplomas universitários e o total de médicos ultrapassa os 64 000, a mais elevada percentagem do mundo. O ensino, antes privilégio de uma minoria, é hoje obrigatório até ao nono ano, e totalmente gratuito, bem como os cuidados de saúde.

Nesta jornada comemorativa da vitória de 59, o Presidente de Cuba não dedicou atenção prioritária às dificuldades do Período Especial. Mas recordou que uma «extraordinária página de glória e de firmeza patriótica e revolucionária foi escrita nestes anos», exigindo do povo sofrimentos e sacrifícios duríssimos. As dificuldades do presente foram no discurso ponte para a análise dos problemas angustiantes que a humanidade enfrenta na viragem do milénio. Preocupa-o muito o rumo que a humanidade está a ser forçada a seguir num contexto de unipolaridade. Enquanto fazem a apologia do capitalismo globalizado neoliberal e tratam de o levar às últimas consequências, os EUA sonham já com colónias futuras na Lua e em Marte. Na Terra, contudo, promovem uma política que empurra a humanidade para uma catástrofe. Assistem inclusive a uma perigosa agressão ao planeta, que é a pátria comum do homem.

O sistema do capitalismo neoliberal aparece-lhe como insustentável. As leis do mercado impostas são cegas e os seus efeitos, ruinosos; destroem a sociedade e a própria Natureza. Presenciamos, impotentes, o desenvolvimento sistemático de uma estratégia alucinatória, tão perigosa que os defensores do sistema começam a ter dúvidas sobre o resultado final, a sentir medo das consequências dos seus actos e da sua incapacidade para controlar as crises que desencadeiam.

Os teólogos da globalização neoliberal insistem em ligar a liberdade do homem a uma liberdade irrestrita do mercado, considerando ambas como indissociáveis. Trata-se de uma aberração que faz do homem uma simples mercadoria. Ora, na realidade, «sem igualdade e fraternidade, que foram lemas sacros-



EM FOCO

40.º aniversário da Revolução Cubana

santos da própria revolução burguesa, não pode nunca haver liberdade; a liberdade e a igualdade são absolutamente incompatíveis com as leis do mercado». Este é cada vez mais marcado pela irracionalidade.

A antecâmara da tragédia

Na opinião de Fidel a humanidade está a ser empurrada para a antecâmara do que pode ser uma tragédia. Recorrendo a factos e números esboçou o quadro em que se desenvolve e funciona o mercado, feroz como uma besta, irracional. Os teólogos do neo-

ses que rapidamente podem assumir uma dimensão planetária, colocando em perigo a própria continuidade da humanidade civilizada?

Motivo de orgulho

Do diagnóstico e da crítica, Fidel passou para a exortação. O discurso voltou a tomar a juventude como interlocutora principal.

A humanidade não pode esperar, passivamente, que o mundo venha a explodir, vítima do irracionalismo neoliberal.



O povo cubano tomou nas suas mãos a condução do seu próprio destino, escrevendo desde há 40 anos uma extraordinária história de glória e de firmeza patriótica e revolucionária

liberalismo actuam - afirmou - como fundamentalistas de um novo tipo cujo projecto de sociedade é devastador e inviável. No aprofundamento da análise citou, como exemplo esclarecedor, a instrumentalização dos fundos de pensão multimilionários que arrecadam nos EUA uma massa gigantesca de capitais que é utilizada no jogo especulativo das bolsas. A crise iniciada na Ásia Oriental está agora mais próxima; os seus tentáculos ameaçam a América Latina, sobretudo o Brasil. O que se passou na Tailândia e na Coreia do Sul não serviu de emenda. O louco jogo do dinheiro prossegue. Os senhores do mercado exigem mais privatizações, mais desregulamentação. Continuam a investir contra o Estado do Bem-Estar Social, tentando minar-lhe os alicerces. Pretendem que o Estado se demita da sua histórica função social e reduza ainda mais a sua intervenção na área da economia.

Fidel, para tornar mais transparente a problemática abordada, citou o caso das condições brutais impostas pelo FMI ao Brasil em troca de ajuda financeira exigida por uma crise resultante em grande parte das próprias políticas que lhe haviam sido dadas por Washington. Recordou também episódios pouco conhecidos como aquele que envolveu um gigantesco Fundo de Cobertura norte-americano dirigido por dois Prémio Nobel de Economia. Ao entrar em crise na sequência dos seus negócios aventureiros (em que estavam envolvidos 75 bancos também comprometidos em operações especulativas no valor de 120 mil milhões de dólares) foi salvo *in extremis* com a ajuda do Reserve Board dos EUA. A estória foi divulgada por Allan Greenspan, director desse poderoso banco central. Se o Fundo em questão fosse à falência, uma crise incontrolável explodiria, na opinião de Greenspan, nos EUA, logo adquirindo dimensão mundial.

Que confiança - pergunta Fidel - pode merecer um sistema cuja actual dependência das simples vicissitudes de um Fundo de Cobertura e de especulações bolsistas é reconhecida pelo próprio Banco Central dos EUA? Como reagir ante a ameaça de cri-

Os cubanos têm motivos de sobra para estar orgulhosos da trajectória da sua revolução. Fidel acredita que seria hoje muito difícil, num contexto de unipolaridade, a vitória de qualquer revolução similar à cubana. «Povo algum - disse -, por maior e mais rico que seja, pode resolver os seus problemas isoladamente, menos ainda um país pequeno ou médio. Mas o exemplo de Cuba é um guia na luta humanista contra a globalização capitalista neoliberal, que dia a dia arrasta a humanidade para a beira do abismo.»

Na Ilha bloqueada houve felizmente tempo suficiente para o enraizamento das conquistas realizadas e para organizar a resistência contra todo o tipo de ameaças externas. Cuba cumpre hoje um papel importantíssimo na batalha das ideias, numa frente que urge alargar, mobilizando energias e esforços a nível mundial.

Tem sido elevado em sofrimento e sacrifícios o custo da defesa da Revolução Cubana. Mas valeu a pena o esforço despendido. Para a compreensão da história recente tem por isso grande valor o exemplo das gerações que mudaram a vida em Cuba.

O futuro próximo aparece a Fidel carregado de ameaças e perigos. Mas não lhe afectam o ânimo e a esperança. Os desafios que ele coloca à juventude - herdeira dos combatentes de Moncada, da Sierra e de Girón - são fascinantes. Nenhuma causa para os revolucionários cubanos é hoje mais importante do que a causa da própria humanidade. A «distribuição justa das riquezas que os seres humanos sejam capazes de criar» aparece-lhe como a única alternativa viável ao neoliberalismo. «Que cesse a tirania - são palavras suas - de uma ordem que impõe princípios cegos, anárquicos e caóticos, que conduz a espécie humana ao abismo. Que sejam preservadas as identidades nacionais. Que em cada país sejam protegidas as culturas. Que prevaleçam a igualdade e a fraternidade e com elas a verdadei-



ra liberdade. Não podem continuar a crescer as insónáveis diferenças entre ricos e pobres dentro de cada país e entre países. Devem, pelo contrário, atenuar-se progressivamente até cessarem um dia. Que seja o mérito, a capacidade, o espírito criador e a contribuição do homem para o bem-estar da humanidade e não o roubo, a especulação ou a exploração dos mais fracos aquilo que determina o limite das diferenças. Que o humanismo passe a ser praticado com actos e não com *slogans* hipócritas.»

Fidel está convicto de que os próximos 40 anos serão decisivos para o mundo. Exorta por isso a juventude cubana a lutar pelo seu país e pela humanidade, na certeza de que as tarefas serão agora muito mais complexas e difíceis do que as do passado.

Foi com palavras de confiança no homem que fechou o seu discurso, pronunciado numa atmosfera mágica, no mesmo lugar em que, com a alegria da vitória no rosto, falara há 40 anos exortando o seu povo a partir à conquista do céu na terra.

O mundo acompanhava então a alvorada de uma revolução que pretendia ser diferente de todas as anteriormente irrompidas na América. Mas ninguém, nem os mais optimistas, podia naqueles dias de 1959 prever que o povo de Cuba iria ser sujeito de uma das grandes revoluções que marcaram a história da humanidade. Ninguém imaginava também que o jovem comandante guerrilheiro que esmagara a tirania de Batista com os seus companheiros do MR-26 assumiria com os anos o perfil de um grande estadista, porta-voz de um novo humanismo num século que finda num clima de medo e irracionalidade. E isso aconteceu.

Os estrangeiros amigos de Cuba que estiveram em Santiago naquela noite tiveram a oportunidade de confirmar a dimensão e a complexidade do afecto que liga o povo de Martí a Fidel, seu continuador. Findo o acontecimento, a atmosfera de magia não se dissipou logo. A festa prosseguiu pela noite adentro.

EM FOCO

Para onde caminha a Revolução Cubana?

Transcorridos 40 anos de existência muita gente pergunta: o que é e para onde caminha a Revolução Cubana? As respostas não dependem somente da opção ideológica e da postura ética. Poucas revoluções têm neste século suscitado debates tão apaixonados e conclusões tão dissemelhantes e, com frequência, antagónicas. Cuba é um tema perante o qual raríssimas pessoas não tomam posição. Os juízos maximalistas são muito comuns. A Revolução é amada, glorificada, também negada, odiada, satanizada.

A maioria dos visitantes da Ilha tem dificuldade em entender o espectáculo da vida e o movimento de uma revolução que não se esconde, mas também não se revela.

Contrariamente a uma opinião muito generalizada, Cuba é um país muito difícil de compreender. O carácter extrovertido do seu povo engana os observadores - já não falo dos turistas - que lhe desconhecem a história. E sem o conhecimento profundo desta não é possível assimilar as contradições do presente, separando o que na Revolução é fundamental do acessório.

Conheci turistas que sorriam ao saber que Fidel gosta de repetir que Martí foi «o autor intelectual de Moncada». Não é fácil convencê-los de que Fidel tem razão no que diz. O eticismo cubano, a fidelidade a uma concepção moral da história e do acto revolucionário é uma componente básica do heroísmo deste povo. Pode parecer quixotesco, mas sem esse eticismo, os derrotados de Moncada não teriam embarcado no Granma, não haveriam destruído o exército de Batista. Sem ele o desfecho de Girón teria sido outro e milhares de cubanos não teriam atravessa-

do o Atlântico para lutarem em Angola pela libertação de um povo africano. Sem ele a resistência à agressão imperial norte-americana teria sido uma impossibilidade. Sem ele o povo não teria respondido maciçamente ao apelo de Fidel quando, em 1989, prevendo antecipadamente o colapso do socialismo na Europa, proclamou que Cuba resistiria e continuaria a ser uma sociedade socialista mesmo que a União Soviética se desagregasse um dia.

Um dos factores que dificultam a compreensão da Revolução Cubana é precisamente a naturalidade com que os seus dirigentes assumem desafios que na aparência estariam acima das forças humanas. E, contudo, eles repetem, afinal, o grito de Demajagua, o protesto de Maceo em 1878, repetem Martí, a saga da Sierra Maestra. Não aceitam a lógica perversa da *realpolitik*. Perseguem a utopia com a tenacidade de personagens mitológicas. E tão familiarizados estão com esses desafios que se propõem, ano após ano, metas consideradas inatingíveis por outros dirigentes e povos. Não são cavaleiros da utopia (embora a nomearem) e não agem por ambição

nem por vaidade. Pelo contrário. Tal atitude tem na raiz uma modéstia incomum. Acostumaram-se tanto ao longo dos anos a transformar o impossível em possível que actuam com humildade por lhes parecer muito natural o que a outros assustaria. Com a peculiaridade de que o sonho e o eticismo se têm transmitido de geração para geração, ao contrário do que ocorreu na URSS.

Seria, entretanto, um erro concluir apressadamente que a Revolução Cubana colimou todos os seus grandes objectivos. A Revolução é imperfeitíssima. A geração da Sierra e de Girón, tal como aquela que desponta, tem consciência disso.

Ética e humanismo

Não cabe aqui analisar os factores que contribuíram para reduzir a uma dimensão terrena o sonho. Em primeiro lugar, não existe revolução perfeita. A Cubana não podia ser a excepção. Creio, entretanto, que ela foi mais longe e se defendeu melhor do que seria previsível no contexto histórico em que irrompeu e evoluiu. Frente à agressão e ao cerco imperial, conseguiu também contrariar a lógica aparente da história. Mas obviamente ela não podia arrombar as portas do paraíso, como acreditavam, no início dos anos 60, milhões de jovens em dezenas de países.

A chamada fase de transição tornou logo transparente que a fraternidade artificial das primeiras semanas iria ceder o lugar a uma intensa luta de classes. Não foi por acaso que o Presidente e muitos ministros do primeiro governo mudaram de campo. Urrutia, por exemplo, não era um mau homem; mas não estava pre-

parado para suportar a ideia de que a legalidade nascida do compromisso revolucionário teria obviamente, na dialéctica da luta, de se sobrepor à legalidade farsaica dos códigos redigidos por uma burguesia cujos interesses eram incompatíveis com o ideário humanista de Fidel e dos companheiros. A geração que fez a guerra quando tomou o Poder

vlev (seu mestre na perfídia) e as forças que, invocando ainda o nome de Lenin e a necessidade de um regresso aos princípios e à prática da democracia socialista começavam a destruir o Partido e o Estado Soviético - nessa época que hoje parece neoventa -, em Cuba vivia-se uma fase de debate ideológico criador que visava à correcção de erros cometidos



Das actuais 11 milhões de habitantes de Cuba, mais de 7 milhões não haviam nascido na altura da Revolução. Os jovens de hoje não existiam quando - após 761 dias de guerra - a ditadura se desmoronou sob os golpes do Exército Rebelde, mas é a eles que cabe continuar a luta pelo seu país e pela humanidade

aprendeu muito em pouco tempo. Por vezes caminhando através de um mar de erros. Um dos seus grandes méritos foi a capacidade revelada na assunção de uma postura de realismo revolucionário sem renunciar ao seu eticismo, sem perder um ápice do seu humanismo.

Não foi nada fácil construir um Estado de novo tipo e um Partido Comunista diferente dos que existiam no Continente, tal como não foi fácil a iniciação na arte do relacionamento com outros povos e governos, sem concessões. Com frequência a relação com os amigos exigiu mais tacto do que o diálogo com os adversários.

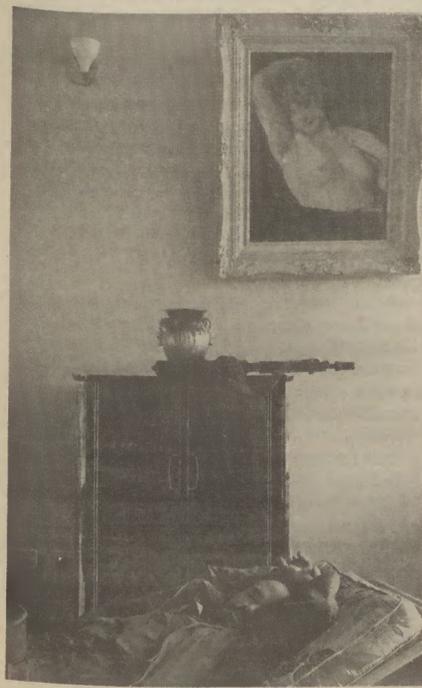
Para mal de Cuba, o afundamento do socialismo na Europa, sobretudo o terramoto que destruiu a URSS, produziu-se no preciso momento em que a Ilha, atravessados anos muito difíceis, e reflectindo sobre erros cometidos, se preparava para um novo e apaixonante desafio: a construção de um socialismo de cores autenticamente cubanas, distanciando de modelos estrangeiros.

Uma tarefa ciclópica

Significativamente, quando no início da derrapagem da *perestroika*, Gorbachev, Iako-

no chamado período cinzento quando a Ilha pagou um alto preço pela aplicação de fórmulas e soluções importadas que reforçavam a tendência para a burocratização, afectando a imaginação e o espírito revolucionário daquilo a que hoje se chama o marxismo marioano. A história demonstrou que os dois projectos apontavam para fins antagónicos.

Com o desastre soviético, a sobrevivência passou a ser a primeira prioridade. Preservar o socialismo e as suas conquistas foi tarefa ciclópica numa época em que a Casa Branca e o Congresso norte-americano, convictos de que Cuba capitularia, intensificaram o bloqueio com as leis Torricelli e Helms-Burton, desrespeitando a Carta da ONU e tripudiando sobre princípios do Direito Internacional constantes de tratados subscritos pelo próprio governo de Washington. O povo cubano, porém, agigantou-se na resposta a essa ofensiva demolidora, que teve continuidade na chamada «crise dos balseros». O Período Especial enquadrou uma luta quase ignorada nos países ricos do Ocidente, luta na qual a participação do povo foi decisiva. Admito que nenhum outro, neste momento da história teria suportado, sem perder a



Os cubanos pagaram, e continuam a pagar, um preço elevado pela sobrevivência da Revolução, mas entre o sonho e o pesadelo a utopia continua a ser possível



40.º aniversário da Revolução Cubana



Opção socialista

A intervenção de Fidel Castro nas tarefas do Conselho de Ministros, ao qual preside, foi progressivamente diminuindo por sua própria iniciativa. Em Cuba não é segredo para ninguém que a estratégia da recuperação económica da Ilha foi concebida sobretudo por Carlos Laje e aplicada sob a sua direcção. Fidel não é um émulo de Frederico II, mas um cardeal laico da Revolução, admirado e respeitado pelo seu povo, que nele identifica a antítese de um despota. Acaba de o confirmar em Santiago com um dos seus discursos criadores, repassado de humanismo, uma peça oratória sobre a crise global da civilização que é simultaneamente um guia para a acção.

A própria riqueza, pouco conhecida na Europa, do debate de ideias constitui um desmentido aos que ali embarcam na eterna campanha em torno dos direitos humanos. É um debate tão intenso, diversificado e ambicioso que nele se integra a reflexão sobre o próprio conteúdo da ideologia cubana. Existe consenso no tocante a uma premissa quanto se debate o futuro: a fidelidade à opção

socialista. Em Cuba não haverá contra-revolução. Mas não é possível por ora esboçar com um mínimo de rigor o perfil que o socialismo assumirá em Cuba quando o cerco imperial findar. As vicissitudes da história impediram até hoje o povo de lhe traçar os contornos, metendo ombros a essa obra de arte humanista. Para conviver num mercado globalizado cujas regras de funcionamento são impostas por transnacionais que erigiram o neoliberalismo em religião, Cuba terá ainda de idear algo que seja o prólogo do seu futuro modelo de socialismo. Não seria possível construir um socialismo avançado num país bloqueado, submetido a uma agressão permanente pelo império mais poderoso do nosso tempo. Os que isso exigem do povo cubano, criticando as imperfeições e contradições do seu socialismo, partem de uma concepção idealista da história, incompatível com o marxismo.

Pessoalmente, creio, repito, que Cuba nestes 40 anos dramáticos foi muito mais longe do que se poderia esperar. Pelo heroísmo do seu povo, pelo que este já fez, tornou-se merecedora da gratidão da humanidade.



A resistência é o único caminho da vitória

alegria e a combatividade, privações comparáveis. Aguentou, comendo oitenta gramas de pão por dia, sem ver carne no prato durante semanas, quase sem gorduras animais ou vegetais, com a electricidade racionada, caminhando a pé ou de bicicleta.

Após uma queda brutal do PIB, a economia cubana, antes totalmente vinculada à dos países socialistas da Europa, começou a recuperar a partir de 1995, desmentindo todas as previsões. Hoje já não se pergunta se Cuba resistirá, mas sim qual a taxa de crescimento da sua economia. Pergunta-se quando surgirá o peso convertível, que novas vitórias se perfilam no horizonte, no quadro do processo de recuperação da sua economia.

Claro que o povo cubano pagou, e continua a pagar, um preço elevado pela adopção de medidas exigidas pela necessidade da sobrevivência da Revolução. O crescimento galopante do turismo - hoje primeira fonte de divisas -, o bimonetarismo e, de modo geral, os efeitos perniciosos da existência de «bolsões capitalistas» no organismo económico fizeram inevitáveis estragos no tecido social.

Todos esses males e outros similares abriram feridas cuja cicatrização não será nem rápida nem fácil.

Perigos

A vida quotidiana tornou-se muito mais complexa. Nas famílias, os problemas do abastecimento e dos transportes forçam a hábitos e austeridade e a sacrifícios que na sequência dos meses e dos anos são particularmente duros de suportar. A prostituição cresceu muito com o auge do turismo, a droga introduzida pelos visitantes começa a aparecer, a fuga aos impostos e a existência de alugueiros de casas ilícitos constituem preocupações do governo, a marginalidade e a delinquência aumentam, a corrupção é uma realidade que afecta inclusive escalões inferiores da Administração.

Esses males eram inevitáveis. O que me surpreende, entretanto, é a capacidade que a sociedade cubana, como totalidade, tem demonstrado para deles se defender, criando os anticorpos adequados. Subestimar os perigos e ameaças inerentes ao hibridismo que hoje caracteriza certos aspectos da vida cubana não seria uma atitude responsável. Mas o que me parece estranho não é tanto a gravidade e a complexidade das formas de comportamento de pessoas e grupos que acusam a contaminação dos vírus capitalistas, mas as reduzidas proporções do fenómeno.

Em Cuba é intenso o debate travado sobre os perigos e sequelas do trabalho em «bolsões capitalistas» no período especial. Alguns dos melhores discursos pronunciados no Congresso da União dos Escritores e Artistas (v. «Avante!» de 17.12.98) evidenciaram

uma consciência muito viva da complexidade do problema. A agravar tantos factores negativos, a agricultura acusa as consequências de dois anos de dura seca e das devastações provocadas por dois furacões, o Lilly e o George.

Mentira e manipulação

Não causa espanto que os inimigos da Revolução recorram à mentira e manipulação citando aspectos negativos da realidade cubana para extrair conclusões falsas. O povo cubano - hoje o mais instruído e culto do Continente - está acostumado a esses processos e conhece de cor a lengalenga. Mas há calúnias que doem. Sobre tudo as que pretendem apresentar o regime cubano como uma ditadura.

No momento em que um Relatório da Amnistia Internacional acaba de revelar que nos EUA os direitos humanos são desprezados ostensivamente, por vezes com requintes de barbárie que trazem à memória práticas do III Reich, é um acto de hipocrisia insistir em campanhas que esboçam de Cuba o retrato de um país sem liberdades, com as cadeias atulhadas de presos políticos e a repressão uma rotina. Isso dói aos cubanos que se orgulham precisamente da estreita relação que na Ilha existe entre o humanismo revolucionário socialista e o respeito pelos direitos do cidadão, do indivíduo. Como poderia uma sociedade que fez da Educação e da Saúde bandeiras da sua ideologia aceitar a ideia da tortura, admitir os métodos que os esbirros de Batista aplicaram em heróis do 26 de Julho como Abel Santamaría e tantos outros? Por si só o reduzido número de polícias nas ruas e a fuga aos impostos e a existência de alugueiros de casas ilícitos constituem preocupações do governo, a marginalidade e a delinquência aumentam, a corrupção é uma realidade que afecta inclusive escalões inferiores da Administração.

Permitam-me umas reflexões para concluir este período de sessões. Com a jornada de hoje culminamos quatro dias de intenso e frutífero trabalho. As comissões permanentes discutiram e aprovaram os seus planos para o próximo ano, receberam vários ministros e dirigentes administrativos com quem examinaram importantes temas e analisaram as propostas orçamentadas nas áreas respectivas. Além disso, nesta mesma sala compareceram quatro ministros com quem mantivemos prolongados debates. No conjunto foram dezenas de horas de trabalho e centenas de intervenções. Sem contar com as reuniões prévias realizadas em todos os territórios.

Nesta base aprovámos as Linhas Económicas e Sociais e o Orçamento para 1999. Fizemo-lo com seriedade, rigor e amplitude, como corresponde a uma verdadeira democracia, apesar de nos encontrarmos no meio de uma guerra. É evidente o contraste com o modo como os Estados Unidos adoptaram o seu último orçamento sem discutir-lo, sem que os seus próprios congressistas o tivessem sequer lido.

Em breve chegará a noite que, para boa parte da humanidade, marca o início de um novo ano, associado geralmente a sentimentos de alegria e optimismo.

Para muitíssimos cubanos, durante muito tempo, não foi assim. Celebravam a data, nas suas luxuosas mansões e clubes exclusivos, os poucos que tinham algo a celebrar. O povo humilde e trabalhador, a imensa maioria, via-a com um misto de nostalgia e amargura.

Dentro de dez dias cumprir-se-á exactamente um século sobre aquele Primeiro de Janeiro em que se içou em El Morro a bandeira do império e passámos a converter-nos oficialmente em protectorado ianque. Concretizava-se assim o pérfido plano de apoderar-se de Cuba concebido nos tempos de Jefferson, desmascarado oportunamente por Céspedes e levado a cabo, como temia Martí, do modo mais covarde e com a «maldade mais fria».

Com inesquecível afronta parecia terminar a luta mais heróica e abnegada, a mais sangrenta, prolongada e solitária, a Revolução mais profunda e justiceira pela qual haviam dado a vida, durante trinta anos, centenas de milhares de cubanos.

Dissolvidos o Partido Revolucionário, o Exército Libertador e a Assembleia de Representantes, os invasores apoderaram-se do país e dos seus recursos. Eles seriam, durante seis largas décadas, os verdadeiros amos, directamente ou por meio de testas-de-ferro corruptos e verdugos amestrados em inglês. Sessenta anos vergonhosos em que o povo não deixou de padecer e combater até chegar, de verdade e para sempre, o Janeiro que procurava afanosamente desde La Demajagua.

Jamais houve um ano mais novo do que o iniciado no primeiro dia de 1959. Começava uma nova era, culminava um século de façanhas e sacrifícios que são a substância da nossa identi-

dade como povo e o eixo da sua marcha desde o surgimento da nação.

Longo foi o caminho também desde esse amanhecer inolvidável. Muito houve que lutar nestes quarenta anos para defender a liberdade e realizar a justiça na nossa terra. Bela, límpida e nobre é a obra que entre todos temos sido capazes de edificar. Tornámos realidade os sonhos que animaram o combate de sucessivas gerações de cubanos, os que continuam sonhando milhares de milhões de pessoas em todo o mundo. Temos sabido perseverar na rota iniciada pelos forjadores da nação e como eles temos tido que fazê-lo arrostando os maiores obstáculos, no meio da hostilidade mais feroz e sistemática do perene inimigo da Pátria.

Porque o ano que se aproxima marcará também o número quarenta da guerra económica, política e ideológica que nos foi imposta pelo imperialismo ianque e que começou também em Janeiro de 59. Desde então acolheram no seu território e deram protecção aos assassinos e ladrões que instalaram em Miami e converteram no núcleo central de uma contra-revolução que não cessaram um só dia de dirigir e financiar. Desde então começaram uma campanha de calúnias e mentiras que não conheceu descanso em quarenta anos. Desde então tentaram subornar e matar; organizaram invasões mercenárias e incontáveis sabotagens e actos terroristas; ameaçaram com o ataque nuclear; promoveram assassinatos e planejaram provocações; associaram-se com a mafia e empregaram assassinos a soldo.

Desde então tentaram isolar Cuba e aplicaram contra ela uma guerra económica, comercial e financeira cada vez mais intensa.

No seu empenho contra Cuba, o imperialismo gastou milhares de milhões de dólares. Destinou-lhe cifras comparáveis às que dedicou à sua suposta «ajuda» ao desenvolvimento da América Latina durante o mesmo período. Para tratar de destruir a Revolução cubana gastou mais recursos do que os que poderiam ter aliviado da miséria e do desamparo dezenas de milhões de norte-americanos.

Nunca contra povo algum, durante tanto tempo, foram utilizados tantos recursos como os que o imperialismo usou no seu vão esforço para destruir-nos.

Mas aqui estamos e aqui permaneceremos. Quando se cumpre uma década sobre o início do derrubamento do campo socialista. Apesar de, no mesmo período, se haver incrementado o bloqueio, a propaganda inimiga e a subversão interna. Embora sendo muitas as carências e as dificuldades que nos cria um inimigo cruel e carente de moral.

Aqui estamos, de pé e firmes, salvando a nossa dignidade e a nossa obra. Lutando para torná-la melhor e mais bela, mesmo nesta hora mais difícil da Pátria. Os nossos médicos na América

Nenhuma causa para os revolucionários cubanos é hoje mais importante do que a causa da própria humanidade. Como disse Fidel Castro ao intervir nas comemorações do 40º aniversário da Revolução, é necessário continuar a lutar para que «prevaleçam a igualdade e a fraternidade e com elas a verdadeira liberdade»



Ricardo Alarcón Quesada, presidente da Assembleia Nacional do Poder Popular, no encerramento da V Legislatura, celebrado em 21 de Dezembro de 1998

Central, no Haiti e na África Austral e a sua disposição em ir a qualquer parte, ilustram a atitude do nosso povo. A sua importância foi salientada no debate realizado há momentos nesta própria sessão.

As Linhas Económicas e Sociais e o Orçamento para 1999 que aprovámos nesta sessão indicam quanto há que continuar lutando, apelam ao multiplicar do esforço, ao redobrar do empenho pela eficiência, pela poupança, pelo uso racional dos recursos. A sua análise, realizada nas comissões e neste plenário e baseada em numerosas discussões em todos os territórios e nos diversos sectores, mostra, com dados muito precisos, que a resistência é o único caminho da vitória.

Há escolhos e problemas que nos atingem e que temos de enfrentar e resolver com energia e determinação.

Existem obstáculos criados pelo inimigo e que trazem dificuldades enormes a cada esforço nosso. Temos de defrontá-los, como até agora temos feito, com firmeza e sabedoria, com mais trabalho, com maior rigor e controlo em todas as actividades. Continuaremos a fazê-lo sob a direcção exemplar, sábia e consequente de Fidel.

Já demonstrámos que a resistência conduz, inevitavelmente, à vitória. A nossa economia recupera e continuará a fazê-lo. É esse o sentido principal do Plano e do Orçamento aprovados.

A sua realização prática está essencialmente nas nossas mãos. Vencer, nas difíceis condições que nos impõe o inimigo, é possível, está sendo possível, com a participação de todos.

A façanha colectiva, o heroísmo partilhado, a união indissolúvel de todos foi ontem e será sempre o nosso rumo.

A nossa batalha tem lugar numa situação internacional muito complexa. As forças que nos países desenvolvidos propugnavam o neoliberalismo afirmaram a sua hegemonia e puderam estendê-lo à escala planetária. O neoliberalismo é a expressão mais agressiva e descarnada do capitalismo que afasta todo o controlo ou regulação, reduz o Estado a mero servidor dos seus interesses, líquida a ideia do governo democrático e a solidariedade entre os homens, impõe como única norma o lucro ilimitado e a cobiça individualista. É uma política que acentua a pobreza e a marginalização de cada vez mais amplos sectores nos próprios países industrializados, agudiza a miséria, o atraso e a exploração no Terceiro Mundo, arrasa as soberanias nacionais, atenta contra a cultura espiritual da humanidade e ameaça gravemente o meio ambiente.

A mundialização do neoliberalismo é o problema mais sério e o maior perigo para a própria subsistência que a espécie humana jamais enfrentou.

Mas se são grandes os riscos desta hora, também o são as suas possibilidades. A globalização neoliberal pode e deve ser a fase final do capitalismo como sistema mundial.

Se se lhe permite prosseguir desenfreadamente o seu curso irracional, levar-nos-á a todos a hecatombe. Se, pelo contrário, se juntam agora as mais diversas forças e sectores que, por diferentes razões e a partir de várias perspectivas, se lhe opõem, se se unem os que são hoje a imensa maioria, internacionalmente e no interior de todos os países, será possível não apenas evitar o desastre universal como também abrir as fundações para transformar o mundo num sentido solidário, humanista e racional.

Nos Estados Unidos dominam hoje as forças principais do imperialismo globalizado. Ali impõem políticas antioperárias, racistas e discriminadoras, que afectam a maioria da população, enquanto lançam contra outros países acções agressivas e discriminatórias e pretendem submetê-los por completo económica, política, cultural e militarmente. O decidido enfrentar do seu hegemonismo tem que ser universal.

O triunfalismo prevalecente nos círculos imperialistas com raiz no derrubamento da União Soviética, cede o passo cada vez mais à preocupação gerada pela crise económica que afecta o mundo e ameaça aprofundar-se. As forças progressistas recuperam do severo golpe e tendem a reagrupar-se num contexto novo em que se incorporam outros actores e se criam condições para o constante alargamento dos que enfrentam o assalto do capitalismo selvagem. Têm em Cuba o seu aliado político mais fiel e confiam plenamente na nossa capacidade de resistência, elemento decisivo na actual conjuntura histórica e principal esperança para milhares de milhões de pessoas em todo o mundo.

Reanima-se o movimento sindical e o combate operário face aos despedimentos em massa, à eliminação de prestações sociais e à redução do salário real; aumenta o protesto das camadas médias ante a constante deterioração dos seus níveis de vida; cresce a rebeldia dos estudantes e dos intelectuais em oposição a um sistema que agride a cultura e a mercantiliza; alar-se a acção dos que se preocupam em salvar um planeta cujo meio ambiente se degrada dia a dia; levantam os seus protestos as mulheres, os imigrantes, as populações autóctones e outras vítimas do chauvinismo, do racismo e da discriminação; multiplicam-se o número dos que se empenham em salvaguardar os valores éticos e espirituais da humanidade.

A luta dos povos do Terceiro Mundo pela verdadeira independência, o desenvolvimento e a justiça continuará a alastrar inevitavelmente exigindo o fim de uma ordem internacional que lhes nega o direito a uma vida digna e os condena à permanente subordinação, ao subdesenvolvimento eterno, a um novo e cruel colonialismo.

No próximo ano, como sempre, serão numerosos os aniversários que deveremos comemorar. Somos um povo possuidor de

uma história admirável, que associa cada jornada a proezas de um passado sempre vivo e renovado. Cada dia desta etapa difícil e gloriosa será recordado também, com respeito e admiração, pelas futuras gerações de cubanos que viverão numa Cuba livre, independente e socialista.

1999 será o ano do Quadragésimo Aniversário do Triunfo da nossa Revolução. Devemos recordar então que, quarenta anos atrás, alcançámos finalmente a independência; eliminámos o racismo institucionalizado que excluía os cubanos negros de praias, bairros, escolas e parques públicos; pusemos fim à tortura, ao abuso e aos crimes de esbirros uniformizados; extirpámos o jogo, a droga e a prostituição, vícios cuja reaparição não toleraremos jamais; eliminámos a iníqua exploração dos senhores e promulgámos em 17 de Maio a Reforma Agrária que aboliu o latifúndio e tornou realidade as aspirações por que haviam lutado incansavelmente os nossos camponeses. Foi a festa de todos, quando o decoro e a dignidade se instalaram definitivamente na Pátria que por fim se lavava o rosto ensanguentado e sorria.

Longo e áspero havia sido o caminho percorrido. Longo e áspero, duro e difícil seria o que nos aguardava.

Mas têm-lo percorrido com honra.

Entre os aniversários do ano que entra há um de um facto que ocorreu na maior solidão, oculto num lugar afastado e muitas vezes esquecido. A ele devemos regressar, os cubanos, no fundo das nossas consciências, em cada dia.

Há cento e vinte e cinco anos, junto a um barranco perdido na Sierra Maestra, caiu combatendo um homem que concebeu a Pátria livre, justa e solidária e nos convocou a todos a conquistá-la. A sua caminhada até San Lorenzo foi o mais alto exemplo de sacrifício pessoal, de renúncia e de fidelidade à causa revolucionária que havia iniciado.

Abandonado, completamente só, quase cego, compartilhando os seus últimos dias com os antigos servos a quem devolveu a liberdade, ali foi procurá-lo a coluna inimiga. Sem a ajuda de ninguém bateu-se até ao último instante.

Alguém disse que, então, caiu «como um sol de fogo que se afunda no abismo». Digamos melhor que um sol de fogo, o sol da luta infatigável pela justiça, se enraizava para sempre nas entranhas da Pátria.

Pelo seu sacrifício e pelo de tantos cubanos que depois continuaram o seu exemplo, as chamadas desse sol que se incendiou não se apagarão jamais. Nunca teremos de combater, como ele teve de fazê-lo até ao fim, na mais absoluta solidão, acompanhado apenas pela dignidade do seu povo. Hoje somos milhões de filhos de Céspedes. Hoje, amanhã e sempre combateremos juntos. E unidos, com Fidel e Raul, alcançaremos a vitória.



Cuba entra confiante na viragem do milénio

Como vai Cuba? Os debates do encerramento da sessão legislativa da Assembleia Nacional do Poder Popular, no fim de Dezembro, trouxeram respostas a essa pergunta. A conclusão que se tira do balanço apresentado é a de que Cuba vai melhor do que se poderia esperar. O bloqueio, as devastações provocadas pelo furacão Georges, a pior safra de cana dos últimos anos, a queda dos preços do níquel e do açúcar e o agravamento da pré-crise da economia globalizada criaram condições extremamente desfavoráveis a um bom desempenho da economia cubana. A «batalha heróica do povo» - como salientou Carlos Lajé, secretário executivo do Conselho de Ministros - permitiu, entretanto, que as previsões pessimistas formuladas no estrangeiro fossem desmentidas pela realidade da vida. A recuperação cubana prossegue contra ventos e mares. No panorama desolador oferecido pela América Latina e pelo Terceiro Mundo em geral, o PNB cresceu 1,2% em Cuba no ano de 1988, uma taxa modesta, mas surpreendente no contexto hemisférico. A Natureza não ajudou. Choveu muito na época seca e houve uma intensa seca na temporada das chuvas. A cana, o tomate e as batatas ressentiram-se. O ciclone Georges, que assolou nove províncias, devastou os bananais. Por si só, o afundamento das cotações do níquel traduziu-se numa perda de 70 milhões de dólares. As resultantes do funcionamento dos mecanismos do bloqueio foram muitíssimo superiores. Os desastres naturais e os alcapões do mercado globalizado foram parcialmente compensados pelo esforço do povo. A produção de petróleo e gás natural aumentou. O sector da construção cresceu 5,2 % (no total foram concluídos 48 000 fogos). Durante o ano visitaram a Ilha (até 15 de Dezembro) 1 400 000 turistas (18% de aumento nas entradas de divisas). Excluído o açúcar (a quebra na produção atingiu 24%), a indústria cresceu 4%. Os debates na Assembleia Nacional do Poder Popular expressaram a satisfação por vitórias pouco visíveis, inseparáveis da participação dos trabalhadores. Em quase todas as frentes observou-se maior responsabilidade da parte dos colectivos. A produtividade no trabalho aumentou 1,6% e o consumo de energia na esfera produtiva e dos serviços diminuiu 1,9%, graças a uma melhoria na eficiência energética. A previsão para 1999 é a de um aumento de 2,5% do PIB. Numa época em que na Europa os governos e as empresas investem contra o Estado do Bem-Estar Social no âmbito da ofensiva da globalização neoliberal, em Cuba, o Estado, apesar da grande penúria de recursos, reforça os gastos no sector social. A Educação e a Saúde, por exemplo, absorvem 39% das verbas do Orçamento aprovado. Numa bela intervenção, Oswaldo Martínez, presidente da Comissão de Assuntos Económicos da Assembleia, sublinhou que «o mundo da globalização neoliberal é, cada vez mais, o da globalização da exploração e da iniquidade». As estatísticas divulgadas pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento dão-lhe razão. O desnível entre os que têm tudo e os que nada possuem aprofunda-se. Presentemente as 225 pessoas mais ricas têm fortunas que equivalem ao rendimento anual somado de 2 500 000 de pobres. Os 15 maiores multimilionários reúnem activos superiores ao PIB de toda a África a sul do Sahara. Fidel Castro, no encerramento da sessão, recordou uma evidência: o capitalismo deixa transparecer o temor de uma crise mundial gravíssima. Não lhe faltam motivos. «O capitalismo - afirmou o presidente de Cuba - é um sistema sem futuro e nós estamos a falar aqui de um sistema que demonstrou o seu futuro.» Cuba aproxima-se confiante do fim do milénio.

40.º aniversário da Revolução Cubana

Uma revolução profundamente humana

Faz cem anos, em Dezembro de 1898, na sequência da Guerra Hispano-Cubana-Norte-americana, foi assinado em Paris o Tratado de Paz entre a Espanha e os Estados Unidos, com Cuba excluída de todas as negociações.

Os cubanos, que haviam protagonizado uma épica e heróica luta de trinta anos pela sua independência do jugo espanhol, sofriam a mais amarga humilhação.

Da dor dilacerante dos patriotas cubanos deixou o general Maximo Gomez testemunho no seu diário de campanha: «A situação criada a este povo, de miséria material e de penúria por estar coibido em todos os seus actos de soberania é cada dia mais aflitiva e, no dia em que termine esta estranha situação, é possível que não deixem os norte-americanos aqui nem um grama de simpatia.»

Em Maio de 1902 instaurava-se a República, com a indigna imposição da Emenda Platt à sua Constituição.

Sete anos antes caíra sob as balas espanholas José Martí, que encarnava na América o pensamento mais avançado e democrático nos finais do século XIX. Em carta ao seu amigo Carlos Baliño, tinha expressado a essência do seu ideário político: «A revolução não é a que vamos iniciar na manigua (terreno moinho na ilha da Cuba) mas a que vamos começar na República.»

Durante 57 anos de neocolonialismo, nem a frustração nem a miséria nem a opressão lograram apagar essa nobre e legítima aspiração. Pelo contrário, foi amassada com luta e rebeldia; foi assim que brotaram de novo as sementes em 26 de Julho de 1953, dando começo à batalha final pela nossa verdadeira liberdade e independência.

No 1.º de Janeiro de 1959 brilhou o sol da vitória. No dia seguinte, no discurso no Parque Céspedes de Santiago de Cuba, Fidel disse: «Em tudo, o tempo é um factor importante; a revolução não poderá fazer-se num dia, mas estejam certos de que a faremos, estejam certos de que pela primeira vez, de verdade, a República será inteiramente livre e o povo terá o que merece.»

Uma nova página da história começam a escrever os cubanos: a recuperar as nossas riquezas, a realizar as profundas mudanças na ordem política, económica e social, rumo à

edificação de um sistema baseado na justiça social e no pleno exercício da democracia, que não é aquela que se limita aos actos eleitorais mas que garante, por sua vez, a participação verdadeira e sistemática do povo na direcção e controlo da sociedade.

Todo este processo ocorreu em condições muito difíceis e complexas. Seria interminável o rol de agressões, ameaças, actos de sabotagem e provocações dirigidas contra Cuba pelo «Norte revolto e brutal que nos despreza», como qualificou José Martí aquela que se converteria na maior potência deste século.

Depoimento de Mercedes Aguiar embaixadora de Cuba em Portugal

Terminada a «guerra fria» mas empenhados em manter «congelada» a sua política de hostilidade e isolamento, os Estados Unidos aplicam contra a ilha indómita uma guerra económica cujo eixo é o criminoso e injusto bloqueio económico, comercial e financeiro, que perdura há quase quatro décadas, agravado por esse monstro jurídico conhecido por «lei Helms-Burton».

Como se fora pouco, os Estados Unidos também concentram contra Cuba a mais brutal campanha de desinfor-



mação, manipulação política e desestabilização.

Para tal se servem não apenas do ilimitado controlo que possuem sobre os principais meios de difusão à escala planetária mas também de milionárias fatias orçamentais para fomentar a subversão interna no pequeno país vizinho.

Só um povo unido, com alta consciência política enraizada na sua história, solidariedade internacionalista, identidade nacional, culto e digno, seria capaz de resistir a essa esforçada e impiedosa política orientada para a destruição da Revolução cubana.

Que defendemos com tanta honra e paixão? Uma obra profundamente humana, forjada com grandes esforços e sacrifícios, que tem como suporte conquistas revolucio-

nárias irrenunciáveis, porque constituem o pilar do modelo de sociedade socialista que trabalhamos para aperfeiçoar, sem dogmas nem esquematismos, adequado à nossa realidade nacional e com a vocação universal que alimenta a nossa luta por um mundo de paz, solidariedade e fraternidade entre todos os homens da terra.

Para enfrentar a mais profunda crise económica destes quarenta anos, que teve os seus impactos mais fortes entre 1991-1994, empreendemos, desde então, diversas reformas que nos permitiram alcançar um processo de recuperação económica que tudo indica ser irreversível e nos assegura o avanço no nosso projecto económico e social.

Continuaremos com essas reformas, no grau e no ritmo que exijam essas estratégias,

sem claudicar nos nossos princípios que constituem o baluarte da nossa plena liberdade, independência e soberania.

Nesta honrosa batalha contamos com a solidariedade de milhões de pessoas honestas que partilham os nossos sonhos de justiça e fraternidade, o que por sua vez estimula o nosso alto compromisso de não defraudar esse belo objectivo de conquistar um mundo melhor.

Inspirada nestes valores e graças aos frutos com que conta a Revolução para partilhá-los com humildade e desinteresse, Cuba enviou recentemente centenas de médicos e técnicos de saúde para socorrer povos irmãos que nas Carabás e na América Central foram vítimas dos incalculáveis danos ocasionados pelos furacões «George» e «Mitche».

Entre Cuba e Portugal há milhares de quilómetros de distância, mas as similitudes culturais, simpatia e mútua hospitalidade aproximam os seus povos como as estrelas no alto firmamento.

Por isso o povo de Cuba guardará na memória aquela tarde chuvosa de Outubro, véspera da Cimeira Ibero-americana, em que milhares de portugueses desfilarão pelas ruas do Porto para ratificar, uma vez mais, a sua firme e perseverante condenação ao criminoso bloqueio norte-americano.

O abraço de Fidel e Saragat, sob a consigna de «Cuba sim, bloqueio não», que retumbava no Centro de Congressos de Matosinhos, fez-nos sentir que todos, cubanos e portugueses, éramos netos de Jerónimo e escalávamos a Sierra Maestra, para honrar com cravos vermelhos e rosas brancas a eterna amizade e solidariedade entre os nossos povos.

Depoimentos de estrangeiros e cubanos

Publicamos alguns depoimentos e opiniões recolhidos pelo correspondente do «Avante!» em Santiago, na noite do 40.º aniversário da vitória da Revolução, de convidados estrangeiros e personalidades cubanas.

Uma voz de Abril

Na inolvidável comemoração dos 40 anos da Revolução Cubana, a 1 de Janeiro de 1999, na Praça Carlos Manuel de Céspedes, o pai da pátria cubana, Fidel Castro, com grande clareza, simplicidade e sentido pedagógico, evocou a luta heróica da Sierra Maestra e as operações militares imediatamente anteriores à tomada de Santiago, tendo sempre presente a memória dos que deram a vida pela libertação do seu povo, pela independência da pátria, pelo futuro do homem. Mas a sua evocação dos mortos pela responsabilidade e o respeito que impõe aos vivos a continuação da luta pelos ideais por que caíram é uma evocação cheia de significado, é um estímulo, um exemplo, um guia para a acção. É também um assumir de responsabilidades, de respeito, com implicações directas na acção revolucionária quotidiana. Dentro da mesma linha de pensamento situou-se a sua análise da conjuntura económica mundial, com ênfase para os perigos da inevitável globalização, se esta não for colocada a serviço do homem com todas as suas potencialidades e capacidades - uma globalização oposta à neoliberal, que responde às mais nobres aspirações da condição humana.

Finalmente, Fidel Castro dirigiu-se às jovens gerações posteriores ao 1.º de Janeiro de 1959, e mais particularmente à juventude actual exortando-as a instruir-se ainda mais, a aprofundar o conhecimento, a uma maior consciencialização política e ideológica, ao trabalho colectivo, sem perderem de vista que a felicidade do homem permanece intimamente ligada à felicidade do seu semelhante, pois a felicidade, sendo uma realização pessoal é também uma realização social. Não se pode ser feliz individualmente num mundo em que a miséria, a fome, a doença, a ignorância e o desrespeito por elementares direitos humanos mergulham no desespero milhares de milhões de homens, de crianças e jovens. É contra esta globalização capitalista neoliberal que a juventude, na continuidade da Revolução Cubana, deve empenhar o melhor de si própria, afirmando no combate o amor à pátria e a fidelidade ao ideário dos heróis de Moncada e da Sierra Maestra.

General Vasco Gonçalves, Portugal

A solidariedade do Paraguai

Uma vez mais, o líder da Revolução Cubana deu-nos uma verdadeira lição de história sobre as lutas do seu povo e a sua importância no processo de libertação dos povos da nossa América. Confirmamos também como um povo, guiado por um Partido revolucionário e um dirigente genial, pode alcançar a vitória sobre um exército com esmagadora superioridade numérica, armado e treinado pelo imperialismo norte-americano.

Procedendo a uma profunda análise da realidade actual de Cuba e do mundo, e das crises económicas que golpeiam cada vez mais os povos oprimidos, o máximo dirigente da Revolução Cubana

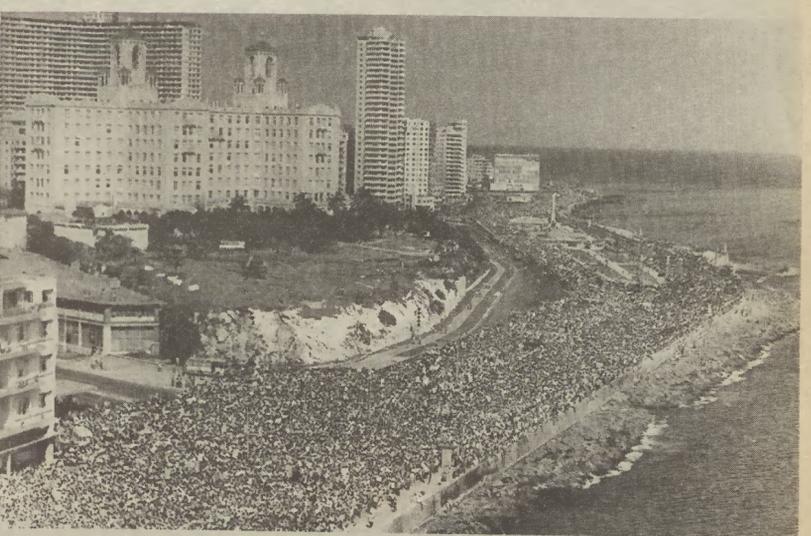
deixou bem claro o perigo que hoje ameaça a própria civilização.

Consideramos muito importante o estudo e a análise deste transcendental discurso do comandante Fidel Castro pelas forças revolucionárias e progressistas de todo o mundo. Isso as ajudará a enfrentar as políticas neoliberais que desenvolvem as grandes transnacionais e que estão a levar o mundo a uma catástrofe e a um eventual aniquilamento.

Ananias Maidana, secretário-geral do Partido Comunista Paraguai

O apoio da Refundação

Fidel Castro aproveitou a oportunidade do 40.º aniversário da vitória da Revolução Cubana para dirigir a Cuba e ao mundo um



Desfile de 17 de Maio de 1980 em frente à delegação dos EUA, contra o bloqueio, a base naval de Guantanamo e os voos espíes

discurso político extraordinariamente rico de significado. Falou aqui, em Santiago, da globalização capitalista, da política neoliberal e dos males dela resultantes para a humanidade. Lembrou simultaneamente que o neoliberalismo pode ser derrotado em nome de outro projecto assente numa ideia diferente do homem que responde às suas melhores potencialidades. Doravante a luta generosa de um povo se estiver isolado, não pode por si só levá-lo à vitória, mas juntos todos os povos podem impor a sua vontade, se resistirem ao pensamento único e à lógica da globalização capitalista. A Revolução Cubana caminha por outra estrada. É um exemplo. Todos nós, unidos, podemos construir um novo caminho, comum.

Fausto Bertinotti, secretário-geral da Refundação Comunista Italiana

Palavras de um combatente de Moncada

Ao reflectir sobre estes primeiros 40 anos da Revolução Cubana, a primeira coisa que me acode à memória é o gran-

de orgulho de ser cubano e revolucionário.

Ter resistido e vencido toda a agressividade do imperialismo norte-americano durante quatro décadas demonstra a validade deste projecto de sociedade como autêntica alternativa capaz de iluminar um caminho, de abrir uma esperança aos maltratados países do chamado Terceiro Mundo, que sofrem cada vez mais as nefastas consequências da exploração neoliberal.

As extraordinárias conquistas da Revolução ao longo destes anos no campo do desenvolvimento social, na ciência, na economia, no que se refere à dignidade nacional, ao respeito e consideração pelo ser humano, são realidades transparentes em Cuba e constituem a melhor recompensa para o sofrimento e os sacrifícios realizados no processo de consolidação e defesa dos nossos ideais.

Por tudo isso, neste 40.º aniversário do luminoso 1.º de Janeiro de 1959, invade-nos uma grande satisfação e um enorme estímulo para prosseguir,

O sentir de um poeta

Como escritor, definiria este discurso maravilhoso de Fidel como um testamento político. Não se choque. Testamento no sentido de síntese de um pensamento político extraordinariamente aberto à compreensão da totalidade da vida. Uma mensagem dirigida à juventude.

Miguel Barnet - poeta, ensaísta e novelista, dirigente da União Nacional dos Escritores e Artistas de Cuba - UNEA

Fala um pintor

Para mim, foi o discurso mais importante de quantos ouvi a Fidel. Ele é um vulcão em erupção permanente, sempre imprevisível. Desta vez encantou-me a sua lição de economia. Conseguir dar força de transparência aos mecanismos da globalização. Este

homem dá a impressão de que sabe tudo, de tudo.

Guayasimín, pintor equatoriano de prestígio mundial

Comentário de um pensador

Foi um discurso muito denso, de uma grande riqueza conceptual, com mensagens diversificadas, todas elas muito importantes para o entendimento do tempo presente, em Cuba e no mundo. Fidel captou há muito a gravidade da crise global de civilização que a humanidade enfrenta. É a maior crise no Ocidente desde a queda do império Romano no século V. A devastação resultante das políticas neoliberais e da globalização capitalista e a ameaça de destruição das culturas são indissociáveis dessa crise de civilização. Fidel foi extraordinariamente feliz e lúcido nas suas sínteses e mensagens.

Armando Hant, membro do Conselho de Estado, director do Projecto Martí, ex-ministro da Cultura, deputado à Assembleia Nacional do Poder Popular



Em Janeiro de 1999

Em qualquer publicação que se preze, nos últimos números de um ano que termina e/ou nos primeiros do ano que começa há sempre o tom de balanço e de prospectiva. Assim acontece também com os escritos de qualquer comentador da actividade política e, mais ainda, da económica.

Calendário oblige.

1998, foi mau ou bom?

Para quem?

1999, como é que vai ser?

Para uns... e para os outros.



■ Sérgio Ribeiro

O ano de 1998 foi, consensualmente, um ano de crise económica. Porque as perspectivas não foram cumpridas nas médias previstas; porque houve agitação monetária e riscos graves ligados à instabilidade; porque a "crise asiática", tal como as gripes da mesma origem, se espalhou e quase fez epidemia. E melhor ainda se diria se se precisasse que os problemas da "periferia", num mundo cada vez mais internacionalizado, para lá foram levados a partir do "centro" e dos capitais em libertina circulação, e de lá retornam ao "centro", em efeito "boomerang" ou não fosse a globalização - quando nasce (e no caso de existir...) - para todos.

Mas 1998 também teria sido - dizem alguns... - um ano de maravilhas. Em cor-de-rosa. Sobretudo porque, segundo dizem esses mesmos, foi o ano em que se avançou para o euro. Não têm, evidentemente, a capacidade de discernimento para ver que como tal decisão foi forçada, foi artificial, foi política e ao serviço de interesses transnacionais privados. Ou não querem ter esse discernimento e distanciamento (à maneira de Brecht) porque o que é preciso é impressionar, é convencer mesmo que convencido não se esteja, para que todos tomem por bom o que só será bom - ou até ótimo - para alguns interesses e interessados...

Pelo meu lado, insisto na ideia que vou tentando deixar pelas folhas que me acolhem prosa de que os balanços ou as análises que se apresentam com base nas médias são muito pobres e que a realidade deve ser avaliada tendo em conta as desigualdades e as assimetrias. E que o critério mais justo para dizer se um ano, uma estratégia, umas políticas foram boas ou más deveria ser escorado na avaliação do modo como essas desigualdades e essas assimetrias evoluíram, para além do que foi o comportamento das médias que ignoram as dispersões.

Dizer que aumentou o nível de satisfação médio das populações pode esconder que aumentou o número dos pobres, dos excluídos, dos que diminuíram o seu nível de satisfação das necessidades, enquanto outros aumentaram desmesuradamente o seu poder económico, melhor, financeiro. É a permanente actualização da velhíssima história de uma galinha e de dois homens, que a estatística dirá ser metade de cada um embora se possa dar o caso de só um a comer, ou de um se banquetear com a carne limpa e o outro mal lhe roer os ossos.

O balanço do ano económico na perspectiva dos negócios

Menos estatisticamente parabólico, não posso deixar sem comentário, nesta oportunidade de balanço, um programa que a televisão portuguesa ofereceu aos portugueses que vivem ou andam pelo mundo, como o teria feito aos que por cá passaram as festas. Foram três distintos (um até tem Fidalgo por apelido, e outro aperalta-se de lacinho de seu hábito) economistas à conversa sobre o ano (por eles dito económico) de 1998. E foi um discorrer ameno sobre os negócios, sobre os empresários, sobre os gestores, como se de economia estivessem falando.

Para quem não teve o privilégio dessa audição, deixo a pérola de um dos participantes ter considerado como o pior empresário do ano o prof. Marcelo Rebelo de Sousa

(na não só) implícita interpretação de que mal teria posicionado a sua "empresa" no "mercado político" ao meter-se com os colegas empresários em geral, e com o intocável Belmiro de Azevedo em particular. É claro que, da conversa informal, se tiraria que este último foi o melhor "economista", empresário, gestor do ano, fez os melhores negócios, conseguiu o pleno na "economia de casino". Apenas com uma pequena sombra: terá exagerado naquela humilhação por que fez passar os deputados, obrigando-os a levantar cedo e a começar a trabalhar às 8 horas da manhã (ver a excelente e esclarecedora *tribuna* de 23 de Dezembro, assinada por António Filipe).

Com o ar de quem domina matérias complicadíssimas para que, no entanto, qualquer "jogo do monopólio" das nossas infâncias nos teria preparado, os três distintos economistas (faça-se justiça para a procurada contenção de um deles, sem que, no entanto, algo tenha feito para inflectir, por pouco que fosse, o rumo da conversa... económica) fizeram-me lembrar quem tratava a economia como aquilo que fazia "saber fazer" melhor que meras "contas de mercearia", das de gancho. Só que, agora, há "mercearias" com dimensão transnacional e é grave que as contabilidades sejam as mesmas, sem se ter em conta o que é nobre (sem ser fidalgo) na "coisa económica", ou seja, que necessidades sociais ajudou a satisfazer, e como.

Naquela tertúlia televisiva, o ridículo pairou, sempre bem enroupado no à vontade auto-suficiente de quem circula pelos corredores e entra nos gabinetes, conhecendo os segredos que são (pelo menos, eram) a alma dos negócios.

Por último, tratando-se do balanço de 1998 e da prospectiva para 1999, o euro tinha de ter um lugar central. E teve.

A palavra de um "eurocrítico"...

Se o euro foi o motivo do nosso (deles) orgulho, nada está ganho em definitivo para ninguém. Eles o reconhecem

com alguma lucidez. A lucidez que falta quando se enfatiza a criação da moeda única (para 11 Estados-membros de uma "Comunidade" de 15, por agora) como um acontecimento histórico relevantíssimo. Único.

Não vamos cair - os "eurocríticos", como agora passou a adjectivo aceitável o que era anátema inadmissível - na simétrica posição. Dizendo ou que não teve importância nenhuma ou que os problemas que se prevêem para 1999 têm a sua origem no euro. Vêm de trás e de mais fundo do capitalismo.

1999 será um ano difícil. Nisto parece haver inabitual consenso.

Uns procurarão enfrentarem dificuldades com a bacoca habilidade de pedir sacrifícios e confiança. Porque os dias melhores estariam aí à porta. Pois se até já cá está o euro que tudo vai melhorar...

Mas o sacrifício, no ver deles, será desproporcionado. Aliás, na proporção inversa da que seria a hierarquia dos sacrifícios se se procurasse diminuir as desigualdades e as assimetrias. Quer dizer, os sacrifícios serão para os que menos os podem fazer, e pouco ou nada sacrificará (ou até retirará benefícios) quem muito tem para poder sacrificar... sem sacrifício.

Outros, dirão que o que há a fazer é mudar de políticas. E insistirão, até, na tecla de que basta de tanto falar (e mal) de políticos, procurando fazer esquecer que todos o somos, e que mais que todos o são Belmiros e Companhia, com responsabilidades ilimitadas.

O que é preciso é discutir políticas. E como, e por quem, as pôr em prática.

Em ano de eleições - para o PE e para a AR -, é o que importa começar - e já é tarde - a preparar. Urgentemente.

Vai haver quem, sendo co-responsável por esta política e dela tirando proveitos (e exploração), reconheça as dificuldades conjunturais embora delas vá procurar retirar mais proveitos (e exploração); vai haver quem, sendo co-responsável por esta política por a querer julgar sem alternativa, dela vá tirando proveitos (e exploração), lamente as

dificuldades conjunturais, as tome por fatais, e procure viver o melhor possível com o que aceita como fatalidade (os outros?... paciência, que se arranjem e façam boa gestão da caridade que lhes é destinada). O que é preciso é aumentar a produtividade e a competitividade, dizem em coro.

Há, e vai continuar a haver, os que procuram as causas, denunciam as responsabilidades, recusam a(s) fatalidade(s)... e lutam. Estes são os políticos de outra política. Com os trabalhadores. Mas é preciso dizer-lhes.

A propósito da quadra: Bom ano e bom trabalho!



Igualdade, paridade, quotas (conclusão)

Algumas experiências estrangeiras

Em resultado da guerra pela paridade, a França - país que apesar de ser o berço da Revolução Francesa e de ter um património de luta pela cidadania das mulheres através das Vozes de Olympe de Gouges e de Condorcet, conta com uma das mais baixas taxas de representação das mulheres no poder legislativo - ensaiou a tentativa de reforçar a representação feminina nos Conselhos Municipais, alterando o Código Eleitoral, ao estabelecer que as listas de candidatos não podiam ter mais de 75% de pessoas do mesmo sexo.

Esta disposição foi julgada inconstitucional pelo Conselho Constitucional por decisão de 18 de Novembro de 1982. Com o fundamento de que nos termos constitucionais apenas razões de idade, de incapacidade ou de nacionalidade, e ainda razões tendentes a preservar a liberdade do eleitor ou a independência do eleito podiam excluir cidadãos do direito de voto e de elegibilidade. Opondo-se, os princípios constitucionais, a toda e qualquer divisão dos eleitores ou dos elegíveis. Opondo-se, em consequência, à distinção entre candidatos em razão do sexo.

Na Bélgica, depois de uma experiência mal sucedida através de uma lei que impôs um sistema de quotas em listas eleitorais, permitindo, no entanto que as mulheres ocupassem lugares não elegíveis nas listas de candidatos, o Parlamento e o Senado têm entre mãos várias propostas de lei destinadas a instituir um sistema de quotas.

Na Itália, foi aprovada na Revisão Constitucional uma nova redacção para um dos artigos da Constituição, estabelecendo o seguinte:

«As leis eleitorais e as outras leis providenciam instrumentos e modalidades para promover o equilíbrio da representação entre os sexos.»

Regressando à França, regista-se que a Assembleia Nacional, para ultrapassar os problemas constitucionais assinalados na Sentença do Conselho Constitucional atrás referida, acabou de aprovar em revisão constitucional a alteração do artigo 3.º da Constituição que passa a estabelecer o seguinte:

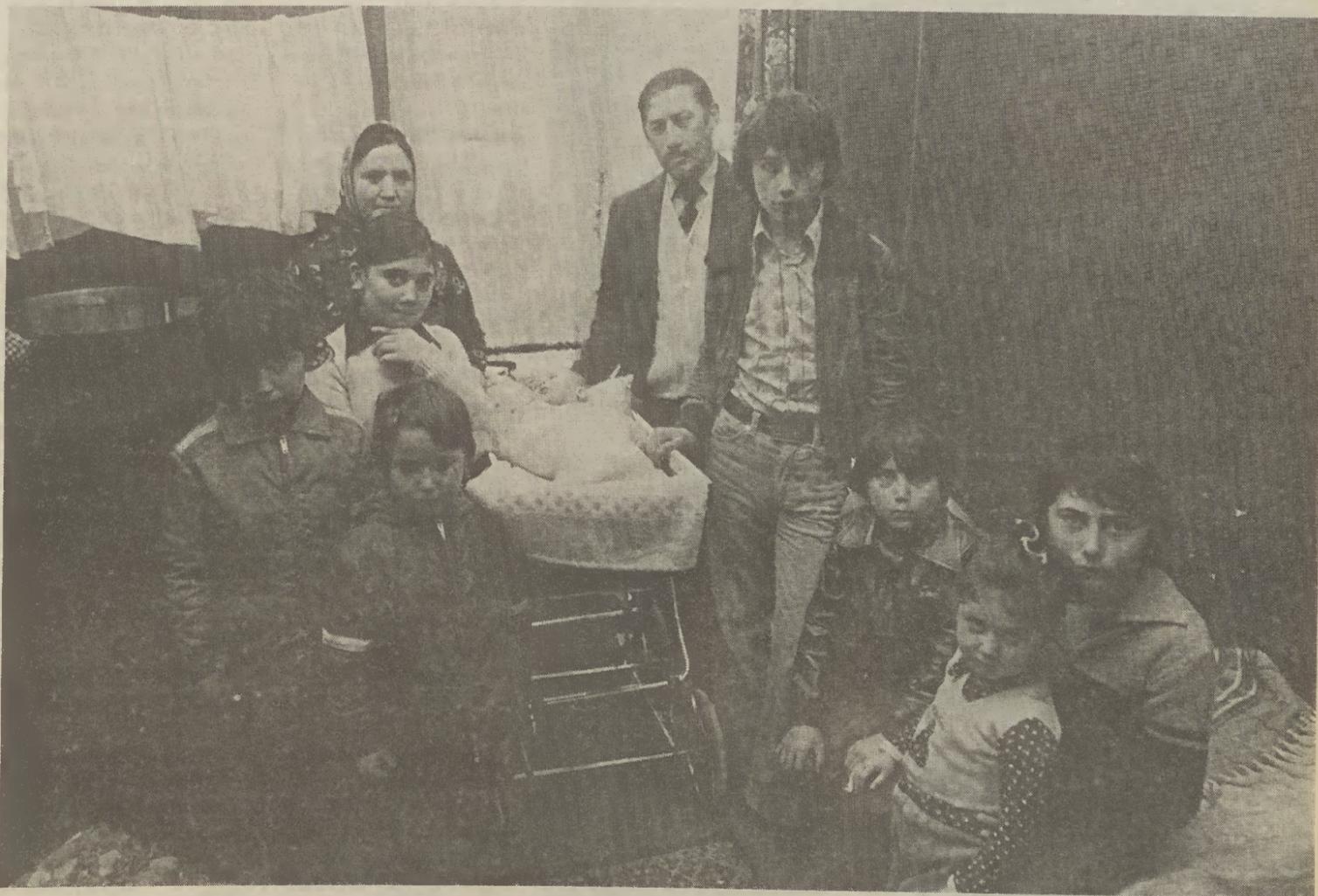
«A lei determina as condições em que se organiza o igual acesso das mulheres aos mandatos eleitorais e às funções electivas.»

De todo este panorama, conclui-se que houve um recuo no objectivo da paridade, que foi substituído pela reivindicação de um sistema de quotas, que os seus defensores reivindicam de acção positiva, destinada a obter a igualdade real entre mulheres e homens.

Será importante reflectir sobre o debate travado na Assembleia Francesa.

Sobretudo sobre as curtas e incisivas declarações, a respeito da paridade, de Danièle Lochak - professora da Universidade de Paris X - Nanterre - ouvida pela Comissão das leis constitucionais da Assembleia:

«Eu penso que o facto de considerar que a "categorização" homens-mulheres não é justificada senão pela biologia - porque é isso que nos é proposto - é perigoso. Se, pelo contrário, ela se explica pela cultura, sendo a alienação uma realidade, a opressão é apenas temporária e não está ligada à essência das mulheres... Eu excluo toda a argumentação fundada sobre a natureza e a cultura, entendendo-se que eu não considero que o objectivo seja estritamente ter tantas mulheres como homens no Parlamento: o que é preciso é instaurar uma real igualdade de oportunidades e se não há outro meio de aí se chegar, então vamos à paridade...»



«Para resumir, eu julgo que os fundamentos ideológicos, simbólicos e filosóficos da paridade são frágeis, mas eu admito-a se a situação não puder ser desbloqueada de outra maneira.»

À última hesitação apetece responder com a espanhola Teresa de Castro:

«Eu, como mulher, quero as mesmas oportunidades que os homens. Nem mais nem menos. E para isso só faz falta uma coisa, bem simples, tão simples que roça o vulgar: que se cumpra a lei... Por que julgam os senhores que as mulheres têm tantos problemas?»



Um retrato desfocado

O debate sobre a paridade e o sistema de quotas desfoqueu a análise sobre as reais causas das discriminações das mulheres.

Porque, como referiu a Professora francesa, é verdade que a reivindicação da paridade assenta numa mera questão biológica. Omitindo as questões sociais, económicas e culturais que conduziram à discriminação do sexo feminino.

A paridade cria dois grupos - homens e mulheres - como se fossem subespécies distintas em nome das diferenças biológicas. A paridade ignora o significado social do sexo.

E quanto às quotas, que muitos defendem ser uma acção positiva que se enquadra em textos internacionais, será que pode ser assim entendida?

As quotas não serão também uma forma de perpetuar uma igualdade formal, geradora também ela de desigualdades?

Caberá perguntar se todas as mulheres com as mesmas aptidões para a vida política, de todos os estratos sociais, ficam em situação de igualdade, umas perante as outras, para poderem aceitar um mandato em lugar elegível nas listas eleitorais.

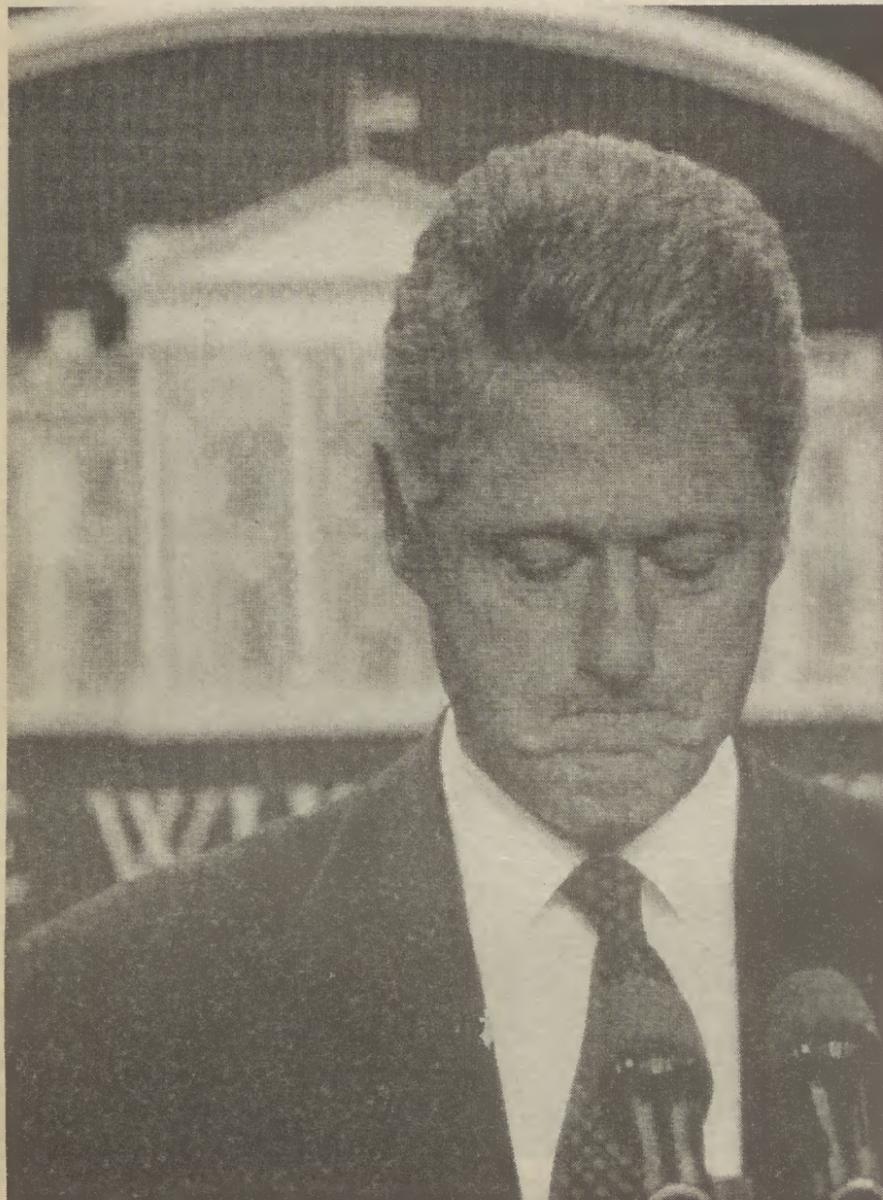
A igualdade (a igualdade real, entenda-se) não consente a companhia de outros epítetos como paridade e sistema percentual, porque se esquece (ou melhor: procura-se que outros esqueçam) que os problemas das mulheres resultam do não cumprimento de leis, e da adopção de outras como a da flexibilização, da precarização do trabalho, do trabalho a tempo parcial imposto, tudo conduzindo à pauperização e a uma menor participação (ou mesmo à apatia) na vida política.

Sendo de facto necessário que as mulheres tenham melhor representação nas listas para os órgãos de decisão, pois as suas capacidades estão subestimadas nos órgãos de decisão política, a verdade é que os sistemas de quotas impostos por lei, na grave situação de crise que a Europa e o Mundo atravessam, não são mais do que migalhas do banquete.

Ainda por cima só facilmente acessíveis àquelas que têm acesso à mesa imperial.

Fazer frente a Clinton e Blair

O poder que o sistema confere ao Presidente norte-americano e ao Primeiro-Ministro britânico tem componentes perversas que chocam com os interesses globais da paz e da segurança no mundo. A agressão ao Iraque, decidida de forma totalmente unilateral, é bem exemplo dessa perversidade do sistema.



Clinton tem-se servido a seu belo prazer de Saddam para fazer face às suas dificuldades internas provocadas pela incapacidade de resistir aos seus impulsos sexuais. Sempre que os ataques dos republicanos recrudescem, Clinton desdobra-se em pedidos de desculpa, de actos de contrição e de acções de agressão ao Iraque; coisas difíceis de conciliar para um cristão. Como pode um arrependimento ir de mão dada com a destruição e morte de tantos inocentes iraquianos, cujo único "crime" que cometeram foi nascer no Iraque? O sistema norte-americano permite quase tudo a um Presidente, incluindo bombardear, a ferro e fogo, um país a milhares de quilómetros, e não permite e faz paralisar o mundo com as escapadelas do Presidente para se avistar com uma estagiária na Sala Oval da Casa Branca... É, na verdade, um sistema estranho e perverso.

No meio de todas estas crises uma coisa parece certa: Clinton precisa de Saddam e Saddam de Clinton. E ambos precisam um do outro pelas mesmas razões de carácter interno e razões internacionais. Com Saddam, Clinton pode sempre desencadear ataques e paralisar opiniões públicas desfavoráveis. É um facto que Clinton sempre poderá defender que Saddam ainda tem algum armamento que é necessário destruir e também sempre poderá alegar que Saddam é um perigo. Os EUA e o Ocidente conhecem bem Saddam a quem ajudaram na contra-guerra contra o Irão. Além do mais, Clinton, com Saddam no poder, tem garantida a permanência de toda a sua monstruosa força bélica no Golfo, na região mais rica do mundo em petróleo. A "nova ordem" fica mais segura com Saddam, que neste

momento não tem dinheiro nem para mandar cantar um cego. Saddam precisa de Clinton para tentar ganhar legitimidade face à contestação interna. Por isso, em 91, Clinton permitiu ao ditador usar a aviação para derrotar o levantamento popular em todo o Iraque. Apenas exigiu ao "inimigo" que pintasse de laranja os aviões e os helicópteros de serviço ao esmagamento do levantamento popular. E Saddam precisa de Clinton porque de certo modo a honra árabe e muçulmana, o lado mártir tão inerente ao islão, afirma-se com o seu papel de vítima em toda a crise.

Já há anos que Blair defende a entrada do Partido Democrático para a Internacional Socialista. Vê-se neste seu acompanhamento de Clinton o verdadeiro posicionamento de Blair. Não passa de um parceiro menor da superpotência. A sua Terceira Via pode em palavras falar de conceitos caros à Humanidade, mas de facto não passa disso. Blair, como chefe do poder executivo inglês, não destoou em nada do velho imperialismo britânico. Quando Blair afirma que colocou a "fera na gaiola", mostra ao mundo a veia do velho império britânico. Como pode Blair invocar modernidade quando até nas palavras ressuscita o mais antiquado vocabulário imperialista? Como pode Blair falar em direito internacional quando o cheiro a petróleo é mais forte que a ONU? Que modernidade pode trazer esta chamada Terceira Via de Blair com esta postura internacional de violação descarada e brutal do direito inter-

nacional? Na prática, não há diferenças entre as políticas internacionais de Clinton e de Blair. Por isso, Blair quer Clinton na Internacional Socialista.

Uma posição indigna

Todos os bombardeamentos contra o Iraque se fizeram em nome do cumprimento de resoluções que o Iraque diz cumprir. Curiosamente, a única que o governo iraquiano não cumpre, a 688, que exige o respeito pelos direitos humanos no Iraque, os EUA nem sequer dela falam. Nos últimos meses, o regime de Saddam executou 1500 presos políticos, quase todos ligados ao levantamento popular de 91. Mesmo assim, o pretexto de Clinton continua a ser as instalações militares e a violação das resoluções da ONU. Não muito longe, Israel continua a violar, todos os segundos, todos os minutos e há muitos anos, resoluções da ONU sob o olhar cúmplice dos EUA...

O governo português do Partido Socialista por via de Veiga Simão manifestou o seu servilismo face ao Big Brother e desejou boa sorte à missão dos mísseis. Depois o porta-voz do MNE anunciou que não apoiava nem discordava. Mais tarde, Jaime Gama tornou claro que, se os EUA quisessem utilizar as Lajes, podiam fazê-lo à vontade, envolvendo o país na agressão ao Iraque. É, na verdade, uma posição indigna. Portugal não ganha rigorosamente nada com esta atitude e perde muito junto dos países árabes, a começar pelo Iraque que seguramente um dia deixará de ser governado pela camarilha de Saddam Hussein. Ser aliado nunca poderá significar ser servil, ficar de cócoras, tanto mais quanto Portugal, para além de ser uma nação com um passado notável, é também hoje um país com indiscutível prestígio.

Estes bombardeamentos impiedosos fazem piorar a já difícil vida do povo iraquiano, martirizado pelo embargo decretado pela ONU. Esta é a verdade dos factos. Nada a pode esconder para quem a procure. É, assim, urgente e imperioso criar condições para que estes senhores e estes governos não pensem que têm as mãos livres para fazerem o que quiserem. É preciso uma opinião pública mais activa, mais empenhada na denúncia deste tipo de acções. A verdade é que em Portugal tal movimento não existe ainda e é preciso criá-lo. E ninguém tem dúvidas que os comunistas têm um papel a desempenhar na criação deste movimento unitário, que congregue os cidadãos que queiram dar as mãos por um mundo mais justo, sem estes brutais bombardeamentos e sem embargos criminosos. Comunistas, católicos, sindicalistas, intelectuais, democratas, gente sem partido, gente da comunidade muçulmana residente podem, criar um movimento de intervenção contra tais situações. É urgente avançar nessa direcção e deitar mãos à obra.

tróleo é mais forte que a ONU? Que modernidade pode trazer esta chamada Terceira Via de Blair com esta postura internacional de violação descarada e brutal do direito inter-



AGENDA

Distrito de Lisboa REUNIÕES PREPARATÓRIAS DA IV ASSEMBLEIA DA ORL 30 de Janeiro 1999

LISBOA

Marvila - Assembleia electiva: Sábado, dia 9, às 15h.
Juventude da Cidade de Lisboa - Plenário: Sábado, 9, às 15h, no Centro de Trabalho Vitória.
Célula do Hotel Altis - Reunião no Centro de Trabalho da Av. Duque de Loulé: Quarta-feira, dia 13, às 10h.
Célula do Ministério da Educação - Assembleia plenária: hoje, Quinta-feira, às 18h30, no Centro de Trabalho Vitória.

CASCAIS

Alcabideche - Plenário de militantes, com eleição de delegados: Sábado, dia 9, às 15h30, no Centro de Trabalho. Estará presente o camarada **Francisco Pereira**.

MAFRA

Plenário concelhio de militantes, com a participação do camarada **João Couchinho**: Terça-feira, dia 12, às 21h30, no Centro de Trabalho.

OEIRAS

Porto Salvo - Reunião geral de militantes, com eleição de delegados: Sábado, 9, às 15h, no Centro de Trabalho de Porto



Salvo. Nesta reunião - em que participará o camarada **Carlos Grilo** - discutir-se-ão também questões relacionadas com a realização, em 27 de Fevereiro, da Assembleia de Organização do Concelho de Oeiras.

TORRES VEDRAS

Plenário concelhio de militantes, com a participação da camarada **Adelaide Pereira**: Sexta-feira, dia 15, às 21h3, no Centro de Trabalho.

VILA FRANCA DE XIRA

Alverca - Plenário de militantes, com eleição de delegados e ainda levantamento e discussão dos problemas da população da freguesia: Sexta-feira, dia 8, às 21h, no Centro de Trabalho.

Sobralinho - Com a mesma ordem de trabalhos, plenário de militantes da freguesia de Sobralinho: no Centro de Trabalho local, Sábado, dia 9, às 16h.

Em todas estas reuniões será discutido o anteprojecto da Resolução Política a aprovar na IV Assembleia da ORL



Porto

Sábado, 9,
a partir das 21h

Noite livre no CT de Matosinhos
promovida pela JCP/Matosinhos e JCP/Maia

- Música ao vivo
- Malabarismo
- Espectáculo de fogo

Plenário da Organização
do Ensino Superior do Porto
Quarta-feira, 13, às 21h, no CT da Boavista

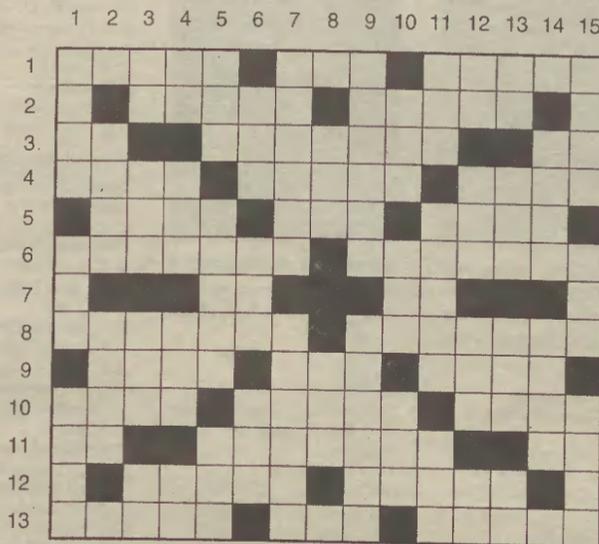
Hoje no Seixal Encontro com Aleka Pappariga

Secretária-geral do Partido Comunista da Grécia
Timbre Seixalense, às 21h

ENCONTRO DE ELEITOS E CANDIDATOS DA CDU DO CONCELHO DE VALONGO

Sábado, 9, às 14h30,
na sede da Junta de Freguesia de Campo

PALAVRAS CRUZADAS



HORIZONTAIS: 1 - Sacerdotisa de Apolo que proferia oráculos em Delfos, cidade da Grécia antiga; tinta de pintar; lança rectilíneo de estrada. 2 - Não mencionei; mineralóide transparente ou translúcido, muitas vezes leitoso, com reflexos típicos, que entra na constituição de muitas rochas. 3 - Planta liliácea oriunda da China; confusões (fig.); Astatino (s.q.). 4 - Guarnecer com abas; agulhas de pinheiro; endurecimento na videira junto ao corte de um ramo durante a poda. 5 - Profundo; sofrimento; espécie de sorgo ou de milho da Índia. 6 - Produto que se extrai do ázaro; reverenciara. 7 - Sódio (s.q.); suf. nom., de origem latina, que tem sentido diminutivo. 8 - Carinhoso; que tem sentido diminutivo. 8 - Carinhoso; que tem sentido diminutivo. 9 - Argolas; conjunto de duas pessoas; consonância de palavras ou sílabas no final de dois ou mais versos. 10 - Actuas; membrana nua que envolve as castanhas ainda imaturas (pl.); Alumínio (s.q.). 12 - Deseja ardentemente; dispõe em lotes. 13 - Limpam com água; interj. coragem; o acto mais importante do culto católico e do culto ortodoxo, no qual o celebrante realiza a consagração eucarística.

VERTICAIS: 1 - Fibras das folhas da pitreira; albino (bras.); ilha, tipicamente anular, que delimita uma lagoa interior com comunicação para o mar, que se forma em mares tropicais. 2 - Ave peralta da fam. dos ibidídeos, de plumagem branca, todavia negra na cabeça, pescoço, cauda e patas; feiticero. 3 - Interj. usada para chamar porcos; mulher que cria uma criança de outrem; discursar; avenida (abrev.). 4 - Forma que o prefixo *in* toma quando a palavra seguinte começa por *h* ou *p*; grande quantidade; nome da décima sétima letra do alfabeto grego (pl.); naquela. 5 - Lamentos; instrumento geralmente de bronze, em forma de campânula, que produz sons mais ou menos fortes quando se percutie com o badalo (pl.); uma centena. 6 - Bigorna de ourives; naquelas; óxido de cálcio. 7 - Embuste; poema dramático ou lírico originário da Itália, cantado com acompanhamento de orquestra (pl.). 8 - Patrão; sapo do Amazonas. 9 - Girara; abelha silvestre cujo mel é azedo (pl.). 10 - Utensílio de cozinha (pl.); exprime-se por palavras, condimento. 11 - Chefe etíope; domesticar; emissão de voz. 12 - Artigo antigo; o rubor das faces; víscera dupla; Titânio (s.q.). 13 - Cálcio (s.q.); pedra de altar; patrao; campeão. 14 - Formar em alas; época precisa em que um facto acontece. 15 - Cerimónia pública e solene; insignificância (fig.); alvorada.

SOLUÇÃO:
HORIZONTAIS: 1 - Píra; cor; recta. 2 - Omíli; opala. 3 - Ti; saladas; Al. 4 - Abat; sanas; calo. 5 - Inost; dor; dora. 6 - Asarha; adora. 7 - Na; im. 8 - Amoroso; azarado. 9 - Aros; par; rima. 10 - Áges; ceras; mata. 11 - Tô; carunhas; Al. 12 - Anela; nota. 13 - Lavam; sus; missa. VERTICAIS: 1 - Pia; açã; aitol. 2 - Ibis; mago. 3 - Tô; am; ore; av. 4 - Im; tor; rós; na. 5 - Ais; simos; cem. 6 - Tas; nas; cal. 7 - Cilha; ópera. 8 - Am; ru. 9 - Rodar; aranda. 10 - Pts; Acto; avo; alva.

PONTOS NATURAIS

■ Mário Castrim

Mário Neves

Este poema
nada mais quer
senão
escrever o teu nome
Mário Neves.

Agora, visto que
não tem mais nada para dizer
(as palavras que aprendeu não servem
e está demasiado pesado
para inventar outras)
agora
pode ir-se embora
com vossa licença.

Na companhia das nuvens
semear a água que bebeu
com o Mário Neves.

Actualidade Cuba, quadragésimo ano

Era fácil.
Digamos até que era
demasiado fácil.
Bastava ajoelhar.

Bastava ajoelhar.

Electrodomésticos
automóveis
transportes públicos
cartão multibanco
noites sem apagons
colombos sumptuosos.

Bastava ajoelhar.

Esferográficas
papel
até uma caçarola
até até até
uma caixa de fósforos.

Bastava ajoelhar.

Bastava imitar os outros.

(bastava morrer como os outros)

Dia 31 de Dezembro

Estavam os cem operários
à espera das boas festas
o novo ano era quase
sempre a esperança se renova
quem não espera novas boas
quando o barco vai chegar
lá iam os cem operários
a caminho do trabalho
mesmo à beirinha da hora
mesmo à beirinha do Euro
boas festas, boas festas
diz o próximo relógio
o ano novo era quase
quando chegaram havia
pra cada qual uma nota
dizia: estás despedido
daqui não levas um chave
olharam uns para os outros
olharam, não queriam crer
não devia ser com eles
não; não, não podia crer
o portão estava fechado
e as luzes apagadas

e era quase novo ano
e chovia cinza na estrada.

TELEVISÃO

Quinta, 7

RTP 1

08.00 Infantil
10.10 Malha de Intrigas
11.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Consultório
14.55 Esmeralda
15.40 Chiquititas
16.35 O Amigo Público
18.15 País País
19.00 País Regiões
19.15 Os Lobos
20.00 Telejornal
20.45 Contra Informação
21.00 As Lições do Tonecas
21.35 Maria Elisa
23.35 Anúncios de Graça
00.10 24 Horas
01.00 Omega Doom, O Guerreiro Cibernético
(de Albert Pyun, EUA/1996, com Rutger Hauer, Anna Katarina. «Thriller» / Ficção Científica)

RTP 2

15.00 Informação Gestual
15.40 A Viúva Negra
(de Samuel Fuller, EUA/1951, com Richard Basehart, Gene Evans, Michael O' Shea, Richard Hylton. Guerra)
17.30 Euronews
18.00 Informação Religiosa
18.30 Hugo
19.00 Um, Dó, Li, Tá
20.20 Documentário
21.00 Portugalmente
21.30 Remate
22.00 Jornal 2
22.35 Acontece
22.55 Desvio
(de Edgar George Ulmer, EUA/1945, com Tom Neal, Ann Savage, Claudia Drake, Edmund MacDonald, Tim Ryan. Ver Destaque)

SIC

08.00 Buéréré
12.30 Jasmin
13.00 Primeiro Jornal
14.00 Juiz Decide
15.00 Fátima Lopes
17.00 Camilo
17.30 Mau Bem Querido
19.00 Pecado Capital
20.00 Jornal da Noite
21.05 Animais
21.40 Torre de Babel
23.15 Musical
01.00 Da Terra à Lua
02.10 Último Jornal
03.15 Vibrações

TVI

09.00 S.O.S. Urgências
09.45 TVI Jornal
10.00 Animação
12.30 Fascinação
13.30 TVI Jornal
14.00 Serras Azuis
15.05 Mulher Perigosa
16.00 Animação
18.00 Flipper
19.00 Asas nos Pés
20.00 Sliders
21.00 Directo XXI
22.00 Primeira Vaga
23.00 Polícias e Ladrões



«Salazar» é uma série documental em seis partes que a SIC estreia na próxima segunda-feira à meia-noite

16.00 Animação
18.00 Flipper
19.00 Asas nos Pés
20.00 Sliders
21.00 Directo XXI
22.00 Ficheiros Secretos
23.00 Alien Abduction
(de Dean Alioto, EUA/1998, com Benz Antoine, Gillian Barber, Kathryn Ducharme. Ficção Científica)
01.20 Segredos de Verónica
02.45 Profiler

Sexta, 8

RTP 1

08.00 Infantil
10.10 Malha de Intrigas
11.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Consultório
14.55 Esmeralda
15.40 Chiquititas
16.35 O Amigo Público
18.15 País País
19.00 País Regiões
19.15 Os Lobos
20.00 Telejornal
21.00 Uma Casa em Fancos
22.00 Jet Set
22.25 Serviço de Urgência
23.35 Radar
00.15 24 Horas
01.45 Waxman, o Atirador
(de Russell Mulcahy, Gr.Br./1996, com Dolph Lundgren, Gina Bellman, Conrad Dunn. «Thriller»)

RTP 2

15.00 Informação Gestual
15.40 A Terra
16.35 Encontros Imediatos
17.30 Euronews
18.00 Informação Religiosa
18.30 Hugo
19.00 Um, Dó, Li, Tá
20.20 O sonho Americano
21.00 Portugalmente
21.30 Remate
22.00 Jornal 2
22.35 Acontece
22.55 Noites Brancas
(Debate, seguido do filme Trainspotting, de Danny Boyle, Gr.Br./1996, com Ewan McGregor, Ewen Bremner, Jonny Lee Miller, Kevin McKidd, Robert Carlyle. Ver Destaque)

SIC

08.00 Buéréré
12.30 Jasmin
13.00 Primeiro Jornal
14.00 Juiz Decide
15.00 Fátima Lopes
17.00 Camilo
17.30 Mau Bem Querido
19.00 Pecado Capital
20.00 Jornal da Noite
21.00 Malucos do Riso
22.40 Torre de Babel
24.00 Donos da Bola
02.10 Último Jornal

TVI

09.00 S.O.S. Urgências
09.45 TVI Jornal
10.00 Animação
12.30 Fascinação
13.30 TVI Jornal
14.00 Serras Azuis
15.05 Mulher Perigosa
16.00 Animação
18.00 Flipper
19.00 Asas nos Pés
20.00 Sliders
21.00 Directo XXI
22.00 Primeira Vaga
23.00 Polícias e Ladrões



Pedro Duarte (com «Noites Brancas» à sexta-feira) e Maria João Selxas (com «Olhos nos Olhos» ao domingo) mostram todas as semanas o que a Televisão deveria ser todos os dias...

13.00 Primeiro Jornal
14.00 Mortinho por Chegar a Casa
(de Carlos Silva e George Sluizer, Port./1996, com Diogo Infante, Maria d' Aires, Huub Stapel. Ver Destaque)
16.00 Big Show Sic
20.00 Jornal da Noite
21.00 Mundo VIP
22.00 Ai os Homens!
23.15 Mulher
00.15 Afrodísia
00.45 O Anjo da Guarda
(de Richard W. Munchkin, EUA/1993, com Cynthia Rothrock, Daniel McVicar, Lydie Denier. «Thriller»)
02.55 Último Jornal

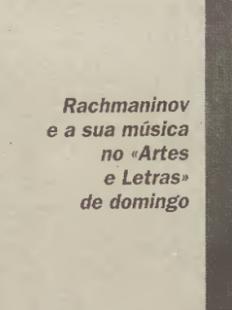
Sábado, 9

RTP 1

08.00 Infantil/Juvenil
12.00 Made in Africa
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Top+
15.05 Saber & Fazer
15.35 Amigos
16.15 O Rapaz e o Mundo
16.45 Primeira Vez
18.05 Estrada Viva
18.40 Santa Casa
20.00 Telejornal
21.15 Longa Metragem
22.30 Miguel Ângelo ao Vivo
23.45 24 Horas
00.25 Debaixo de Olho
(de John Badham, EUA/1987, com Richard Dreyfuss, Emilio Estevez, Madeleine Stowe, Aindan Quinn)

RTP 2

09.00 Universidade Aberta
12.00 Shaka Zulu
13.00 Cidade Louca
13.30 Dinheiro Vivo
14.00 Parlamento
15.00 Desporto 2
18.55 Caminho das Estrelas
19.35 2001
20.00 Os Simpsons
20.30 Tenchi Muyo
21.00 O Universo de Stephen Hawking
22.00 Jornal 2
22.35 O Lugar da História
23.35 AHô, Allô!
00.05 O Vigário de Dibley
00.35 O Riso ao Poder



Rachmaninov e a sua música no «Artes e Letras» de domingo

01.00 Fugiu um Condenado à Morte
(de Robert Bresson, Fr./1956, com François Leterrier, Charles Le Clainche, Maurice Beerblock, Roland Monot. Ver Destaque)

SIC

08.00 Buéréré
11.55 O Nosso Mundo



Pedro Duarte (com «Noites Brancas» à sexta-feira) e Maria João Selxas (com «Olhos nos Olhos» ao domingo) mostram todas as semanas o que a Televisão deveria ser todos os dias...

13.00 Primeiro Jornal
14.00 Mortinho por Chegar a Casa
(de Carlos Silva e George Sluizer, Port./1996, com Diogo Infante, Maria d' Aires, Huub Stapel. Ver Destaque)
16.00 Big Show Sic
20.00 Jornal da Noite
21.00 Mundo VIP
22.00 Ai os Homens!
23.15 Mulher
00.15 Afrodísia
00.45 O Anjo da Guarda
(de Richard W. Munchkin, EUA/1993, com Cynthia Rothrock, Daniel McVicar, Lydie Denier. «Thriller»)
02.55 Último Jornal

TVI

09.00 S.O.S. Urgências
09.35 Animação
13.30 Desporto
15.00 Adultos à Força
16.00 Sétimo Céu
17.00 Vale da Paixão
(de Charles Jarrott, Can./1994, com Emma Samms, Bruce Greenwood, Catherine Oxenberg. Drama)
19.00 Roar
20.00 Acção em Acapulco
21.00 Directo XXI
22.00 Duas Mulheres, Uma Criança
(de Joyce Chopra, EUA/1992, com Veronica Hamel, Nancy McKeon, Michael Madsen. «Thriller»)
24.00 A Ilha do Homem Morto
(de Peter Hunt, EUA/1995, com Barbara Eden, William Shatner, Morgan Fairchild. Policial)
02.00 Profiler

Domingo, 10

RTP 1

08.00 Infantil / Juvenil
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Made in Portugal
15.00 Que Vida Esta!
16.10 Sub 26
17.35 Em Nome da Justiça
18.40 GLX
19.30 Domingo Desportivo
20.00 Telejornal
20.50 Casa Cheia
21.25 Débora
22.00 Docas 2
23.05 Domingo Desportivo
00.40 Millennium
01.40 24 Horas

RTP 2

09.30 Novos Horizontes
10.30 Missa
11.30 A Grandes Viagens de Combóio
12.15 Desastre no Espaço
13.10 Ela Voltou
14.30 Sarilhos com Elas
15.00 Desporto 2
18.00 Jornal de África
18.40 A História de Nikita
19.30 Bom Bordo
20.00 Os Simpsons
20.30 Onda Curta
(O Cairo Visto por Chahine, Le Caire Raconté Pour Chahine, filme de Youssef Chahine, Fr./Egipto/1991. Curta Metragem)
21.25 Artes e Letras - «Rachmaninov, A Alma da Rússia»



Pedro Duarte (com «Noites Brancas» à sexta-feira) e Maria João Selxas (com «Olhos nos Olhos» ao domingo) mostram todas as semanas o que a Televisão deveria ser todos os dias...

22.00 Jornal 2
22.30 Horizontes da Memória
23.00 Olhos nos Olhos

SIC

08.00 Buéréré
12.30 BBC - Vida Selvagem
13.00 Primeiro Jornal
13.45 Os Três Fugitivos
(de Francis Weber, EUA/1989, com



Pedro Duarte (com «Noites Brancas» à sexta-feira) e Maria João Selxas (com «Olhos nos Olhos» ao domingo) mostram todas as semanas o que a Televisão deveria ser todos os dias...

13.00 Primeiro Jornal
14.00 Mortinho por Chegar a Casa
(de Carlos Silva e George Sluizer, Port./1996, com Diogo Infante, Maria d' Aires, Huub Stapel. Ver Destaque)
16.00 Big Show Sic
20.00 Jornal da Noite
21.00 Mundo VIP
22.00 Ai os Homens!
23.15 Mulher
00.15 Afrodísia
00.45 O Anjo da Guarda
(de Richard W. Munchkin, EUA/1993, com Cynthia Rothrock, Daniel McVicar, Lydie Denier. «Thriller»)
02.55 Último Jornal

TVI

09.00 Animação
10.30 Novos Ventos
11.15 Missa
13.00 Portugal Português
14.00 Aventuras Selvagens
15.00 Adultos à Força
16.00 Pestinhas ao Ataque
(com Hulk Hogan, Ernan Hemsley, Robert Gorman, Madeleine Zima, Raymond O' Connor. Comédia)
18.10 Desafios
18.25 A Patrulha do Tempo
19.30 Futebol (Campeonato de Itália)
21.15 Directo XXI
22.00 O Rosto da Lei
23.00 Liberdade Perdida
(de Allan Koreker, EUA/1995, com Rena Sofer, Victor Garber, Maria Ricossa, Real Andrews. Drama)
01.00 Profiler

Segunda, 11

RTP 1

08.00 Infantil
10.10 Malha de Intrigas
11.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Consultório
14.55 Esmeralda
15.40 Chiquititas
16.35 O Amigo Público
18.15 País País
19.00 País Regiões



«O Universo de Stephen Hawking» (ao sábado na RTP2) é uma fascinante série acerca do Universo e dos progressos no seu conhecimento

19.15 Os Lobos
20.00 Telejornal
20.45 Contra Informação
21.00 Nós os Ricos
21.35 Canções da Nossa Vida
23.00 Sala de Conversas
00.10 24 Horas
01.00 Poltergeist

RTP 2

15.00 Informação Gestual
15.40 Rumo ao Sul
16.35 O Nosso Charly
17.25 Açores
18.00 Informação Religiosa
18.30 Hugo
19.10 Um, Dó, Li, Tá
21.00 Portugalmente
21.30 Remate
22.00 Jornal 2
22.35 Acontece
22.50 Jogo Falado
23.50 Nash Bridges

SIC

08.00 Buéréré
12.30 Jasmin
13.00 Primeiro Jornal
14.00 Juiz Decide
15.00 Fátima Lopes
17.00 Camilo
17.30 Mau Bem Querido
19.00 Pecado Capital
20.00 Jornal da Noite
21.00 Torre de Babel
22.00 Roda de Milhões
24.00 Salazar
01.10 Último Jornal
01.45 O Lírio Quebrado
(de David Ward Griffith, EUA/1919, com Lillian Gish, Richard Barthelmess, Donald Crisp, Arthur Howard. Ver Destaque)
04.15 Vibrações

TVI

09.00 S.O.S. Urgências
09.45 TVI Jornal
10.00 Animação
12.30 Fascinação
13.30 TVI Jornal
14.00 Serras Azuis
15.05 Mulher Perigosa
16.00 Animação
18.00 Flipper
19.00 Asas nos Pés
20.00 Sliders
21.00 Directo XXI
22.00 Soldados da Justiça
23.00 O Ultimato
(de Lou Diamond, EUA/1996, com Lou Diamond, Phillips Sally Richardson, Melinda Dillon, Ralph Rouse. Drama)
00.50 Segredos de Verónica
02.30 Profiler

Terça, 12

RTP 1

08.00 Infantil
10.10 Malha de Intrigas
11.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Consultório
14.55 Esmeralda
15.40 Chiquititas
16.35 O Amigo Público
18.15 País País
19.00 País Regiões



«O Universo de Stephen Hawking» (ao sábado na RTP2) é uma fascinante série acerca do Universo e dos progressos no seu conhecimento

19.15 Os Lobos
20.00 Telejornal
21.00 Espelho Meu
21.35 Herman 99
23.35 Reportagem
00.35 24 Horas
01.20 Rotações

RTP 2

15.00 Informação Gestual
15.40 Velhos São os Trapos
(de Monique Rutler, Port./1979, com João Guedes, Luís Santos, Luísa Neto, António Beringela. Ver Destaque)
17.30 Euronews
18.00 Informação Religiosa
18.30 Hugo
19.00 Um, Dó, Li, Tá
20.05 O Assassino Inocente
21.00 Portugalmente
21.30 Remate
22.00 Jornal 2
22.35 Acontece
22.55 The Crown and the Country
23.20 Ler para Crer
00.20 À Noite com Jools Holland

SIC

08.00 Buéréré
12.30 Jasmin
13.00 Primeiro Jornal
14.00 Juiz Decide
15.00 Fátima Lopes
17.00 Camilo
17.30 Mau Bem Querido
19.00 Pecado Capital
20.00 Jornal da Noite
21.00 Médico de Família
22.00 Torre de Babel
23.15 Casas de Polícia
00.15 Balada de Nova Iorque
01.25 Último Jornal
02.30 Vibrações

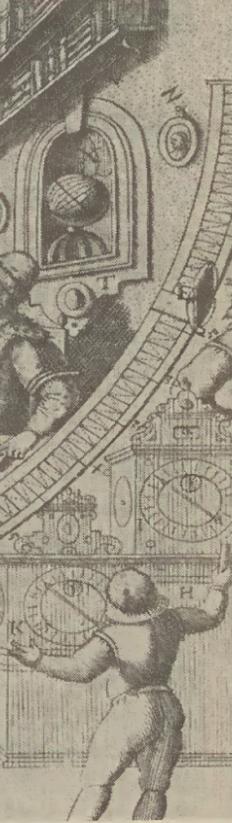
TVI

09.00 S.O.S. Urgências
09.45 TVI Jornal
10.00 Animação
12.30 Fascinação
13.30 TVI Jornal
14.00 Serras Azuis
15.05 Mulher Perigosa
16.00 Animação
18.00 Flipper
19.00 Asas nos Pés
20.00 Sliders
21.00 Directo XXI
22.00 Joshua Tree, A Fúria de um Duro
(de Vic Armstrong, EUA/1994, com James Belushi, Lorraine Bracco, Tony Goldwin. Policial)
24.00 Golo
00.50 Segredos de Verónica
01.10 Feedback
02.00 Profiler

Quarta, 13

RTP 1

08.00 Infantil
10.10 Malha de Intrigas
11.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Consultório
14.55 Esmeralda
15.40 Chiquititas
16.35 O Amigo Público
18.15 País País
19.00 País Regiões



«O Universo de Stephen Hawking» (ao sábado na RTP2) é uma fascinante série acerca do Universo e dos progressos no seu conhecimento

19.15 Os Lobos
20.00 Telejornal
21.00 Diário de Maria
21.35 Dick Tracy
(de Warren Beatty, EUA/1990, com Warren Beatty, Al Pacino, Madonna, Charles Durning, Dustin Hoffman, Paul Sorvino. Ver Destaque)
00.15 24 Horas

RTP 2

15.00 Informação Gestual
15.40 Derrick
16.35 Páginas Negras de Patricia Highsmith
17.30 Euronews
18.00 Informação Religiosa
18.30 Hugo
19.00 Um, Dó, Li, Tá
21.00 Portugalmente
21.30 Remate
22.00 Jornal 2
22.35 Acontece
22.50 Zoom
23.45 Carlos Cruz
00.45 Dharma e Greg

SIC

08.00 Buéréré
12.30 Malucos do Riso
13.00 Primeiro Jornal
14.00 Juiz Decide
15.00 Fátima Lopes
17.00 Camilo
17.30 Mau Bem Querido
19.00 Pecado Capital
20.00 Jornal da Noite
21.05 Conversa da Treta
21.35 Torre de Babel
22.45 Cantigas de Mal Dizer
23.45 Proposta Indecente
(Longa Metragem)
01.30 Toda a Verdade
02.40 Último Jornal
04.25 Vibrações

TVI

09.00 S.O.S. Urgências
09.45 TVI Jornal
10.00 Animação
12.30 Fascinação
13.30 TVI Jornal
14.00 Serras Azuis
15.05 Mulher Perigosa
16.00 Animação
18.00 Flipper
19.00 Asas nos Pés
20.00 Sliders
21.00 Directo XXI
22.00 Marcas de Batón
(de Andy Wolk, EUA/1992, com James Belushi, Lorraine Bracco, Tony Goldwin. Policial)
24.00 Ally McBeal
00.50 Segredos de Verónica
01.55 Lanterna Mágica
02.25 Profiler

Nota:
A Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

TELEVISÃO

Por isto e por aquilo...

Desvio

(Quinta, 22.55, RTP2)

Al Roberts, um pianista medíocre, tenta ir ao encontro da sua namorada, Sue, para o que se decide por tomar uma boleia. O motorista que o conduz, Haskell, que apresentava estranhos sinais de luta, acaba por morrer misteriosamente durante o sono, quando havia cedido o volante a Roberts. Este, abrindo a porta, faz com que o corpo de Haskell tombe inadvertidamente e, receando ser tomado por criminoso, enterra o cadáver e prossegue a sua viagem fazendo-se passar por aquele. Eis senão quando, no dia seguinte, dá boleia a Vera, uma mulher que se havia desentendido com o próprio Haskell e que acusa Roberts de ter morto este. No entanto, sabendo que Roberts era herdeiro de uma fortuna, propõe-lhe «esquecer-se» daquilo que ela julgava ser a verdade mas, acidentalmente, acaba por pôr termo à vida. E tudo se complica para o nosso «herói»... Eis um verdadeiro filme de culto, rodado com clara falta de meios de produção, mas que se impôs (como é fácil de calcular) pela tão especial atmosfera de pesadelo provocada pelos acasos e coincidências azarentas...

Trainspotting

(Sexta, 22.50, RTP2)

Eis um filme recente e duríssimo, cujo argumento é baseado num romance de Irvine Welsh e que nos transporta ao dramático mundo da droga em Edimburgo (Escócia). Através da narração de uma das personagens - um jovem viciado na droga - somos levados a conhecer uma comunidade de jovens tóxicodependentes cujo comportamento é altamente violento e amoral, personagens de uma das maiores tragédias do nosso tempo e sem encontrar saída para os seus problemas. O filme que também não propõe soluções, apenas parecendo querer observar de perto a realidade, tem referências críticas positivas, a confirmar.

Mortinho por Chegar a Casa

(Sábado, 14.00, SIC)

Grande sucesso de bilheteira, este filme nacional conta-nos a história de um «fantasma» (o «espírito») de um emigrante português na Holanda que regressa à Pátria e, mesmo assim, não deixa de se meter em sarilhos... Realizado por Carlos Silva e Georg Sluizer e com Diogo Infante no principal papel, trata-se de uma comédia de qualidades a confirmar.

Debaixo de Olho

(Sábado, 00.25, RTP1)

Chris e o seu colega Bill são encarregados de vigiar o apartamento de Maria McGuire a fim de surpreender o amante desta última, um assassino chamado Montgomery. Durante esta operação, Chris acaba por apaixonar-se por Maria para grande aflição de Bill. Entretanto, a notícia da morte de Montgomery permite finalmente a Chris revelar a verdade a Maria, mas aquele não estava morto na realidade, surgindo subitamente entre os dois... Eis algumas interessantes variações sobre o voyeurismo, com um suspense engenhoso e um ajuste de contas final de grande originalidade. Boa realização de John Badham com interpretaçõesa preceito de Richard Dreyfuss, Emilio Estevez e Madeleine Stowe.

Fugiu um Condenado à Morte

(Sábado, 01.05, RTP2)

Conduzido em 1943 ao forte de Montluc por aí ser executado pelos nazis, o tenente Fontaine consegue evadir-se na companhia de Jost, um outro prisioneiro. Este filme, um dos mais célebres da moderna cinematografia francesa, constituiu uma viragem na carreira do cineasta Robert Bresson. Aqui estamos perante a história de uma evasão, analisada e dissecada de uma forma abstracta, em que cada gesto toma uma importância considerável e em que as motivações do indivíduo se apagam perante a força de um simples pormenor. Este rigor é acompanhado por uma preocupação de autenticidade, já que o filme é baseado sobre factos reais. A montagem de grandes planos em alternância com a inserção sonora de ruídos de passos ou de chaves e da Missa em Dó de Mozart caracterizam este novo estilo de Bresson. Para Truffaut, tratava-se, em 1956, do «filme francês mais decisivo da última década». A rever sem falta.

O Lírio Quebrado

(Segunda, 01.45, SIC)

No bairro pobre londrino de Limehouse, a jovem Lucy é constantemente sujeita às agressões de seu pai, Battling Burrows, um pugilista. É então que procura refúgio junto de um homem pacifista, de origem chinesa, Cheng Huan, que a ama em silêncio. Mas, após ela ter falecido em virtude das agressões do seu pai, o chinês mata este e suicida-se posteriormente. Tais são os ingredientes deste melodrama clássico, retomados por David W. Griffith com um incontestável domínio do efeito das emoções, no cinema. Obra-prima rodada em apenas três semanas - mas que conheceu um



Richard Dreyfuss e Emilio Estevez, em «Debaixo de Olho», uma comédia de John Badham

longo período de preparação e ensaios - O Lírio Quebrado, ao contrário dos filmes anteriores do cineasta, conheceu um intensivo uso da rotação em estúdio e, por incrível que possa parecer, teve custos de produção superiores a outro filme de Griffith - incomparavelmente mais complexo e ambicioso - como foi O Nascimento de Uma Nação. E, mais uma vez, não pode deixar de admirar-se, no grande cienasta, o aproveitamento das tintagens em tons pastel, que viriam a caracterizar as cópias finais dos seus filmes, e que, neste caso, tão apropriadas se tornam, por exemplo, à reprodução, na imagem, do nevoeiro londrino.



Lillian Gish, em «O Lírio Quebrado», um clássico de David W. Griffith

dar-se para não «apodrecer» num asilo, enquanto um casal de idosos supera todos os preconceitos para se entregar a uma última relação afectiva». Assim resume a RTP o argumento deste filme de Monique Rutler, uma das mais desentendidas obras cinematográficas da década de 70. Uma espécie de docudrama sobre os problemas da terceira idade, com um fio condutor ficcionado alternando com entrevistas realizadas em lares da capital portuguesa. Um problema sempre actual na sociedade portuguesa e longe de qualquer resolução satisfatória.

Dick Tracy

(Quarta, 22.05, RTP1)

No meio de tantas estrelas glosando outros tantos

Velhos São os Trapos

(Terça, 15.35, RTP1)

«Lisboa, cidade de velhos esquecidos e abandonados. Entre uma sobrevivência humilhante e um estado de desespero total, um velho decide suici-



«Dick Tracy», filme de aventuras de Warren Beatty, com este, Madonna e um irresistível Al Pacino nos principais papéis

bandidos que povoam este gozado encontro de Warren Beatty com a famosa banda desenhada de Chester Gould, não há dúvida de que o hilariante papel de Al Pacino na pele de Big Boy Caprice consegue suplantá-las a todas. Mas este é, apenas, um dos aspectos mais interessantes do filme, naturalmente contando uma história linear à medida da simplicidade e imediatismo do original, mas que tem, na sincopada montagem e no apuro do grafismo e do desenho dos cenários, para além da imaginativa realização de Beatty, os seus pontos mais altos. Um Warren Beatty, habitual e desenvolvido criador de figuras de playboy, a dar cartas atrás das câmaras apenas em três filmes - mas que se chamaram nada menos que O Céu Pode Esperar (uma revisão de Here Comes Mr. Jordan, de Alexander Hall), Reds (uma inesperada leitura da revolução russa a partir do olhar de John Reed) e este Dick Tracy, espectacular divertimento que faz passar bem o tempo e ainda tem Madonna, armada em cantora de charme, a debitar a primor as canções de Stephen Sondheim... Que mais poderia exigir-se?

CABO & SATÉLITE

Uma noite dedicada a Poulenc

É já esta noite que o canal Muzzik dedica parte substancial da sua noite televisiva ao grande compositor francês Francis Poulenc, um compositor que se pautava pela valorização que conferia, nas suas obras cantadas, aos textos que musicava. É assim com curiosidade que ouviremos, nesta soirée,



duas versões de uma mesma ópera que Poulenc compôs para um célebre texto dramático e patético de Cocteau, a saber «La Voix Humaine», em duas interpretações diferentes a cargo das cantoras Denise Duval e Julia Migenes. Mas esta noite, Poulenc não se ficará por aqui. Teremos, ainda, dois outros programas: um documentário com a participação da mesma Denise Duval, da série «Les Grans Interprètes», e uma curta-metragem de Dominique Delouche, intitulada «La Dame de Monte Carlo», ou seja, outra obra de Cocteau musicada pelo compositor

com a participação, desta vez, de Edith Stockhausen. (Muzzik, Quinta, entre as 20 e as 22.35 horas)

Paris: noite temática do Arte

Outra noite temática animará os serões desta semana na TV Cabo. Referimo-nos, agora, ao canal franco-alemão Arte, mais uma vez em primeiro plano com uma das suas célebres noites temáticas. Agora, será uma noite dedicada à Cidade-Luz, à capital francesa. Tudo começará com a transmissão do filme «Quai des Orfèvres» (1947), de Henri Clouzot, o primeiro filme que este realizou na sua pátria após o final da II Grande Guerra, adaptando admiravelmente ao cinema um romance policial de S. A. Steeman, com uma grande interpretação de Suzi Delair. Seguir-se-ão três documentários: «En parlant un peu de Paris», de Claude-Jean Philippe, uma nostálgica e não-cronológica montagem de imagens de arquivo (filmadas entre 1914 e 1968) que nos devolvem, na sua múltipla variedade, a face do cidadão comum e anónimo; «Paris la Belle», uma média-metragem de Pierre Prévert e Marcel Duhamel; e, finalmente, um curto filme de 25 minutos cujo título tudo explica, «Quel Paris pour demain?». (Arte, Domingo, entre as 19.35 e as 23.40)

A defesa da Natureza no canal Panda

O destaque vai ainda, esta semana, para um canal aqui pouco mencionado. Vem isto a propósito da retoma de uma série documental de elevada qualidade - os documentários da «National Geographic Television» - que de novo vai ser transmitida pelo canal jovem da TV Cabo - Panda. É todas as quartas-feiras, das 15.30 às 16.00. (Panda, Quarta, das 15.30 às 16.00)



NATIONAL
GEOGRAPHIC
TELEVISION



Tocar piano... e falar português!

Ao olhar-se para a programação musical que o canal de maior fausto, visibilidade, ruído e promoção do nosso serviço público de televisão normalmente transmite, dir-se-ia que, em Portugal, qualquer limitação atávica faria com que se não desse conta da existência de música clássica entre nós ou de músicos portugueses nesta área, tão poucas são as oportunidades de ela e eles serem objecto de qualquer destaque, em tantas e tantas horas de emissão, ao longo dos dias, dos meses, dos anos, substituída que é pelas doses cavaleares de música «pimba».

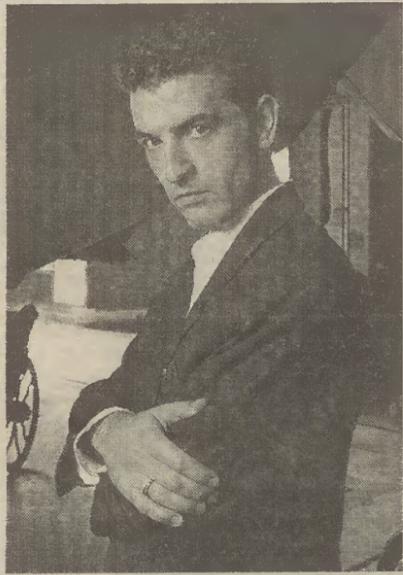
E, no entanto, se olharmos para o noticiário cultural ou para as recensões críticas insertas na nossa imprensa diária ou semanal e se constarmos a multiplicidade de acontecimentos públicos nesta tão importante área do nosso panorama artístico, não deixamos de ser alertados para o facto de, também aqui, a RTP aparecer junto dos seus espectadores completamente divorciada da própria realidade em movimento, exterior à sua olímpica e sistemática ignorância, divorciadas que estão as suas câmaras de acompanharem, minimamente que seja, uma tão rica e diversificada actividade cultural.

IVISTO
■ Francisco Costa

tradicional e conhecido, óbvio e aceitável, não se terá porventura relevado particularmente imaginativo, uma vez que, tudo somado, faltou no conjunto do programa um qualquer rasgo que o tornasse, de um simples documentário de rotina, em um objecto televisivo susceptível de nos surpreender ou até emocionar pela novidade ou pela invenção.

Foi pena, por exemplo, que, embora filmados e seguidos em separado, os dois músicos se não tivessem encontrado no final, numa qualquer peça para dois pianos, em que ambos pudessem finalmente dialogar e confraternizar musicalmente um com o outro, como que forçando a excepção à regra de que duas linhas paralelas jamais se encontram!

Independentemente desta reserva, deve dizer-se que o documentário acabou por fluir com uma descontração agradável, incentivada aliás pela própria postura dos dois músicos, que nos surgiram na sua faceta de pessoas «normais» - com gostos como qualquer um de nós, anónimos espectadores, até apaixonados pelo futebol ou pela culinária, para além das entusiasmantes e suculentas páginas de Ravel, Schumann, Bach, Rachma-



É por isso que os melómanos portugueses não deixam de saborear com particular atenção todas as oportunidades (e são tão poucas!) que pelo menos a RTP 2 lhes proporciona de ver e ouvir músicos portugueses fazer prova das suas aptidões musicais, isto mesmo quando até o pequeno espaço de magazine musical deste canal parece ter desaparecido da sua grelha de programas.

Vem isto a propósito de mais uma emissão do espaço televisivo «Artes & Letras» que, no passado domingo, nos trouxe ao convívio nocturno as personalidades e os talentos de dois ainda jovens mas já maduros pianistas portugueses: **António Rosado e Pedro Burmester**.

Da autoria de **Paula Aresta**, a organização do programa partiu de uma concepção que se ia percebendo ter sido planeada antecipadamente e não encontrada a posteriori na própria montagem do material gravado. Tratava-se de averiguar, com maior ou menor desenvolvimento, o trajecto de cada um dos músicos em presença, tendo como ponto de partida alguns temas claramente definidos: o primeiro despertar da consciência artística, o período de estudo no país ou no estrangeiro, a importância perdurante dos conselhos dos docentes, a orientação das carreiras profissionais, as influências dos artistas mais consagrados, os gostos e os hobbies de cada um, o ambiente familiar, etc., etc.

O dispositivo encontrado para nos irem sendo reveladas as opiniões e os percursos individuais de cada um dos músicos foi o da *montagem paralela* das entrevistas feitas separadamente - o que, sendo um processo

ninof, Liszt ou Chopin - e felizmente afastados daquela imagem clássica e tradicional do artista iluminado, encerrado numa redoma acima ou para além de qualquer tentação deste mundo.

Outro aspecto positivo do programa foi, apesar das limitações já conhecidas, a inserção de abundante e até surpreendente material de arquivo referente aos primeiros passos dos dois pianistas, embora se tivesse sistematicamente ignorado qualquer informação sobre as peças tocadas (apenas referidas no genérico final) e, acima de tudo, o *quando* e o *onde* da filmagem ou gravação desses documentos, para além de ser perfeitamente absurda e inaceitável a sequência final em que uma actuação pública de **António Rosado** é encenada (até com palmas gravadas e vénia a agradecer os aplausos!), como se de uma qualquer *sitcom* se tratasse.

Por último, uma nota de espanto que não pode ficar no esquecimento. Anunciado nas legendas iniciais como um trabalho assistido financeiramente pelo **Ministério da Cultura**, através do seu **IPACA** - circunstância que não é de mais enaltecer - como é possível que, sendo fundamentalmente produzido, pago e transmitido pela estação pública de televisão, os próprios meios de produção desta (também subsidiada pelo Estado) sejam substituídos pelos de uma empresa privada de televisão? Que estão os (desocupados) profissionais da própria RTP a fazer? Como é possível desbaratar, assim, os vultuosos meios financeiros canalizados por uma das vias governamentais, ainda por cima a da tutela?

Palavras

e Cromos



■ Urbano Tavares Rodrigues

Com os Sem-Terra no Rio Grande do Sul

À beira de uma pequena cidade gaúcha, a trinta e tal quilómetros de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, apareceu-nos num vale, com floresta escura ao fundo, o acampamento dos Sem-Terra. Íamos acompanhados por Joan Turner Jara, a viúva de Victor Jara, assassinado, após tortura, pelos oficiais de Pinochet, em Santiago do Chile.

Joan é uma mulher alta, de olhos azuis tão luminosos como o sorriso, o cabelo branco, ainda bela aos cinquenta e muitos anos.

Foi um dos momentos mais emocionantes da minha existência. Passámos sob alas de machados e gadanhas erguidos ao alto, a inesperada guarda-de-honra que nos faziam os deserdados da terra, aqueles homens magros, de rosto encovado, quase sem idade, marcados pela pobreza e pela dor, que constituem hoje uma vanguarda revolucionária do mundo, vezes sem conta dizimados e sempre a crescer, perante a expectativa e o secreto aplauso - por vezes mesmo explícito - das populações urbanas, assustadas com a criminalidade e que vêem na reforma agrária uma possibilidade de desviar para os campos as falanges de miséria, quantas vezes à beira do roubo como último recurso, que percorrem os calvários das grandes metrópoles.

Mas o presidente Fernando Henrique Cardoso, empenhado na via do capitalismo neoliberal como solução para os grandes problemas económicos e sociais do Brasil, não se tem minimamente interessado pelo esforço de justiça e redenção e até de progresso que representa a luta dos Sem-Terra, quando a fixação dessas populações famintas em terras inaproveitáveis certamente traria a tantos e tantos paz e felicidade.

Praticamente quase só se têm verificado assentamentos, nestes últimos anos, no Estado do Rio Grande do Sul, governado pelo Partido dos Trabalhadores, com o apoio do Partido Comunista do Brasil.

São frequentes, sobretudo no Nordeste, os assassinios perpetrados por jagunços dos fazendeiros poderosos ou pela própria polícia, mesmo depois do escândalo nacional ocasionado pelo massacre de Eldorado dos Carajás.

A pobreza espalma os seus dedos amarelos sobre o acampamento, com um rasto de carências, olheiras negras, maxilares descarnados; mas sente-se uma força imensa, quase febre, nos cantos daqueles homens e mulheres, palavras escritas e musicadas por poetas e artistas solidários com a sua esperança exasperada.

Só as crianças, algumas lindíssimas, com os olhos luarentos dos mulatos, muitas delas loiras, descendentes de alemães e de polacos, filhas de emigrantes caídos no desemprego, na indigência, brincam, divertem-se com a nossa chegada, simples raízes novas daquele combate incessante e da vontade tenaz de encontrar o éden.

Há no acampamento de madeira e folha de zinco salas minúsculas de alfabetização, improvisadas, uma farmácia tosca e muito pobre, um posto de pronto-socor-

ro, que se reduz à marquesa e a duas cadeiras, a meia dúzia de frascos com remédios. E tudo isso é tão bonito, na sua escassez, como as simples explicações que nos dão, como as frases, essas muito lúcidas, dos jovens trabalhadores que numa clareira da mata improvisam um debate político, que de certo modo lembra uma peça de Bertolt Brecht.

A escola itinerante dos acampamentos do MST, com avaliação global, participativa e contínua, garante aos alunos um certificado para eventual ingresso nas escolas regulares do Brasil dos outros. E é um processo fascinante de aprendizagem mútua de professores e alunos (crianças e adultos) onde as preocupações da comunidade imprimem uma direcção especial ao ensino.

Ali fala-se amiúde em nova sociedade, com uma crença assombrosa na certeza da mudança. Nos assentamentos - terras conquistadas - onde vivem famílias isoladas ou grupos em sistema de cooperativa, permanece muito viva a memória do sofrimento passado e da batalha que lá fora continua. Há universidades brasileiras que contribuem para o progresso e o sistema de educação do Movimento dos Sem-Terra.

Já houve no passado vitorias legais e desapropriações dos latifúndios improdutivos. Mas o orçamento actual inviabiliza esse processo, retirando-lhe quase duzentos milhões de reais. Aliás, concede progressivamente menos dinheiro para a agricultura. O governo de Fernando Henrique Cardoso volta-se, cada vez mais, para a importação de produtos agrícolas, aumenta as taxas de juros aos camponeses, corta verbas ao Instituto da planeada Reforma Agrária.

É neste contexto que, apesar de tudo, o Movimento dos Sem-Terra cresce.

Deixámos o acampamento onde se agitavam as bandeiras vermelhas do PT, com abraços, sorrisos e apertos no coração. Havia lágrimas escondidas nos rostos dos que nos acompanhavam, mas ao mesmo tempo em todos nós pulsava uma força nova, uma crença ali afervorada, para lá do provável e do racional, no combate e na vitória daquela gente que desafia todos os obstáculos, todas as traições, todos os crimes impunes, e confia na transformação da sociedade, num homem do futuro, irmão do homem.



Do Brasil chegam-nos, à última hora, notícias de que o Movimento Sem-Terra, cujo avanço foi ali importante em 1998, ocupou novos espaços no Rio Grande do Norte. Outras notícias, essas bem amargas, relatam-nos que trabalhadores do Movimento Sem-Terra foram torturados cruelmente pela Polícia Militar no Estado de Tocantins, além dos dois jovens líderes assassinados no Estado de São Paulo, crime este que se receia venha a ficar sem castigo.

ESCAPARATE



FOTOGRAFIA

A China em exposição fotográfica

Foi inaugurada na passada terça-feira, na Culturgest, e continuará patente ao público até 21 de Março, uma interessante exposição de fotografia de Marc Riboud intitulada «Quarenta Anos de Fotografias na China».

Totalmente composta de fotografias a preto e branco, a exposição documenta a evolução do país mais populoso do mundo, as suas gentes e os seus costumes, abrangendo quatro décadas do próprio caminhar da sociedade desde finais dos anos 50 (sua primeira visita àquele país) até aos nossos dias. De salientar que Marc Riboud foi um dos mais destacados fotógrafos da conhecida agência de fotojornalismo mundial Magnum ali exercendo a sua profissão até 1979.

Um fotógrafo português

Regressamos ao Centro Cultural de Belém, agora para sublinhar a realização de uma exposição de fotografia de João Silveira

Ramos integrada na programação do Centro de Espectáculos e que por isso estará patente ao público nos dias de espectáculo na Sala de Ensaio e no Pequeno Auditório, no foyer deste último. A exposição intitula-se «Actores» e é constituída por uma série de retratos de vultos destacados da cena teatral portuguesa.



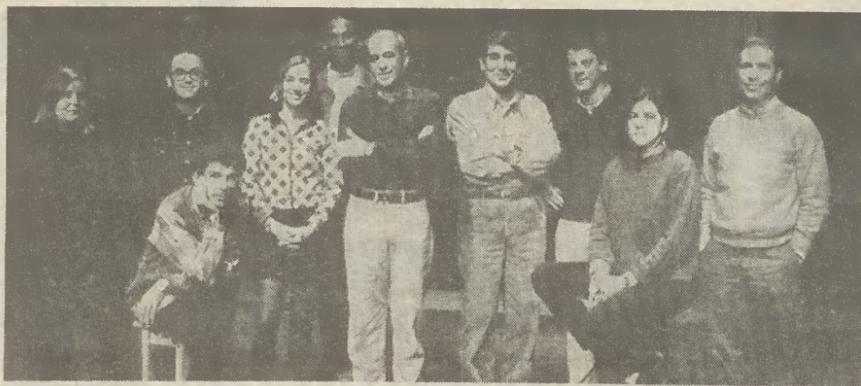
TEATRO

Antestreia no Teatro Aberto

É amanhã apresentada em antestreia no Teatro Aberto (Praça de Espanha, Lisboa), às 21.30, a peça «Luz de Inverno» de David Hare. Numa versão de João Lourenço e Vera San Payo de Lemos, que também tem a seu cargo a dramaturgia, e com cenário de António Casimiro e encenação de João Lourenço, esta peça tem a interpretação de Diogo Morgado, João Perry e Margarida Marinho.

Os Artistas Unidos no Taborda

Também amanhã (com espectáculos programados até dia 11 e, depois, de 15 a 18, sempre às 21.30), estreia-se no Teatro Taborda (Costa do Castelo, Lisboa) a peça «Buraco Negro e Câncer», de Gerardjan Rijnders, numa produção Artistas Unidos / EBAHL. Os dois intérpretes desta peça são Isabel Muñoz Cardoso e Luís Esparreiro.



Começo do ano em grande no CCB

O ano de 99 começa cheio de actividades, em várias áreas das artes e da cultura, no Centro Cultural de Belém.

Começando pelo Teatro, uma chamada de atenção especial vai para a apresentação, pela Comuna - Teatro de Pesquisa, no Pequeno Auditório, entre 7 e 11 de Janeiro, às 21.30 horas, de «As Variações Goldberg» de George Tabori. Numa tradução de Antónia Pontes Amarante e numa versão cénica com encenação de João Mota, a companhia da Comuna traz-nos (de acordo com a apresentação do programa) «uma mistura de cabaré, reflexão filosófica, referência à actualidade e humor judeus. No entanto, a peça, no seu conjunto, orchestra de maneira sublime os dois temas sobre os quais Tabori focalizou a sua atenção ao longo da vida: o jogo teatral e o texto bíblico».

Também pela Comuna, será apresentado, agora ao ar livre, em quatro fins-de-semana seguidos (9 e 10, 16 e 17, 23 e 24 e 30 e 31) na Praça do Museu, às 12.30, um original de António Torrado intitulado «Os Doze de Inglaterra», também numa encenação de João Mota. É um espectáculo «que se destina essencialmente ao público mais jovem, quer pelo teor da história (a viagem solitária, por terra, do mais jovem dos cavaleiros, o Magriço) - uma aventura medieval - quer pela linha de encenação que recorre à utilização de máscaras e marionetas para melhor recriar o ambiente onírico das lendas daquela época».

Também para a malta mais nova (4 e os 10 anos), mas agora no Centro de Pedagogia e

animação, a Companhia Piccoli Principi (Itália), apresentará um espectáculo intitulado «Um Bocadinho de Música Reggae se Faz Favor», com autoria e interpretação de Véronique Nah. «Reggae (...) uma música que atravessa o corpo, uma música para o corpo, uma pista a seguir ao longo de todo o espectáculo (...) e que mais não é do que estimular os rituais de partilha fraterna e aberta, enriquecendo, assim, a



química dos contactos e das relações entre as pessoas.» É na Sala de Ensaio, de 8 a 10 e de 12 a 17, às 11 ou 15.30, consoante os dias.

Já amanhã à noite, agora no domínio da Música, não pode deixar de destacar-se o concerto único que dará no Grande Auditório, às 21.30, o célebre agrupamento de câmara britânico King's Consort especializado na interpretação de música de Henry Purcell. Sob a direcção de Robert King, este grupo propõe-nos um concerto organizado sob o título genérico «Purcell na Corte Real» e do qual constarão a Suite de «Dioclesian», duas Odes para o Aniversário da Rainha Mary (1691 e 1694) e a Suite para a Fada Rainha.



MÚSICA

Temporada de Música na Gulbenkian

Prossegue esta semana a Temporada de Música 1998/1999 da FCG. Para os próximos dias, estão previstos dois concertos e um recital. Nos primeiros, hoje e amanhã, respectivamente às 21.30 e às 19 horas, actuarão no Grande Auditório a Orquestra Gulbenkian sob a direcção do maestro Muhai Tang, ainda com a participação do solista François-René Duchâble (piano). Serão interpretadas a Suite para



Orquestra op. 60 «Le Bourgeois Gentilhomme», de Richard Strauss, e o Concerto para Piano em Ré Maior (versão para piano do concerto para violino op. 61) de Ludwig van Beethoven. Na terça-feira, 12, pelas 19 horas, também no Grande Auditório, o barítono Simon Keenlyside acompanhado pelo pianista Malcolm Martineau, interpretarão Lieder de Schumann, Schubert, Hugo Wolf e Richard Strauss.

LIVROS

Enrique Acevedo
DESCAMISADO
Memória da guerrilha
na Sierra Maestra



Descamisado

Que melhor altura para ler este livro, Descamisado, se não esta, em que se comemoram os 40 anos do triunfo da Revolução cubana? Para recordarmos os primeiros e exaltantes passos de um caminho que, no dizer de Ricardo Alarcon de Quesada - cujo discurso na Assembleia do Poder Popular hoje o nosso jornal publica -, continua a ser «longo e áspero»? Para avivarmos a nossa memória sobre a epopeia, através desta Memória da Guerrilha na Sierra Maestra, da autoria de um dos seus protagonistas, Enrique Acevedo? E não se tratou de um protagonista qualquer. Enrique Acevedo, cubano, juntou-se à guerrilha dirigida por Fidel Castro com apenas 14 anos. E combatendo sob as ordens de Che Guevara, leva a campanha até ao seu final vitorioso em Janeiro de 1959. Acevedo, como muitos outros cubanos desde então, não parou no tempo e prosseguiu o «áspero caminho». Continuando no Exército, é hoje um general de brigada que cumpriu missões internacionalistas em Angola. Este é o seu primeiro livro, que a Campo das Letras agora publica.

ROSA MARIA MARTELO

CARLOS DE OLIVEIRA
E A REFERÊNCIA
EM POESIA



Carlos de Oliveira e a Referência em Poesia

Mais um livro da Campo das Letras, desta vez um ensaio sobre literatura. E sobre o trabalho de um dos mais destacados escritores portugueses, Carlos de Oliveira, cuja obra, no âmbito da poesia como no do romance, o tornou em figura ímpar da literatura portuguesa do nosso século. Este trabalho da autoria de Rosa Maria Martelo - actualmente Professora Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade do Porto - não é de «acesso fácil». Trata-se de um rigoroso estudo que foi aliás apresentado pela autora como dissertação de doutoramento, em 1996, à Faculdade do Porto. Por outro lado, é seguramente um livro que proporcionará uma interessante leitura aos mais conhecedores da obra de Carlos de Oliveira.

ATAQUE DE FOICE

Os únicos

A OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico - vai realizar um Programa Internacional para a Avaliação dos Estudantes (denominado PISA, na sigla em inglês) com o objectivo de, pela primeira vez, se apurar no início do milénio as competências dos alunos de 15 anos, ou seja, os que acabam a escolaridade obrigatória. Trata-se de um trabalho de fundo há muito reclamado e que vai envolver mais de 100 mil alunos de mais de quatro mil escolas em 40 países, entre os quais todos os 29 que são membros da OCDE.

Conforme relata o Público, o objectivo deste grande inquérito assenta em algumas interrogações claras: «Estão as escolas a preparar os estudantes para os desafios do futuro? Será que eles são realmente preparados para serem os trabalhadores de amanhã, para continuarem a aprender ao longo da vida? São eles capazes de analisar, raciocinar e comunicar ideias?»

Para obter respostas a estas questões, a OCDE organizou este programa PISA (que, assinala-se, está a ser preparado desde 1997), onde espera produzir indicadores internacionais que «permitam descrever padrões comparáveis de desempenho dos alunos de vários países», dados que poderão «encorajar os alunos e os professores a aprender e a ensinar melhor e as escolas a serem mais eficazes». «Além do mais», acrescentam os organizadores do Programa, «oferecem às autoridades centrais um instrumento de monitorização do rendimento escolar.»

Acrescente-se que o PISA começa este ano a ser testado em escolas-piloto, sendo em 2000 lançado um mega-inquérito com testes incidindo em três domínios - língua materna, matemática e ciências -, não tanto com o objectivo de averiguar o que os alunos sabem numa determinada área, mas para avaliar as suas competências numa visão interdisciplinar e transversal. Os resultados serão apresentados no ano seguinte, estando prevista a novidade de haver novos inquéritos de três em três anos, o que permitirá uma actualização completa dos dados de nove em nove anos.

A importância estratégica de um estudo comparativo desta envergadura na área socioeducativa parece de uma tão larga evidência, que seria grosseiro admitir que algum governo de um país da OCDE o não integrasse.

Afinal, o que se afiguraria grosseiro sequer admitir, acabou por se tornar numa insultuosa realidade.

Para grande estranheza dos responsáveis do PISA, um país - um único, entre os 29 que integram a OCDE - não participa neste Programa por recusa expressa do seu governo.

Esse país é Portugal.

A secretária de Estado para a Educação, Ana Benavente, não podia ser mais elucidativa nas explicações que carregou para o Público:

«Isto é realmente muito confuso», desculpou-se ela, mas «Portugal vai participar em tudo, estará em todas as reuniões preparatórias, fará todo o acompanhamento do processo.»

Vai «participar em tudo», menos no essencial: a realização do inquérito nas escolas portuguesas. E porquê? Por «uma manifesta falta de capacidade», confessa tranquilamente a secretária de Estado, esclarecendo que quem iria operacionalizar os testes do Programa da OCDE a aplicar nas escolas e nos alunos portugueses seria o Gabinete de Avaliação Educacional (GAVE), mas este tem muitas tarefas às costas (provas aferidas nos 4.º, 6.º e 9.º anos, exames do 12.º ano, etc.). Ora - conclui Ana Benavente -, «tudo isto envolve um esforço brutal de logística, não podíamos estar a acrescentar ainda a recolha de 4500 questionários.»

«Não podíamos»?!... Então pôde-se erguer, uma EXPO ao ritmo duma derrapagem financeira galopante, pôde-se construir uma ponte nova e remodelar uma ponte velha com o dobro das dezenas de milhões de contos previstos e não se pôde organizar a recolha de uns pobres 4500 questionários para um Programa educacional, cuja preparação tem tanto tempo de vida como o próprio Governo que Ana Benavente integra e António Guterres chefia?!...

Perante isto, resta-nos pedir ao sr. Primeiro-Ministro que, ao menos, não repita ser a Educação a sua «paixão».

É que tanta demagogia já não envergonha apenas o Governo, mas todo o País.

■ Henrique Custódio

Barreiro recusa decisão do Governo

«Recusar liminarmente» a decisão do Governo de localização no Barreiro de uma estação de pré-tratamento de resíduos e «denunciar a total arbitrariedade» na escolha deste local, foram as decisões da Câmara do Barreiro, reunida dia 30 de Dezembro em sessão extraordinária.

Na tomada de posição pública, a Câmara sublinha o facto de ter tomado conhecimento desta decisão pela comunicação social, o que «ilustra bem a forma autoritária e arrogante como o Ministério do Ambien-

te tratou todo este assunto, ignorando totalmente o processo de consulta pública que demagogicamente promoveu e a participação massiva da população do Barreiro nesse processo».

«Não se pode, em democracia, ignorar um abaixo-assinado de cerca de 40.000 cidadãos de uma cidade de 85.000», lembra a nota da Câmara. E alerta para que, com atitudes como esta, «gera-se o desencanto, abre-se o caminho do autoritarismo e do centralismo da vida política».

Dois dias antes, a Assembleia Municipal do Barreiro aprovou, por unanimidade,

uma moção de completa oposição à instalação de uma estação de pré-tratamento.

Na moção, em que se considera indiscutível a necessidade de criar um sistema de tratamento de resíduos industriais perigosos, é criticada a opção do governo de avançar com o processo de co-incineração, «sem que tal decisão tivesse sido antecedida, como seria razoável, pela criação de um plano de redução dos resíduos, de um registo nacional dos resíduos existentes e sem se terem tomado as medidas necessárias para se pôr cobro aos despejos ilegais».

A moção refere os graves erros do Estudo de Impacto Ambiental, apresentado pela Scoreco, entidade promotora da instalação e exploração do sistema e lembra que a consulta pública realizada no Barreiro se traduziu numa clara rejeição, que se traduziu, quer em grandes manifestações populares, quer num abaixo-assinado que mobilizou quase metade da população.

Em nota de imprensa, o executivo concelhio da JCP do Barreiro apela à participação dos jovens em todas as formas de luta «contra esta decisão hipócrita» do Governo. Os jovens comunistas comentam que «o PS que anunciou, nas suas campanhas, que as pessoas estavam em primeiro lugar, mostra agora que a cor do dinheiro é mais importante que a saúde e o bem-estar da população».



Comemorações do 18 de Janeiro de 1934

O programa comemorativo do 18 de Janeiro de 1934 tem início já no próximo domingo, dia 10, com a realização do V Grande Prémio de Atletismo designado «18 Km do Vidreiro». Esta prova com início previsto para as 9.30 horas é aberta a todos os escalões, com partida e chegada junto à sede do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Vidreira, entidade promotora e responsável uma vez mais pelas comemorações desta data histórica protagonizada pelo povo da Marinha Grande.

As comemorações prosseguem no dia 16, sábado, com um espectáculo infantil na Colectividade da Ordem, seguido de um lanche para todas as crianças. Patente

estará uma exposição de trabalhos alusivos ao «18 de Janeiro de 1934» feitos pelas crianças das escolas primárias.

No dia seguinte, domingo, haverá um jantar na mesma colectividade, com início às 19.00 horas, no decorrer do qual actuará, entre outros artistas, Luísa Basto.

O ponto alto das comemorações será no dia 19 de Janeiro com a deposição de flores pelas 11.00 horas no Monumento do Vidreiro, seguido de um período de intervenções sindicais. Antes, pelas 9.30 horas, está prevista a deposição de flores na campa do camarada Manuel Baridó, seguida de intervenção político-sindical, no cemitério de

Casal Galego. Às 10.00 horas haverá uma romagem ao cemitério da Marinha Grande, com deposição de flores nas campas dos participantes no movimento operário do «18 de Janeiro» já falecidos.

Situação da JAE pode levar a novas lutas

Estava convocada para ontem, junto à residência oficial do Primeiro-Ministro, uma conferência de imprensa da Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública destinada a

divulgar a sua posição sobre a actual situação que envolve a Junta Autónoma das Estradas e os seus trabalhadores.

Acusando o Governo de «falta de diálogo e de transparência», aquela Federação sindical admite que uma tal postura poderá conduzir a novas formas de luta, a curto prazo, por parte dos trabalhadores da JAE.

Igualmente previsto para ontem, na sequência do encontro com os jornalistas, estava a entrega a António Guterres de três presentes alusivos ao comportamento do Executivo nesta matéria.

Caravana sindical exige Pausas são para cumprir

Uma conferência de imprensa com a presença de Manuel Carvalho da Silva, coordenador da CGTP-IN, estava anunciada para ontem como a última etapa de uma acção sindical em protesto contra o não cumprimento da Lei (73/98) sobre o horário de trabalho que consagra que as

pausas devem ser contabilizadas como tempo de trabalho.

Do programa desta jornada, promovida pela União dos Sindicatos do Porto, constava a realização de uma caravana automóvel que tinha como principais pontos do seu trajecto a passagem pelas empresas do distrito que

insistem em não cumprir a referida Lei.

A conferência de imprensa estava prevista para junto das instalações da Finex, empresa de vestuário, no lugar da Pena, em Nogueira da Maia, local onde a caravana se imobilizou depois de ter partido da sede da União dos Sindicatos do Porto.

